

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Morgana Celina Alves

**EVOLUÇÃO E PERMANÊNCIAS DOS USOS AGRÁRIOS NA
ILHA DE SANTA CATARINA**

Orientador: Prof. Clécio Azevedo da Silva

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis

2012

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	5
Objetivos	6
Objetivo geral.....	6
Objetivos específicos.....	6
Metodologia da pesquisa.....	7
CAPÍTULO 1: FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E GÊNESE DOS USOS AGRÁRIOS NA ILHA DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XVIII	9
1.1 Aspectos da ocupação inicial da Ilha de Santa Catarina: importância dos índios carijós e o papel da metrópole portuguesa na ocupação efetiva do território insular.....	9
1.2 A integração econômica catarinense à economia colonial: a pesca da baleia.....	22
CAPÍTULO 2: PEQUENA PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA-COMERCIAL DA ILHA DE SANTA CATARINA NOS SÉCULOS XVIII E XIX.....	27
2.1 Importância e utilização das áreas comunais.....	27
2.2 Usos agrários e produção agrícola-comercial nos espaços da Ilha de Santa Catarina	33
CAPÍTULO 3: A REDUÇÃO DOS USOS AGRÁRIOS NA ILHA DE SANTA CATARINA NO DECORRER DO SÉCULO XX.....	61
CAPÍTULO 4: O CRESCIMENTO DA CIDADE E SEUS REFLEXOS SOBRE AS ÁREAS RURAIS DA LHA DE SANTA CATARINA.....	99
4.1 Especulação imobiliária, crescimento turístico e o desaparecimento da economia agrícola.....	99
4.2 Permanências e discontinuidades rurais no século XXI.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	135

RESUMO

Desde o século XVII, a Ilha de Santa Catarina, porção insular do município de Florianópolis, vem abrigando atividades agrárias que se distribuem de maneira irregular em seu território. Esta pesquisa documenta historicamente e de forma seqüencial, como os espaços rurais da Ilha de Santa Catarina foram sendo modificados e se adaptaram a substituição da base econômica local e regional, em um processo que está vinculado, sobretudo, ao avanço da urbanização em direção as áreas periurbanas e rurais do seu território. O avanço da urbanização ao longo do século XX reduziu a participação dos usos agrários na economia e na sociabilidade ilhéu. Atualmente, pode-se falar na existência de espaços em transição rural-urbana, que guardam características tipicamente rurais e que de maneira geral vêm cedendo à expansão de novos condomínios e empreendimentos imobiliários.

Palavras-chave: usos agrários; Ilha de Santa Catarina; urbanização.

ABSTRACT

Since the 17th century, Santa Catarina's Island, the insular portion of Florianópolis, has supported agricultural activities that are distributed irregularly in its territory. This research documents, historically and in a sequential way, how rural areas of the Island of Santa Catarina have been modified and adapted to the replacement of local and regional economic base, in a process that is linked mainly to the expansion of urban areas into periurban and rural territory. The progress of urbanization throughout the 20th century reduced the share of agricultural contribution in the economy and sociability of the islanders. Currently, one can speak of the existence of spaces in transition, some at a rapid pace and some at slow pace, which generally have yielded to the expansion of new condos and real estate development.

Key-words: agrarian uses; Santa Catarina's Island; urbanization.

INTRODUÇÃO

Durante toda a sua história a Ilha de Santa Catarina apresentou o desenvolvimento de diferentes atividades agrárias que foram estabelecidas em seu território. Seja antes mesmo do povoamento efetivo através das atividades praticadas pelos índios carijós, com o cultivo de produtos como mandioca, milho e amendoim, ou após a sua ocupação efetiva já no século XVII pelo bandeirante Dias Velho. Nesse período o núcleo inicial foi fundado por Dias Velho através da criação de uma empresa agrícola, buscando o povoamento e também a produção agrícola nos terrenos próximos aos ranchos, a criação de gado, a extração de frutos do mar e o desenvolvimento da pesca e do artesanato doméstico.

Desde a ocupação efetiva do seu território, o seu meio ambiente e a sua paisagem natural começaram a ser sistematicamente modificados pelo homem em consequência das atividades agrícolas e da exploração da mata nativa, através da retirada de lenha e madeira. Com a colonização açoriana e a formação da pequena propriedade de base familiar, passou a existir na Ilha uma crescente produção agrícola através da policultura, além da criação de animais, pesca e o artesanato doméstico. Desse modo, as atividades agropecuárias fizeram parte da cultura e do dia-a-dia dos colonizadores açorianos e seus descendentes, suprimindo a subsistência das famílias e o mercado comercial local e regional.

Nas últimas décadas do século XX a Ilha de Santa Catarina passou a vivenciar um grau crescente de impactos sócio-econômicos e ambientais devido às inúmeras transformações espaciais e novas relações estabelecidas em seu território, ligadas, sobretudo à urbanização, à construção de inúmeros empreendimentos para atender aos novos moradores e ao crescimento das atividades relacionadas ao setor turístico.

Nesse processo observa-se a redução e até mesmo o desaparecimento de antigos costumes e usos que existiam em várias comunidades da Ilha e que aos poucos cederam espaço para novas edificações residenciais ou para novas atividades. De um local calmo, pacato e com “ares de cidade interiorana” a Ilha passou a vivenciar em grau crescente os impactos do rápido crescimento urbano. O desenvolvimento de atividades agrícolas passou a desaparecer diante da expansão urbana direcionada para os bairros periféricos.

A escolha pela Ilha de Santa Catarina como recorte espacial para esse estudo de caso se deve pelo fato da pesquisadora ter observado as fortes transformações rural-urbanas da última década, devido ao intenso crescimento da cidade, surgindo assim inquietações sobre o passado e a história da Ilha. Existem inúmeros trabalhos relacionados à questão da agricultura no território insular, porém ainda carecem pesquisas que abordem essa temática durante todo o período de sua ocupação. Desse modo, foram utilizados diversos autores que descrevem a história da Ilha, procurando estabelecer a sua relação com os usos agrários e a dinâmica do seu espaço rural.

Esta pesquisa busca sistematizar as informações sobre os usos agrários na Ilha de Santa Catarina durante a sua ocupação efetiva, através da compreensão da dinâmica de sua organização espacial. O trabalho procura documentar historicamente e de forma seqüencial, como os espaços rurais da Ilha de Santa Catarina foram sendo modificados e se adaptaram à substituição da base econômica local e regional, em um processo que está vinculado principalmente ao avanço da urbanização em direção às suas áreas periurbanas e rurais e que conseqüentemente causa o desaparecimento desses espaços.

Buscou-se identificar as alterações e transformações dos espaços rurais historicamente construídos na Ilha de Santa Catarina e as comunidades que apresentam a permanência de atividades agrárias, vindo a contribuir com a discussão sobre o processo de refuncionalização dos espaços rurais diante do processo de urbanização, demonstrando a proximidade e a interação entre o rural e o urbano na Ilha de Santa Catarina.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

- Analisar as transformações sócio-espaciais relacionadas às mudanças dos usos agrários na Ilha de Santa Catarina.

Objetivos Específicos:

- Apresentar elementos históricos de interação entre o rural e o urbano na Ilha de Santa Catarina;
- Identificar as razões da permanência das atividades agrícolas em meio ao processo de urbanização.

METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como estudo de caso o recorte espacial da Ilha de Santa Catarina. Para cumprir os objetivos propostos, utilizou-se como base a análise e a interpretação do seu processo histórico de construção e posterior transformação do espaço rural.

Buscou-se compreender os processos de ascensão, decadência e o desaparecimento da economia agrícola, ligando-os e relacionando-os com os processos de urbanização e modernização da capital catarinense, apresentando as alterações sociais, econômicas, políticas e culturais da Ilha de Santa Catarina.

Para que essa análise se tornasse possível, foram utilizadas referenciais conceituais decorrentes do tema e do contexto histórico-geográfico da referente área de estudo. Diante disso, adotou-se como referencial teórico-metodológico a categoria de formação sócio-espacial proposta por Santos (1982).

Segundo a teoria de formação sócio-espacial, para se analisar uma determinada sociedade deve-se levar em conta fatores que a constituem em diferentes esferas. Esses fatores ligados a elementos econômicos, sociais, políticos e culturais são indispensáveis para que se possa fazer uma análise abrangente e que leve em conta a unidade e a totalidade social.

De acordo com Santos

“o interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações” (SANTOS, 1982, p.2).

Conforme o autor, o espaço reproduz a totalidade social e as transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas de cada sociedade. Dessa forma, “o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos” (SANTOS, 1982, p.6). Do mesmo modo, o espaço torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1982, p.6), pois “somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial” (SANTOS, 1982, p.01).

De acordo com esse enfoque teórico-metodológico e buscando alcançar os objetivos propostos no trabalho, a pesquisa dividiu-se em algumas etapas recorrendo-se num primeiro momento ao referencial teórico com base em fontes primárias e secundárias, através da consulta de materiais de arquivos públicos e bibliotecas, como documentos e relatos históricos, livros, dissertações e teses, textos de jornais e fotografias, reunindo-se material para que se pudessem abordar os assuntos pertinentes e que apresentam relação com o tema proposto, como a ocupação e evolução sócio-econômica da Ilha de Santa Catarina e os seus usos agrários em diferentes períodos da história.

Buscando conhecer a realidade atual e das últimas décadas dos espaços de produção agrícola da Ilha de Santa Catarina, foram obtidos dados através de fontes secundárias que evidenciaram a produção agrícola do município de Florianópolis, a partir da análise dos Censos Agropecuários de 1950, 1980 e 2006, pesquisas essas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Paralelamente a primeira e a segunda etapa da pesquisa, foi realizada a terceira etapa, marcada pela pesquisa empírica, através da observação da paisagem e obtenção de fotografias que ilustram a realidade atual de comunidades que no passado possuíam hábitos predominantemente rurais.

CAPÍTULO 1: FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E GÊNESE DOS USOS AGRÁRIOS NA ILHA DE SANTA CATARINA NO SÉCULO XVIII

1.1 Aspectos da ocupação inicial da Ilha de Santa Catarina: importância dos índios carijós e o papel da metrópole portuguesa na ocupação efetiva do território insular

A Ilha de Santa Catarina representa a porção insular do município de Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina e faz parte do aglomerado urbano formado pelos municípios de Florianópolis, Biguaçu, Palhoça e São José. Localiza-se entre os paralelos 27°22' e 27°50' de latitude Sul e os meridianos 48°21' e 48°34' de longitude Oeste e possui uma população de aproximadamente 315.434 habitantes (IBGE, 2010), ocupando uma área de 423 Km² (IBGE, 2010), conforme o mapa de localização apresentado a seguir (Figura 1).

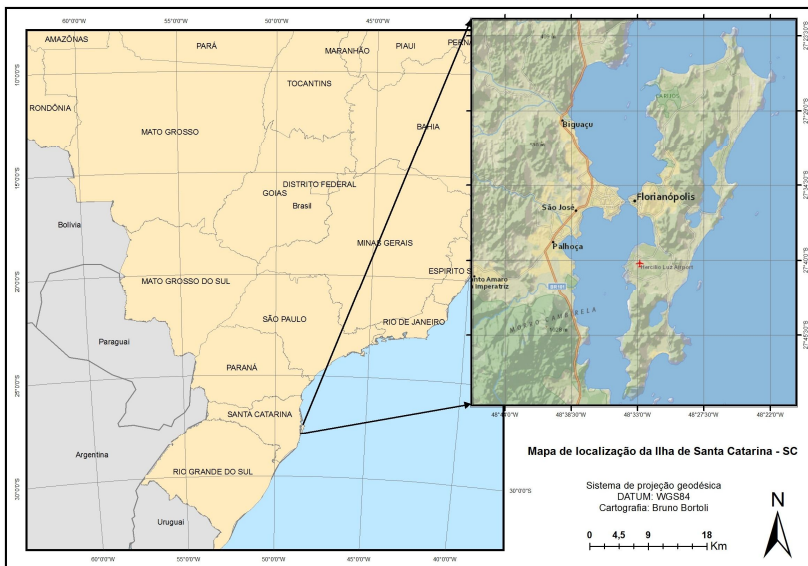


Figura 1: Mapa de localização da Ilha de Santa Catarina – SC.

Mesmo antes do povoamento efetivo da Ilha de Santa Catarina pelos vicentistas, a prática de atividades agrícolas já desempenhava um

importante papel na sua configuração espacial, através da ocupação do território pelos índios carijós, que povoaram grande parte do litoral catarinense e dominaram o cultivo e técnicas de uso da terra como a coivara¹.

Antes da chegada dos vicentistas e europeus à Ilha, os carijós ocuparam as áreas planas, próximas ao mar e de solos arenosos (CECCA, 1997), onde plantavam produtos como algodão, mandioca, milho, pimenta, batata e inhame. Os carijós comiam o milho através de bolos na chapa (pedra aquecida), pamonha, canjica e também como uma espécie de cachaça, conhecida como cauim. A mandioca era consumida através do preparo do beiju, farinha e pirão (FARIAS, 1998, p.50).

Com uma alimentação baseada nesses produtos e também na caça, pesca e coleta de frutos, deixaram de herança diversos cultivos, hábitos e técnicas de uso da terra para os habitantes que mais tarde povoaram a Ilha de Santa Catarina.

Desde o século XVI os carijós forneciam farinha de mandioca e outros produtos para os navegadores que passavam pela região. Segundo Brito (1829, p.07):

“Antônio Érrera escreve que quando Sebastião Caboto e Diogo Garcia aportaram com as suas Expedições na Ilha dos Patos (hoje de Santa Catarina), o primeiro em 1526, e o segundo em 1527, aqueles Indígenas lhes forneceram farinha de mandioca, abóboras, e outros viveres desta natureza; o que assaz prova, que eles tinham alguma indústria agrícola”.

Após a metade do século XVI duas ações externas por parte do governo de Portugal passaram a comprometer a ocupação da Ilha pelos índios carijós: a ação dos vicentistas e dos missionários, que mesmo não fundando nenhum núcleo na Ilha, passaram a transitar por ela em direção a outros locais do Continente. Dessa forma, grande parte dos carijós buscando fugir da perseguição dos primeiros aventureiros europeus abandonou a Ilha e migrou para outros locais.

A doação da porção territorial da Ilha de Santa Catarina para Pero Lopes de Souza em 1534 através do sistema de capitánias hereditárias deu um primeiro impulso para o estabelecimento de núcleos

¹ Queima da vegetação para posterior plantio na mesma porção de terra.

colonizadores nesse território, refletindo nas primeiras transformações da paisagem local (VEIGA, 1993), porém nesse primeiro momento, a Ilha foi mais utilizada como ponto de apoio para os navios do que como local de povoamento efetivo por parte do governo português.

No século XVII as diversas tentativas de ocupação por parte dos vicentistas não se efetivaram e por quase todo o século XVII a Ilha de Santa Catarina permaneceu ocupada principalmente pelos carijós remanescentes. Somente em 1673, José Pires Monteiro (filho do bandeirante Francisco Dias Velho)² chegou à Ilha, dando início às lavouras e construções.

O núcleo efetivo de ocupação inicial da Ilha de Santa Catarina surgiu na área onde atualmente se localiza a região central da cidade, junto à catedral metropolitana e à praça XV de novembro. Nesse núcleo inicial

“as construções alinhavam-se em ruas estreitas, que partindo do Largo da Matriz, se dirigiam às fontes d’águas existentes nas proximidades. Localizavam-se também junto das picadas que contornavam a orla marítima, e das trilhas a caminho dos fortes e das igrejas. Geralmente as casas procuravam se adaptar aos terrenos regulares de baixa declividade (VEIGA, 1993, p.36).

A estrutura principal do povoado era ligada à produção de gêneros alimentícios e ao desenvolvimento da pesca e do artesanato doméstico, com uma produção voltada para abastecer a população local.

Após os primeiros anos de ocupação

“a meta dos governantes de formar um verdadeiro núcleo central na Ilha, pôde tomar corpo, esboçando-se um “centro urbano” fronteiro à praia, cujo núcleo principal gravitava em torno da ermida em que serviu de ponto de partida - a primeira capelinha de Dias Velho” (VEIGA, 1993, p.35).

² É considerado o fundador efetivo de Desterro por volta de 1673, porém só desembarca na Ilha dois anos após a sua fundação (PAULI, 1973).

As plantações que ocupavam os terrenos próximos às construções e aos ranchos, tornaram possível a constituição de trocas com os carijós que ocupavam o continente fronteiro (VÁRZEA, 1984).

A praça litorânea tornou-se o centro principal da vila, seguindo o padrão da ocupação portuguesa para as colônias:

“a forma retangular medida a palmo, a igreja situada no alto da colina e voltada para o mar, a localização lateral da casa da câmara e cadeia, da casa de governo e dos pontos de comércio fixos, o abastecimento na praia onde se encostavam pequenas embarcações” (VAZ, 1991).

Em 1675 com a ocupação efetiva do território insular, Dias Velho desdobrou seus empreendimentos em várias feitorias pela Ilha e Continente. Em 1678 ele retornou a São Paulo buscando requerer os títulos legais das terras em que seus empreendimentos estavam tendo sucesso. Voltou à Ilha em 1679 e nesse período se envolveu com a criação da Colônia do Sacramento, fazendo de Nossa Senhora do Desterro³ um entreposto marítimo de apoio para as embarcações.

A estratégia portuguesa combinava a exploração de metais preciosos (ouro e prata) no continente americano e o estabelecimento de uma colônia junto ao Rio da Prata (PAULI, 1973, p. 85). Dessa forma, Portugal criou em 1680 a Colônia do Sacramento, em território atualmente pertencente ao Uruguai, construindo uma guarnição militar na margem esquerda do Rio da Prata, bem defronte a Buenos Aires e em 1737, a colônia militar do Rio Grande (CAMPOS, 1991, p.20).

O empreendimento agrícola de Dias Velho em Desterro chegou a apresentar até 1679 quatro feitorias, uma capela, lavouras de mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar e fumo, gado (fruto de onze cabeças iniciais trazidas dos campos de Curitiba), além das atividades ligadas à pesca⁴.

³Nome atribuído à Ilha de Santa Catarina por Francisco Dias Velho e alterado em 1893 no governo de Hercílio Luz para Florianópolis em homenagem ao marechal Floriano Peixoto, líder da revolução federalista “que fuzilou dezenas de pessoas na antiga Desterro” (CARUSO, 1997, p.20).

⁴Há poucos dados disponíveis sobre as atividades e o desenvolvimento econômico da Ilha no período do século XVII e início do século XVIII. Os dados existentes referem-se aos relatos de viajantes e algumas correspondências oficiais.

Com a morte de Dias Velho em 1679 permaneceram na Ilha apenas alguns moradores, existindo “pequenas chácaras, alguma plantação, umas poucas canoas e umas tantas redes de pescar” (PAULI, 1973, p. 113). No início do século XVIII ocorreu um pequeno impulso no crescimento demográfico com a chegada de novos moradores, como Manuel Manso Avelar, que se tornou o novo líder do povoado. As terras antes ocupadas por Dias Velho passaram a ser ocupadas por novos moradores, enquanto os herdeiros de Dias Velho, mesmo não permanecendo na Ilha, passaram a reivindicar o direito sobre as mesmas até o ano de 1720, quando o perderam definitivamente (CABRAL, 1987).

Conforme Cabral (1987), Avelar dedicou-se ao contrabando, cedendo aos exploradores e piratas os produtos da terra, gêneros, água, lenha, frutos e peles, em troca de roupas, pólvora, armas e instrumentos.

Manoel Gonçalves de Aguiar relata a existência de aproximadamente vinte habitantes na Ilha em 1711 (CABRAL, 1972). Em 1712 segundo relato de Amédée François Frézier, a Ilha apresentava-se como

“uma floresta contínua de árvores verdes o ano inteiro, não se encontrando nela outros sítios praticáveis a não ser os desbravados em torno das habitações, isto é, 12 ou 15 sítios dispersos aqui e acolá à beira-mar nas pequenas enseadas fronteiras à terra firme; os moradores que os ocupam são portugueses, uma parte de europeus fúgitivos e alguns negros; vê-se também índios, alguns servindo voluntariamente aos portugueses, outros que são aprisionados em guerra” (SANTA CATARINA, 1979, p.20).

Frézier menciona ainda que em 1712 a população da Ilha era formada por “147 brancos, alguns índios e negros libertos” (SANTA CATARINA, 1979, p.20). Segundo o Ouvidor de São Paulo, Rafael Pires Pardiniho, em 1720 existia em Desterro, 27 casas, habitadas aproximadamente por 130 pessoas (CABRAL, 1972, p. 201).

Em 1719 o navegador George Shelvocke em sua passagem pela Ilha descreveu que

“a ilha é toda coberta de matas inacessíveis, de forma que, com exceção das plantações, não

existe uma só clareira nela toda (...). Existe ali uma grande abundância de laranjas, tanto de espécie “China”, como da “Sevilha”, limões, cidras, limas, bananas, palmitos, melões de todas as espécies e batatas. Também existe ali a cana-de-açúcar muito grande e boa, mas dela não se fazem nenhum ou muito pouco uso, por falta de utensílios (...). Com respeito à pesca, eles têm uma grande abundância de diversas espécies de bons peixes, não lhes faltam ótimos lugares para lançar as redes de arrastão” (SANTA CATARINA, 1979, p.46).

Shelvocke também relata que antes de partir da Ilha, adquiriu

“21 cabeças de gado preto, diversos porcos, e 200 peixes grandes salgados, juntamente com 150 arrobas de farinha de pau, que é a farinha da raiz de mandioca, tão fina como a nossa farinha de aveia (...). Eu também comprei 160 arrobas de trigo e um bom estoque de fumo, pagando suas compras em dinheiro e também trocando-as por sal” (SANTA CATARINA, 1979, p.45).

Devido aos constantes conflitos entre Portugal e Espanha em relação aos acordos fronteiriços, Portugal procurou estabelecer uma política efetiva de povoamento buscando a proteção do seu território. Com o objetivo de melhor povoar a Ilha de Santa Catarina, no dia 23 de março de 1726 o povoado foi desmembrado de Laguna, sendo elevado à condição de vila⁵. Nomeada Freguesia de Nossa Senhora do Desterro⁶, o pequeno núcleo passou a ter certa organização (PAULI, 1973).

⁵ A elevação de Desterro à condição de vila foi motivada pela necessidade de defesa do território, ampliando o controle sobre o espaço. Porém a elevação “estava limitada ao núcleo original e seu entorno imediato, ficando o restante da Ilha sem ocupação e defesa, questão prioritária da Coroa” (OLIVEIRA, 1992, p.67). A vila era a unidade político-administrativa colonial e possuía uma câmara de vereadores, “à qual competia dispor sobre os assuntos diretamente ligados à sua vida civil, como construções, arruamentos, obras públicas, aferição de pesos e medidas, fiscalização de gêneros alimentícios, de logradouros públicos”. As suas decisões eram baixadas por meio de posturas, afixadas na porta da câmara e lidas ao povo reunido (CABRAL, 1987, p.54).

⁶ De acordo com Pauli (1973) a denominação freguesia representava um misto de organização religiosa e política. Geralmente as freguesias recebiam o nome

Em agosto de 1738 a Coroa portuguesa determinou que o território da Ilha de Santa Catarina passasse para a jurisdição do governo do Rio de Janeiro, separando-o de São Paulo e executando obras de fortificação. Assim foi criada a Capitania de Santa Catarina, com sede na Ilha de Santa Catarina. Em 1739, a metrópole portuguesa fixou um corpo administrativo e militar na Ilha sob o comando do brigadeiro José da Silva Paes, na condição de primeiro governador da Capitania de Santa Catarina, transferindo contingentes militares para a Ilha, além de algumas famílias de oficiais portugueses.

Uma importante estratégia de proteção contra possíveis ataques espanhóis foi a criação de um sistema de fortalezas na Ilha de Santa Catarina e no seu entorno continental (PAULI, 1973). Foram erguidas construções militares como a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, na entrada norte do canal de acesso às baías; o forte de São José da Ponta Grossa, na ponta da Ilha fronteira àquela ilhota; o forte de Santo Antônio dos Ratores, na ilha do Raton Grande; e a fortificação da barra do sul, com o forte de Nossa Senhora da Conceição na Ilha de Araçatuba (CABRAL, 1987).

A partir desse momento as funções militares que Desterro passou a preencher afetaram sua estrutura interna, suas relações com as povoações da região circundante e com as outras regiões da Colônia, pois

“de um lado ela tornou-se uma espécie de povoação militar, com funções administrativas e políticas próprias, que acarretavam maior complexidade na diferenciação e na organização do sistema comunitário de relações sociais. De outro lado, as formas de dominação tradicional passaram a ser suplementadas e, mesmo, absorvidas por um tipo mais complexo de autoridade, que encontrava sua origem e fonte de legitimação fora da estrutura de poder da comunidade” (CARDOSO, 1960, p.16).

O interesse português pela região litorânea catarinense e a busca de estratégias para seu efetivo povoamento, são percebidas através da

da igreja local e dessa forma o povoado da Ilha denominado Santa Catarina passou a ser chamado Freguesia de Nossa Senhora do Desterro e mais tarde simplesmente Desterro.

análise de um documento elaborado pelo Conselho Ultramarino de Lisboa no século XVIII. Segundo o documento “Descrição da Ilha de Santa Catharina” a posição geográfica da Ilha de Santa Catarina era estratégica “haja vista, a excelente proteção que suas baías proporcionavam ao abrigo dos navios”. A Ilha mostrava-se como um importante local para armazenar as embarcações devido à grande quantidade de excelentes madeiras que poderiam ser utilizadas para o conserto das embarcações, além da “abundância de peixe e outros fructos da terra”. Além disso, o povoamento efetivo da Ilha faria crescer as rendas da Coroa, através da criação de grandes fazendas de gado, engenhos de farinha e açúcar, justificando-se ainda a construção de novas fortalezas e o aumento da guarnição dos soldados para defender a Ilha.

Com a criação da capitania, além do rápido aumento populacional causado pela transferência dos militares e suas famílias, ocorreu efetivamente a incorporação política e administrativa da Ilha ao regime colonial português.

As funções urbanas – políticas e militares – que passaram a ser exercidas por Desterro refletiram-se na estrutura do seu sistema econômico, ampliando sua produção agrícola e criando um comércio interno. Por sua vez, o crescimento da economia agrícola intensificou o desenvolvimento urbano de Desterro, através da criação de um centro comercial regional (CARDOSO, 1960, p. 18).

Desde sua chegada à Ilha de Santa Catarina, o governador Silva Paes expôs a necessidade de aumentar a população que nela vivia, formulando e desenvolvendo uma ação para trazer casais açorianomadeirenses para o litoral catarinense, atendendo as necessidades militares de defesa do território e buscando abastecer com alimentos as tropas (VEIGA, 1993).

Era necessária uma maior integração entre as diferentes regiões do país. O ouro explorado no interior exigia “a construção de estradas até o litoral, o melhoramento dos portos e da administração colonial” (CARUSO, 1997, p.17), enquanto o nordeste brasileiro se relacionava com o centro-oeste, abastecendo-o com carne e couro, da mesma forma que a província do Rio Grande do Sul, que enviava para Sorocaba-SP “numerosas tropas de bois, cavalos e mulas”. Até a chegada dos açorianos ao seu litoral, a província catarinense estava à margem do progresso existente nas outras regiões do país. A agricultura até então praticada no Brasil colonial era baseada na exploração da mão-de-obra escrava e na existência da grande propriedade rural, com uma produção voltada principalmente à exportação (CARUSO, 1997, p18).

Em 1746 o Conselho Ultramarino de Lisboa decidiu iniciar o povoamento do litoral sul do Brasil⁷, determinando a fixação de editais nas Ilhas de Açores e Madeira em agosto de 1746, prometendo aos habitantes que quisessem se estabelecer no Brasil, o transporte à custa da Fazenda Real, a destinação de \$2400 réis às mulheres de mais de 12 e menos de 25 anos de idade e ainda \$1000 réis para cada filho dos casais; além de farinha de mandioca para o sustento durante o primeiro ano, um quarto de légua para estabelecer seu sítio e moradia, além de diversos instrumentos de trabalho (SILVA, 1992).

De acordo com Caruso (1997, p.18) há diferentes versões por parte dos historiadores da razão dos açorianos terem sido escolhidos para migrarem para o litoral catarinense. Alguns apontam a superpopulação existente nas Ilhas dos Açores, porém dos 150 mil habitantes que lá viviam em 1748, apenas 5 mil migraram para o litoral de Santa Catarina, não mudando significativamente o “superpovoamento” das Ilhas. Outra justificativa nasce na análise do sistema social vigente na época nos Açores – o feudalismo – que negava terras ao trabalhador e o explorava violentamente, concluindo-se que o açoriano partiu para Santa Catarina em busca de terra e de liberdade. Outro aspecto era a estratégia política portuguesa de ocupação, através da fundação em 1680 da Colônia do Sacramento e a série sucessiva de guerras e conflitos com a Espanha, que obrigou Portugal a “organizar uma retaguarda de apoio às suas forças na Ilha de Santa Catarina (CARUSO, 1997, p.19).

A primeira leva de imigrantes açoriano-madeirenses chegou ao litoral catarinense em 1748, trazendo 461 pessoas; a segunda em 1749, com 1066 pessoas; a terceira em 1750/1751, trazendo 1421; a quarta em 1752, com 1478; e a quinta em 1756 com 520 pessoas, em um total de 4.946 pessoas (PAULI, 1973).

Os imigrantes na viagem até a chegada em Santa Catarina passaram por diversos problemas, como

“a longa viagem, a falta de alimentos frescos e água, as péssimas condições higiênicas e a conseqüente manifestação de doenças contraídas a bordo. Ao chegar depararam-se com uma morfologia acidentada, e uma vegetação cerrada e

⁷Atendendo à Provisão Régia do Rei de Portugal de 09/08/1747, que orientou o programa colonizador elaborado pelo Conselho Ultramarino (PEREIRA, 2003).

com animais ferozes, o que deve a principio ter-lhes causado alguns contratempos. Todavia, se por um lado a fechada vegetação, constituída pela mata tropical atlântica era um problema, pois as árvores tinham de ser derrubadas, compunha-se, por outro lado, um excelente potencial de terras novas e férteis, a serem aproveitadas” (CAMPOS, 1989, p.28).

Na Ilha de Santa Catarina, através da demarcação e ocupação de pequenos lotes de terras os açorianos estabeleceram núcleos populacionais em locais onde mais tarde cresceram as primeiras freguesias. Os primeiros colonos portugueses foram distribuídos primeiramente no entorno da Vila de Nossa Senhora do Desterro e ao redor do Morro do Antão⁸, seguindo depois o povoamento para Trás do Morro⁹, integrando-os com os habitantes locais, na maioria vicentistas e alguns portugueses, índios e escravos (PEREIRA, 2003).

Em seguida foram organizados novos núcleos, como em 1755, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, no leste da Ilha; e a Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio, no norte da Ilha. Posteriormente com o crescimento populacional da Ilha, ocorreu o desmembramento dessas freguesias existentes. A freguesia de Nossa Senhora do Desterro originou as Freguesias de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão em 1809 e a da Santíssima Trindade detrás do Morro em 1835; a de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa deu origem a de São João do Rio Vermelho em 1834; a de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio originou a Freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras, em 1835 (CECCA, 1997).

A descontinuidade gerada pela dispersão dos núcleos populacionais foi condicionada pelas características do relevo (OLIVEIRA, 1992). Mamigonian (1958) denomina de “habitat rural açoriano” a configuração espacial da ocupação açoriana na Ilha de Santa Catarina (figura 2). Essa organização espacial ordenou a ocupação de diversas freguesias, com os terrenos apresentado-se compridos e perpendiculares aos caminhos dispostos ao longo do litoral e dos vales.

⁸ Atual Morro da Cruz.

⁹ Atual bairro Trindade.



Figura 2: Habitat Rural Açoriano - Alto Ribeirão e Santo Estevão
Fonte: Mamigonian (1958)

O modelo de ocupação dos terrenos e de abertura de caminhos e ruas estreitas originou uma configuração conhecida como “espinha de peixe”, onde os terrenos se estendem de modo perpendicular à uma via central, originando um área retangular, com acesso à essa via central (figura 3).



Figura 3: A - parcelamento das propriedades coloniais agrícolas (ocupação linear junto à SC – 406). B - esquema gráfico da organização espacial.

Fonte: ALVES (2009)

Os caminhos rurais anteriormente abertos que compunham o traçado pré-urbano, configuram espacialmente as servidões e ruas atuais, estruturando vias perpendiculares e compondo ainda hoje um desafio para o planejamento e gestão do espaço na Ilha de Santa Catarina. Tricart (1956) aponta para a permanência da estrutura agrária pré-urbana na configuração do traçado urbano, onde os antigos caminhos rurais tornam-se ruas, ao mesmo tempo em que ocorre a subdivisão dos lotes.

A estrutura pré-urbana

“que corresponde de fato à estrutura agrária da zona da periferia urbana, dirige o crescimento da cidade e muitas vezes imprime aos novos bairros um caráter próprio. Como no habitat rural, nota-se a oposição entre dois grandes tipos de “colonização”: a “colonização” individual e a “colonização” organizada. A primeira deixa campo aberto à iniciativa individual. Uma pessoa compra um lote de terreno de uma chácara e aí constrói uma casa, casinhola ou mesmo um casebre. Os velhos caminhos vicinais pouco a pouco se tornam ruelas, ladeadas por montes de detritos, depois se transformam em ruas da cidade” (TRICART,1956, p. 474).

Esse processo de ocupação inicial é visível ainda hoje através da existência das servidões¹⁰, que se configuram com os terrenos da frente das propriedades sendo menores, com acesso às ruas principais ou à praia, apresentando o seu fundo maior, chegando em muitos casos até os morros. Como exemplifica Reis (2002, p.144) as áreas anteriormente ocupadas pela agricultura correspondem atualmente às áreas parceladas, “processadas segundo os interesses de seus proprietários”. A configuração urbana resultante é visível em bairros como Agrônômica (figura 4), Trindade e Pantanal e nas áreas do interior da Ilha de Santa Catarina.



Figura 4: Parcelamento atual do solo no bairro Agrônômica.
Fonte: REIS (2002)

¹⁰A palavra servidão “é um termo técnico de origem portuguesa que designa passagens, ruas e ruelas estreitas que cortam os terrenos, os bairros, as praias e os morros da cidade” (FANTIN, 1999, p.37).

Quando chegassem ao litoral catarinense, cada família proveniente de Açores-Madeira deveria receber um quarto de légua de terras, armas, instrumentos de trabalho agrícola, sementes, alguns animais e farinha para o consumo familiar por um ano, todavia uma série de impedimentos reduziu o imigrante efetivamente às condições que a própria Ilha oferecia (PIAZZA; MELLO, 1987). Com a ocupação das terras, os colonos deram início à derrubada e à queima da floresta, construindo as primeiras casas, utilizando cipós, taquaras, argila e folhas de palmeira. Enquanto trabalhavam a terra para implantar à maneira indígena as primeiras culturas, subsistiram basicamente da pesca, da coleta e da caça (VIEIRA, 2004).

Desde a chegada dos colonos açorianos

“começou a Ilha a florescer em habitantes, em agricultura e mesmo em indústria manufatureira, apesar de terem sido mal cumpridas as recomendações do governo de Portugal, assim a respeito da repartição das terras, como do tratamento prescrito nas Provisões do Conselho Ultramarino, resultando daí abandonarem alguns colonos o país, e outros arrependerem-se de ter vindo; todavia, principiaram a aparecer os tecidos de algodão e linho, dos quais, a bem dizer, se serviam todas as famílias, e não pequena foi logo a exportação, principalmente para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul; e de que hoje (1856) apenas há vestígios por algum carcomido tear que ainda se ouve bater descompassadamente em uma ou em outra choupana dos sítios (...). Foi com a distribuição desses colonos prestimosos e interessantes pela Ilha, e alguns lugares da terra firme, que se formaram as melhores povoações, hoje convertidas em cidades, vilas e freguesias” (COELHO, 1856, p.21).

Nesse período foram feitas na Ilha as primeiras plantações de cana-de-açúcar, milho, legumes e frutas, surgindo as primeiras atafonas e engenhos de açúcar e de farinha (BOUTEIX, 1914). Surgiu na Ilha a figura do “pescador lavrador”, que herdou dos carijós as técnicas de cultivo, de caça, pesca, coleta de mel, de frutos silvestres, tubérculos, palmitos, palmas, madeiras e cipós (VIEIRA, 2004).

A pesca que até esse então representava uma atividade de subsistência, após a integração da província catarinense à economia colonial portuguesa, passou a caracterizar-se como uma atividade lucrativa. A conservação do peixe pela salga¹¹ e sua exportação para outras províncias da Colônia e a pesca da baleia tornaram-se atividades econômicas em expansão em grande parte do litoral catarinense.

1.2 A integração econômica catarinense à economia colonial: a pesca da baleia

Durante a segunda metade do século XVIII a pesca da baleia representou uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no litoral catarinense. As armações baleeiras utilizadas para o processamento de produtos provenientes da pesca da baleia foram construídas em diversos pontos do litoral catarinense. Uma das armações principais, a Armação de Nossa Senhora da Piedade foi erguida por volta de 1742 na Freguesia de São José da Terra Firme, à entrada da baía norte da Ilha de Santa Catarina. Foram investidos grandes capitais na construção e no funcionamento dessas armações, através da aquisição de escravos e de embarcações e na ampliação das fábricas. A fartura da pesca em Santa Catarina fez com que em 1772, fosse construída a armação da Lagoinha¹² na costa leste da Ilha de Santa Catarina, além de outras três armações na costa catarinense, a de São João Baptista de Itapocoróia em 1778, São Joaquim da Garopaba em 1795 e a de Sant'Ana do Imbituba em 1796¹³ (SILVA, 2008).

Nas unidades de produção do óleo de baleia, existiam diversas formas de trabalho, assim constituídas: “trabalho compulsório executado pelos trabalhadores escravos (propriedade dos capitais comerciais portugueses); trabalho remunerado, cujos agentes eram os pescadores açorianos e madeirenses, com ganhos que variavam em função da

¹¹As salgas eram pequenas unidades manufatureiras existentes no litoral catarinense até a metade do século XX, sendo responsáveis pelo beneficiamento do pescado, que depois era comercializado com os capitais manufatureiros (SILVA, 1992).

¹² A armação da Lagoinha possuía em suas instalações cinco tanques para armazenar óleo, casa grande com três salas, quatorze quartos, três corredores, varanda e cozinha, companhas com dez casas com um armazém para lanchas, treze senzalas, botica, sítio, capela e um cemitério (LUZ, 1994).

¹³Algumas comunidades executavam atividades ligadas à pesca da baleia, como o Ribeirão da Ilha que se tornou um centro produtor de lanchas baleeiras (PEREIRA, 2003).

produtividade e do ofício que exerciam; e trabalho compulsório, realizado por escravos de aluguel, cuja renda era auferida por seus proprietários, espalhados pelo litoral catarinense” (SILVA, 1992, p.72).

A pesca da baleia efetuada nas possessões portuguesas tinha seu contrato de exploração firmado entre a Coroa portuguesa e pessoas que possuísem capital e se dispusessem para realizar a atividade (LUZ, 1994). Essa atividade apresentou um ritmo satisfatório de rentabilidade, porém no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX passou a decair devido à crescente concorrência de baleeiros ingleses e norte-americanos que se utilizavam de embarcações e técnicas mais eficientes de pesca em alto-mar (BALDIN, 1980, p.80).

De acordo com Cabral (1987) existiram dois grandes períodos na concessão da pesca da baleia no litoral catarinense: o período da concessão de Tomé Gomes Moreira, de 1741 a 1764; e o período da concessão da família Quintela, de 1765 a 1801. O sistema de concessão monopolista beneficiava somente a Coroa Portuguesa interessando ao “desenvolvimento econômico da região apenas à medida que abriu possibilidades para o trabalho dos lavradores pobres e para o transporte do azeite pela navegação de cabotagem” (CARDOSO, 1960, p.32).

Fica claro que a exploração baleeira no litoral catarinense proporcionava que os maiores ganhos fossem direcionados para os capitais comerciais portugueses que realizavam a intermediação comercial do produto na Europa. Do mesmo modo, a ligação entre os pescadores açoriano-madeirenses no processo manufatureiro “possibilitava transformações significativas no interior da pequena unidade mercantil, notadamente para arpoadores e timoneiros” (SILVA, 1992, p.72).

Esses pescadores além de receberem remuneração por sua produtividade, podiam ainda alugar seus escravos nos períodos de maior captura da baleia, aumentando os seus recursos. Por outro lado, os pequenos produtores que não conseguiam ascender socialmente através da exploração baleeira,

“tinham a garantia da reprodução social de sua unidade, a partir do abastecimento dos mercados situados ao longo da orla marítima catarinense, em especial ao abastecer as classes abastadas que gravitavam em torno da burocracia político-militar, além dos armazéns reais estabelecidos em Desterro” (SILVA, 1992, p.72).

Pode-se afirmar que a relação existente entre os pequenos produtores e a manufatura baleeira proporcionava

“certa distribuição de renda e que, associada a outras condições favoráveis, possibilitava a emergência de uma nova classe social. Com efeito, há indícios de que esta nova classe social – a classe senhorial – concomitantemente realizava comercializações no espaço urbano (...). Do mesmo modo que ocorria nos grandes centros como o Rio de Janeiro, o sistema colonial, contraditoriamente, desenvolvia uma burguesia mercantil-escravista, que funcionava como engrenagem do sistema” (SILVA, 1992, p.74).

Com a revolução industrial e a entrada do sistema econômico mundial em uma nova fase, ocorreu um ajuste da economia internacional e o aumento da produção nos países capitalistas. Países como a Inglaterra, passaram a exigir que as regiões antes produtoras - como o litoral catarinense – aumentassem o consumo de determinados produtos, generalizando as relações mercantis e gerando uma crise na base do sistema colonial – o monopólio comercial (SILVA, 1992).

A disputa pela hegemonia político-econômica do território mundial entre França e Inglaterra e o aprofundamento da crise do sistema colonial, fazem com que no Brasil haja uma “ruptura da colônia com a metrópole”, com a independência do Brasil e a ascensão de uma política dominada pela classe senhorial aliada à burguesia nascente (SILVA, 1992, p.74).

Com a aliança entre Portugal e Inglaterra em meio ao bloqueio econômico exigido pela França à nação inglesa, a Inglaterra exigiu em 1808 a abertura dos portos ao mercado mundial e a transferência da Família Real para o Brasil, dando um fim ao pacto colonial e ao exclusivo metropolitano (SILVA (1992).

Diante disso os contratos existentes entre a Coroa e particulares foram extintos e a produção caiu acentuadamente, passando a administração para a Provedoria da Fazenda de Santa Catarina. Essa situação manteve-se até 1816 quando o governo português fez novos acordos contratuais com comerciantes instalados no Rio de Janeiro, como Manuel Dias de Lima e Joaquim José Siqueira (SILVA, 1992). Entretanto, “as tentativas para reerguer a indústria baleeira não tiveram bons resultados e a atividade aproximava-se da decadência” (BALDIN, 1980, p.80).

Em 1826 coube à Intendência da Marinha em Santa Catarina¹⁴, criada em 1817, tentar reerguer e reorganizar a atividade nas armações sob responsabilidade do governo. As armações da Piedade e Lagoinha passaram a serem utilizadas como alojamento de tropas do exército e local de parada para as embarcações. O intendente Mello e Alvim reorganizou e procurou outras propostas de iniciativa particular para uso das armações, porém a atividade pesqueira estava praticamente abandonada, pois a pesca já não era mais compensadora aos cofres da Coroa e nem mesmo os contratos por arrendamento eram a solução. Em 1831 a armação da Lagoinha foi arrematada por particulares e logo entrou em decadência. Em 1832 com o fim das atividades da Intendência da Marinha em Santa Catarina, abandonou-se a reorganização das armações (BALDIN, 1980).

Estruturou-se desse modo o projeto político de ocupação do litoral catarinense que visava a instalação de bases político-militares (fortificações), o estabelecimento de uma pequena produção mercantil açoriano-madeirense, aliada à grande produção manufatureira das armações baleeiras, atividade que se utilizava do escravismo e tinha por finalidade alimentar os capitais mercantis portugueses (SILVA, 1992).

Silva (1992, p.56) expõe que os capitais manufatureiros portugueses articulavam-se no interior do Brasil Colônia, “entrelaçando modos de produção bastante complexos e heterogêneos”. Em particular nas terras do litoral catarinense, concedidas através do regime de sesmarias pela coroa portuguesa, utilizavam

“um modo de produção escravista, combinado com o trabalho de pequenos produtores. Estes, em conjunto, é que se constituíam na força de trabalho necessária ao desenvolvimento das forças produtivas no processo manufatureiro ligado à produção baleeira” (SILVA, 1992, p.57).

¹⁴A Intendência da Marinha em Santa Catarina foi criada “para servir de base logística aos objetivos do Governo Real de ocupar a banda oriental do Uruguai” (BALDIN, 1980, p.106), apoiando a Campanha da Cisplatina no suprimento às embarcações da Armada Nacional e Imperial que se dirigiam para o Rio da Prata durante as operações e mantendo o envio do abastecimento às tropas estacionadas em Montevidéu (BALDIN, 1980).

Com o abandono da pesca da baleia¹⁵, a mão-de-obra escrava até então utilizada nessa atividade, passou a ser empregada na agricultura, no trabalho no interior dos engenhos e nas atividades comerciais, como transporte de mercadorias nos portos localizados na Ilha de Santa Catarina e em serviços gerais.

Alguns fatores como a substituição da economia baleeira pela agricultura e pelo comércio e também a localização geográfica estratégica (entre as duas mais importantes cidades sul-americanas da costa atlântica – Rio de Janeiro e Buenos Aires), fizeram com que Desterro passasse a se destacar pelo desenvolvimento de atividades comerciais e portuárias em seu território¹⁶.

A prática de atividades agrícolas era imprescindível para a efetivação da colonização açoriana. Por conta disso, a Ilha de Santa Catarina passou a abrigar de forma efetiva, atividades agrárias que se distribuíram de maneira irregular em seu território, criando associações diversas entre o meio rural e a área urbana. Os pequenos produtores

“tinham a incumbência, via produção diversificada, de alimentar o espaço urbano desterrense, cuja burguesia comercial ali estabelecida abastecia com o excedente não só a nação brasileira, como também exportava para os países platinos, notadamente para as cidades de Montevideu e Buenos Aires” (SILVA, 1992, p.91).

Uma característica marcante no uso da terra desenvolvido pelos colonos açoriano-madeirenses na Ilha de Santa Catarina era o uso de terras comunais. O uso comum dessas terras ocorria já no século XVIII e se estendeu até o século XX, sendo de grande importância para os pequenos produtores, principalmente os mais pobres, que utilizavam as terras para a agricultura, pastagem para o gado, retirada de lenha e madeira e coleta de frutos e plantas medicinais (CAMPOS, 1991).

¹⁵ Aos escravos eram designados trabalhos como cortar as baleias em tiras e levar até o engenho, além de derreter e purificar o óleo (SILVA, 1992).

¹⁶ Em 1812 Desterro enviou para o Rio de Janeiro através do seu porto, 150 navios com carregamentos de “farinha de mandioca, aguardente, azeite de baleia, arroz, trigo, feijão, couro, carnes, alho, linho fino, cânhamo, batatas, telhas, cal, madeira e louças de barro (BALDIN, 1980, p.12).

CAPITULO 2: PEQUENA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA-COMERCIAL DA ILHA DE SANTA CATARINA NOS SÉCULOS XVIII E XIX

2.1. Importância e utilização das áreas comunais¹⁷

O uso de terras comunais fez parte da própria formação social-econômica açoriana na Ilha de Santa Catarina. Toda localidade possuía alguma área comunal para utilização, porém em alguns casos essa área comum não se localizava junto à comunidade. Muitas vezes os moradores de duas localidades distintas, utilizavam o mesmo campo ou área comunal, existindo durante o período colonial trinta terrenos comunais na Ilha de Santa Catarina¹⁸ (CAMPOS, 1991). Como pode ser observado no quadro 1, a localização dessas áreas se dava em diversas comunidades da Ilha:

Quadro 1: Áreas de uso comum que existiram na Ilha de Santa Catarina:

Área comunal	Localidade
Campo da Barra	Barra da Lagoa
Campo da Coroa ou Papaquara	Canasvieiras
Cayganga	Ribeirão da Ilha
Várzea do Ratores	Ratores
Ponta das Canas	Ponta das Canas
Cabeceira do Rio Ratores	Ratores
Campeche da Lagoinha	Ponta das Canas
Campo dos Morretes	Canasvieiras
Campo das Camarinhas	Trindade
Ponta Grossa	Ponta Grossa
Campo da Ressacada	Ribeirão da Ilha
Campo Novo	Canasvieiras

¹⁷ Segundo Campos (1991, p.38) as terras comunais eram conhecidas também como “áreas baldias, campos baldios, campos comuns, campo público, campo logradouro público, pastos comuns, matos do povo. Juridicamente, recebem a designação de compáscuo”.

¹⁸ A existência e a utilização de terras comunais na Ilha de Santa Catarina são confirmadas através dos contratos feitos diretamente com ex-usuários e através de documentos antigos, como os Ofícios da Câmara Municipal de Desterro, dirigidos aos Capitães Gerais e posteriormente aos Presidentes da Província de Santa Catarina (1776-1888) (CAMPOS, 1989, p.132).

Campo do Porto	Canasvieiras
Caminho da Vargem	Canasvieiras
Campo do Posto	Trindade
Campina	Rio Tavares
Campo do Morro da Cruz	--
Campo Geral	Canasvieiras
Pântano do Sul	Pântano do Sul
Campo do Pires	Santo Antonio/Jurerê
Campo do A. Amaro	Jurerê/Ponta Grossa
Campo da Monta	Cachoeira/Canasvieiras
Campo dos Araças	Canasvieiras
Mato Alto	Lagoa
Campão da Travessa	Canasvieiras
Campo Realengo	Rio Vermelho
Campo do Ratonos	Ratonos
Campo do Chico Nappi	Ratonos
Campo Realengo	Alto Ribeirão
Campo da Colônia	Canasvieiras

Fonte: Campos (1989). Quadro modificado pela autora.

Através da figura 5, com base no trabalho de Campos (1991), Reis (2002) propõe um mapa com a localização das áreas onde ocorria o desenvolvimento de atividades agrícolas, mostrando a relação dessas áreas com a localização dos campos comunais na Ilha de Santa Catarina.

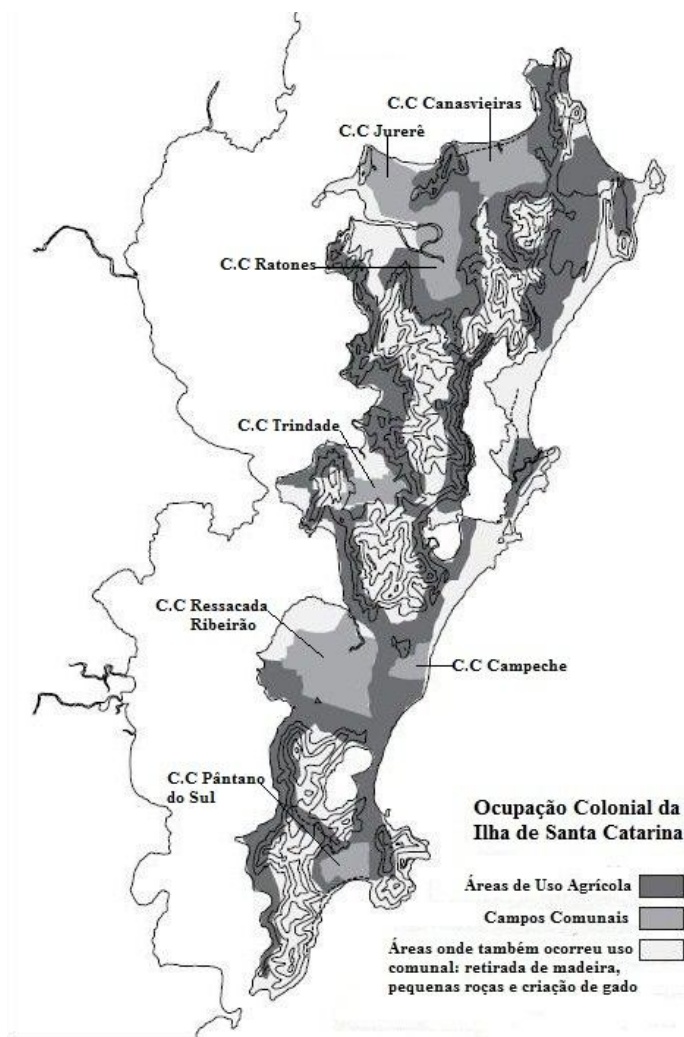


Figura 5: Campos comunais e áreas de ocupação agrícola na Ilha de Santa Catarina no período colonial

Fonte: Reis (2002). Figura modificada pela autora.

Campos (1989) aponta para a importante relação existente entre os campos comunais localizados em áreas de restinga como Jurerê, Canasvieiras, Ponta das Canas, Lagoinha, Ingleses, Rio Vermelho, Barra da Lagoa, Campeche e Pântano do Sul. Em outras áreas como Ratonês,

Ribeirão da Ilha, Ressacada, Caiacanga e Rio Tavares predominavam as áreas comunais caracterizadas por pastagens naturais e vegetação sujeita à inundação.

A área comunal de Canasvieiras possuía grande extensão e tinha como continuação geográfica os campos de Jurerê - incluindo a área onde se localiza a praia de Jurerê, Jurerê Internacional e parte da Daniela e Ponta Grossa -, que eram utilizados pelos habitantes próximos e também pelos moradores de Sambaqui e Saco Grande. Já o campo da Barra se localizava numa extensa restinga litorânea, que unia o morro das Aranhas à Barra da Lagoa, sendo utilizada pelos moradores do Rio Vermelho, Barra da Lagoa e Lagoa da Conceição (CAMPOS, 1991).

Através do esquema teórico mostrado na figura 6 nota-se que as áreas comunais eram fronteiriças às propriedades rurais, não tendo definidos os limites entre a propriedade e as áreas comuns,

fator que favoreceu em muitos casos, a apropriação privada” (...). No lado oposto ao terreno comunal, geralmente constituído por áreas elevadas, considerava-se como limite das propriedades a encosta do morro (...). Todavia, tanto do lado oposto da encosta quanto na parte final das propriedades, a utilização comunal da terra também ocorria, em especial, com a retirada de lenha e madeira (CAMPOS, 1989, p.86-87).

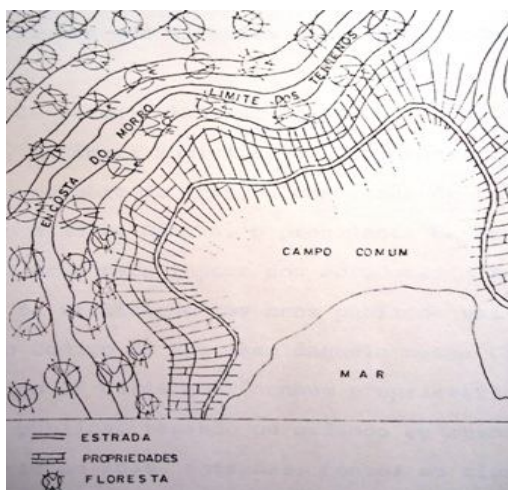


Figura 6: Esquema teórico de uma área de uso comum
Fonte: Campos (1991)

Devido às diferentes características físico-ambientais da Ilha de Santa Catarina, ocorreu também uma diferenciação no uso de suas terras. Como já citado anteriormente, os campos comuns estavam localizados principalmente em áreas planas, em solos arenosos e ácidos de baixa fertilidade, com predomínio de restingas, pastagens e vegetação sujeita à inundação. Essas áreas foram utilizadas principalmente para o cultivo de mandioca, cana-de-açúcar e outros produtos para subsistência. Porém além das áreas planas, os morros também eram usados “tanto para retirada da lenha e madeira, para soltar algum gado ou fazer pequenas roças” (CAMPOS, 1991, p.113).

De acordo com Campos (1989), a principal forma de utilização das áreas comunais se dava através da criação de gado à solta, com o gado pastando livremente, “misturando-se uns aos outros, sem cercas que separassem o gado de diferentes usuários (CAMPOS, 1989, p.144). Em sua maioria, os pequenos produtores tinham de 2 a 5 cabeças de gado, que eram utilizadas para subsistência das famílias (leite, carne, transporte, trabalho, lavoura ou engenhos).

A utilização dessas áreas para agricultura ocorreu principalmente em locais em que o solo era mais favorável para as plantações, como nas várzeas arenosas e nas encostas dos morros. Na maioria dos casos, quem utilizava essas terras eram produtores pobres e sem terra que cultivavam mandioca, milho, feijão, melancia, batata-doce, mamona e algodão, produzindo principalmente para subsistência e para a comercialização de um pequeno excedente (CAMPOS, 1991).

O relato de um antigo pescador¹⁹, morador da Barra da Lagoa demonstra a importância que tinham as terras comunais para a sobrevivência de alguns moradores da Ilha:

“Isso aqui era um lugar de muita plantação: mandioca, milho, feijão, alho, cebola, cana, de tudo. Você olhava esse morro aí, era até bonito de ver as roças de cana que tinha. Tinha uma lavoura tremenda aí nesse morro. Tinha muito engenho de farinha e prá cana (...). Esse campo aqui foi o campo da criação, muita criação, prá mais de 400-500 cabeças. Se você não tinha terreno no morro, se queria maior facilidade prá plantar, chegava no campo e metia a mão, chegava lá e roçava um

¹⁹ Depoimento concedido à Hoyêdo Nunes Lins (1993).

pedaço grande, cercava e plantava no campo” (LINS, 1993, p.107).

Outra forma de uso das áreas comuns era através da retirada de lenha e madeira principalmente nos morros, devido à presença da mata atlântica. Segundo Campos (1991, p.118):

“As árvores de maior porte, que existiam tanto em baixadas quanto nos morros (canela, guamirim, figueira, olandim, etc.) eram usadas como palanques de cercas, barrotes, caibros e ripas na construção de engenhos, ranchos e até mesmo casas. A lenha retirada dos matos mais altos e arbustos era utilizada em engenhos para a produção de farinha e, nas casas, como combustível para a queima em fogões e fornos” (CAMPOS, 1991, p.118).

Entre as classes mais abastadas da população, formadas pela elite comercial, administrativa e militar de Desterro, existiam “aqueles que se apossavam das terras comuns” (CAMPOS, 1989, p.146), cultivando plantações, construindo engenhos e retirando lenha e outros produtos. Além disso, ocorreu a ocupação das áreas comuns pelo Estado, transformando áreas ocupadas por diversos usuários em centros de monta ou áreas de fomento, direcionados “à produção leiteira, com gado de raça e produção dirigida ao mercado consumidor da Capital” (CAMPOS, 1989, p.146).

“Desde cedo, ocorreram tentativas de apropriação individual nestas áreas. Não foi apenas por parte daqueles produtores mais abastados, comerciantes, etc., mas também por parte de produtores pobres (...). As forças de exploração e expropriação sempre ocorreram, mas se aprofundaram a partir do século XIX, provocando o desaparecimento das áreas comuns; a maioria delas tomadas individualmente” (CAMPOS, 1989, p.43).

A utilização das áreas comuns para fins agrícolas foi intensa até as primeiras décadas do século XX (será discutido posteriormente no capítulo 3), porém mesmo com o desaparecimento das terras de uso comum, continuou na Ilha “o costume de se utilizar comunalmente a

terra, seja através do pastoreio do gado em terrenos abertos e desocupados, seja através de pequenas roças em beira de estrada, ou da retirada de lenha” (CAMPOS, 1991, p.39).

O processo de decadência da economia açoriana possui relação com a aceleração da apropriação dessas áreas por interesses privados e através da ação do próprio Estado. O interesse sobre essas terras, principalmente com o avanço da urbanização e a valorização imobiliária das áreas periféricas, muitas vezes levou ao empobrecimento de alguns pequenos produtores, principalmente “àqueles cujas áreas comuns eram essenciais à sobrevivência, como o caso dos produtores pobres que as utilizavam como área agrícola” (CAMPOS, 1991, p. 118).

2.2 Usos agrários e produção agrícola-comercial nos espaços da Ilha de Santa Catarina no século XIX

De forma distinta do que ocorreu em outras regiões brasileiras onde predominava a monocultura escravista em vastas porções de terra, no litoral catarinense a colonização açoriana alicerçada na pequena propriedade familiar permitia ao colono a prática de uma policultura de subsistência que somada à produção pesqueira, garantiu os excedentes que ampliaram as relações comerciais do litoral catarinense²⁰.

O pequeno produtor desenvolvia atividades manufatureiras, com destaque para a produção de farinha de mandioca, açúcar, aguardente e melado, além da confecção de roupas em teares próprios, produção de móveis, louças de barro, ferramentas, utensílios caseiros, etc., que complementavam as atividades praticadas na lavoura (CAMPOS, 1991, p.26).

Esses colonos

“às vezes trabalhavam um pouco mais afastados da casa. Geralmente, às quatro horas da manhã, no sítio, estava todo mundo acordado, iniciando seu trabalho (...). Cada família dependia quase que de si mesma. Quase não havia comércio. Eu ainda conheci gente que trocava coisas. Trocando carne por peixe, o dinheiro era muito raro. Então quando

²⁰ Para Bastos (2000) esse fator foi de grande importância para que o litoral catarinense tivesse destaque no cenário colonial da época como uma das áreas fornecedoras de gêneros alimentícios.

uma pessoa tinha café demais, trocava por melado, por açúcar grosso, até por garapa. Quase todo mundo tinha sua engenhoca em casa, para moer a cana e fazer café” (CARUSO, 1997, p.31).

Era muito comum encontrar na Ilha de Santa Catarina, famílias que possuíssem tear para confeccionar panos e roupas. Geralmente

“o homem cuidava da agricultura e da pesca e a mulher tecia e batia o algodão, descaroçava o algodão, fiava, torcia, ensarilhava, dobrava, urdia e depois levava para o tear. Era serviço exclusivo da mulher. Vestidos, camisas, colchas, panos diversos, tudo era feito em casa, inclusive a cores. A tinta era feita, a tinta roxa, com fel de búzio, faziam com erva de anil, depois misturavam estas tintas que eles cozinhavam com nódoa de bananeira, de inhame. Cozinhavam pedaços de bananeira e depois misturavam com o caldo para fixar a tinta nos panos” (CARUSO, 1997, p.33).

A produção açoriana “realizada na forma da pequena propriedade propiciou a formação de um pequeno produtor independente e dono de seus meios de produção, o que garantia sua auto-suficiência e um excedente exportável” (CAMPOS, 1991, p.24).

“Litorâneos, os açorianos eram tradicionalmente pescadores em suas ilhas de origem e, como tal, acresceram à sua economia agrícola a pesca artesanal. A farinha de mandioca e o peixe simbolizavam o uso da terra e do mar, a base da economia de subsistência açoriana. A alimentação dos colonos açorianos provinha do cultivo da mandioca (que substituíra o uso do trigo, na terra de origem) seguida da cana-de-açúcar. Derivados desses produtos, a farinha de mandioca e o açúcar serviam à alimentação, que se complementava com o peixe, o arroz, o milho, o café, frutas e legumes. E aguardente, bebida que fabricavam e usavam na alimentação. Habilidade artesãos, construíram seus pequenos estabelecimentos industriais rurais, como o engenho e o alambique, para produzir, de forma rústica e artesanal, a farinha de mandioca, o açúcar mascavo e a

aguardente. Produziam também suas canoas e teciam suas redes para a captura do peixe. Oleiros construíram suas casas de parede de barro, chão batido e teto palhado, e moldavam suas louças também de barro. Com seus teares, teciam suas vestimentas com o algodão e o cânhamo que cultivavam. E bordavam suas famosas e tradicionais ‘rendas de bilro’” (CASTRO, 1992, p.17).

A importância econômica da produção agrícola-comercial desterrense pode ser observada através da análise do Relatório do Governador da capitania de Santa Catarina (PELUSO JÚNIOR, 1991, p.323-324) na passagem do século XVIII para o século XIX. De acordo com o relato do Tenente Coronel João Alberto Ribeiro, a capital Desterro apresentava a seguinte organização social e econômica em 1796:

Quadro 2: Organização social e econômica de Desterro em 1796

População total de Desterro	2652 brancos; 1027 militares; 995 escravos; 110 forros.
18 lojas de fazendas	Sortimento variado (fio de algodão em novelo, galões de ouro e prata, lenços brancos de linho e algodão, lenços de tabaco, linhos brancos e de cores, meias de seda e linho, mantas de lã, brim, cambraia.
43 tavernas	Venda de gêneros alimentícios como azeite-doce, aguardente do reino, algodão em rama, manteiga, passas de uva, vinho, chá.
Artífices	Oito alfaiates, dezenove sapateiros, quatro barbeiros, quatro ferreiros, dois marceneiros e um de cada das seguintes profissões: serralheiro, tanoeiro, funileiro, entalhador, pintor.
Outras casas comerciais	Duas casas de pasto, dois curtumes e duas boticas.
Movimento do porto	Atracamento de 116 navios, provenientes do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Goitacazes, Parati, Ilha Grande, São Sebastião, Paranaguá, Rio de São Francisco, Laguna, Rio Grande, Santos, Biscaia.
Exportação	Farinha de mandioca, arroz, milho, feijão, favas, aguardente, melado, açúcar, gravatá, barba de baleia, tabuado, betas dimbé, peixe seco, azeite de peixe, cebolas, couro, cal, telhas, tijolos, etc.

Fonte: Peluso Júnior (1991). Quadro elaborado pela autora.

Conforme evidenciado no quadro anterior, a atividade comercial-portuária foi importante na Ilha durante o século XIX. O porto de Desterro era o principal meio de contato entre as regiões litorâneas produtoras e os mercados consumidores, através do fornecimento de produtos como farinha de mandioca, arroz, pescados, feijão, óleo de baleia, aguardente e melado, que se destinavam ao abastecimento do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná, Bahia e Pernambuco (HÜBENER, 1981).

A vida econômica de Desterro “girava em torno do seu porto” e ao lado dos edifícios públicos foram surgindo novas casas comerciais (CABRAL, 1987, p.178). Os pescadores-lavradores abasteciam o mercado consumidor de Desterro, principalmente a área comercial próxima à Alfândega onde se localizavam os espaços atacadistas, levando produtos como “milho, feijão, batata, melancia, lenha, leite e derivados, farinha de mandioca e açúcar, além de diversos pescados, como a tainha, anchova, pescada e corvina” (SILVA, 1992, p.91).

As atividades agrícolas desenvolvidas pelos açorianos, ligadas ao mercado econômico local e regional proporcionavam através da sua produção – principalmente de cana-de-açúcar e mandioca – a agregação de valor para os pequenos produtores, através da transformação desses cultivos em produtos manufaturados, como o açúcar, a cachaça e a farinha de mandioca.

A produção agrícola do interior da Ilha além de abastecer as feiras da área central da cidade, abastecia as comunidades vizinhas. Os caminhos abertos dentro da mata - como, por exemplo, o “caminho da Costa da Lagoa” que ligava as comunidades da Costa da Lagoa, Rio Vermelho e Vargem Grande - eram importantes pontos de ligação entre essas comunidades, por onde passavam também carros de tração animal carregados com milho, feijão, farinha, açúcar, entre outros produtos, que seriam trocados por peixes e crustáceos com os pescadores dessas localidades. Outro caminho utilizado pelos moradores da Ilha para chegarem ao centro da cidade, era o “caminho do mato” ou “caminho da ladeira grande”. Esse caminho feito por dentro da mata encurtava o trajeto da atual SC-401, apesar de ser um atalho de difícil acesso em tempo chuvoso, atravessando alguns pontos altos do morro (VIEIRA, 2004).

As áreas utilizadas para a agricultura localizavam-se isoladas umas das outras, pois os terrenos propícios para a agricultura, configurados pelas meias-encostas e pelas planícies sedimentares de

formação quaternária, foram delimitados por barreiras geográficas naturais, como encostas mais acentuadas, dunas, rios, manguezais, lagoas, baías e praias (REIS, 2002). Através da figura 7 é possível visualizar o modo descontínuo de localização das áreas agrícolas na Ilha durante o período colonial.

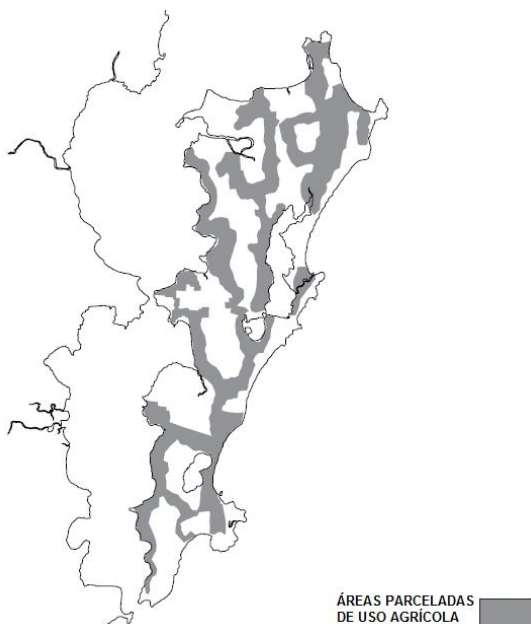


Figura 7: Ilha de Santa Catarina. Ocupação colonial - áreas parceladas de uso agrícola.

Fonte: REIS (2002). Figura adaptada pela autora.

Apesar da falta de dados quantitativos precisos do que era cultivado na Ilha, há relatos que serão apresentados a seguir extraídos de relatos de viajantes e relatórios dos governadores da província catarinense nos séculos XVIII e XIX que servem como base para descrever as atividades agrárias praticadas na Ilha.

Através desses relatos e depoimentos pode-se perceber que os usos agrários tinham importância em toda Ilha e mesmo com várias dificuldades para sua prática, deles dependiam grande parte dos seus moradores. Em seu texto “Agricultura na Ilha de Santa Catarina no

Brasil Colônia”, Souza Sobrinho²¹ (1972) apresenta os principais cultivos desenvolvidos nas freguesias da Ilha de Santa Catarina no final do século XVIII e início do XIX, mostrando os principais produtos cultivados e as práticas agrícolas desenvolvidas nas freguesias (Quadro 3).

Quadro 3: Principais cultivos desenvolvidos nas freguesias da Ilha de Santa Catarina no final do século XVIII e início do XIX:

Freguesia	Produto	Produção (ano)
Freguesia de Nossa Senhora do Desterro	Algodão ²²	234 arrobas ²³
	Café	18 arrobas (1796)
	Cana-de-açúcar	12 fábricas de açúcar (1796) 23 engenhos de aguardente (1796)
	Cebola	----
	Cevada	6 alqueires ²⁴ (1796)
	Couro	9 curtumes de couro (1796)
	Farinha de mandioca ²⁵	87 engenhos (1797)
	Fumo	125 arrobas (1796)
	Milho	833 alqueires (1796)
	Trigo ²⁶	17 atafonas de moer trigo

²¹ O autor tem como base para a sua descrição, o Relatório de 1797 do tenente-coronel João Alberto de Miranda Ribeiro (governador da província de Santa Catarina entre 1793 e 1800) endereçado ao vice-rei D. José Luís de Castro; e as obras “Memória Histórica da Província de Santa Catarina” de Manoel Joaquim de Almeida Coelho (1856); “Os açorianos” de Oswaldo Cabral (1950); “Corografia da Capitania de Santa Catarina” de Dante Laytano (1959); “Santa Catarina nos Annos Primevos” de Affonse de E. Taunay (1931); e “Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina” de Paulo José Miguel de Brito (1824).

²² A produção de algodão prosperou na Ilha, chegando-se mesmo a exportá-lo já como tecido, dando início à indústria manufatureira na Ilha. O cultivo do algodão teve importância até a segunda metade do século XIX. Sua produção além de prover o abastecimento local tinha como destinos principais o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Após esse período essa cultura passou a ser substituída pela mandioca e a cana-de-açúcar que ofereciam maiores lucros ao agricultor.

²³ 1 arroba = 14,57 Kg.

²⁴ 1 alqueire= 20 a 22,5 Kg.

²⁵ A plantação de mandioca na Ilha ocupava uma área de 196.389 alqueires em 1804.

		(1796)
Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antônio	Algodão	726 arrobas (1796)
	Café	5 arrobas (1796)
	Cana-de-açúcar	5 fábricas de açúcar (1796) 22 engenhos de aguardente (1796)
	Cevada	12 alqueires (1796)
	Couro	2 curtumes de couro (1796)
	Farinha de mandioca	20.000 alqueires (1796) 111 engenhos (1796)
	Milho	1.882 alqueires (1796)
	Trigo	11 atafonas de moer trigo (1796)
Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa	Algodão ²⁷	440 arrobas (1796)
	Café	20 arrobas (1796)
	Cana-de-açúcar	10 fábricas de açúcar (1796) 28 engenhos de aguardente (1796)
	Cebola	----
	Cevada	7 alqueires (1796)
	Couro	5 curtumes de couro (1796)
	Farinha de mandioca	25.000 alqueires (1796) 101 engenhos (1796)
	Fumo	84 arrobas (1796)
	Milho	2.618 alqueires (1796)
	Trigo	32 atafonas de moer trigo (1796)
Freguesia de Nossa Senhora da	Algodão	235 arrobas (1796)
	Arroz	2 engenhos de pilar arroz (1796) 4.133 alqueires (1804) 33.287 medidas (1810)
	Café	18 arrobas (1796)
	Cana-de-açúcar	1 engenho (1796) 11 fábricas de açúcar (1796) 29 engenhos de aguardente

²⁶ O cultivo do trigo teve início em 1750 perdurando até 1816. Uma nova tentativa para cultivá-lo na Ilha foi feita na segunda metade do século XIX.

²⁷ A cultura do algodão possuía grande valor como matéria-prima de tecidos, produzidos em teares de madeira em vários sítios da Ilha, principalmente na freguesia da Lagoa que possuía mais de 30 teares (VÁRZEA, 1984).

Lapa do Ribeirão		(1796)
	Cebola	----
	Cevada	6 alqueires (1796)
	Farinha de mandioca	51 engenhos (1796)
	Fumo	125 arrobas (1796)
	Milho	832 alqueires (1796)
	Trigo	7 atafonas de moer trigo (1796)
Produção total da Ilha de Santa Catarina	Algodão	1635 arrobas (1796)
	Café	61 arrobas (1796)
	Cana-de-açúcar	1 engenho de açúcar (1796) 38 fábricas de açúcar (1796) 102 engenhos de aguardente (1796)
	Arroz	2 engenhos de pilar arroz (1796) 4.133 alqueires (1804) 33.287 medidas (1810)
	Cebola	400 résteas (1796)
	Cevada	31 alqueires (1796)
	Couro	16 curtumes de couro (1796)
	Farinha de mandioca	350 engenhos (1796)
	Fumo	334 arrobas (1796)
	Milho	6.165 alqueires (1796)
Trigo	67 atafonas de moer trigo (1796) 3.529 alqueires (1804)	

Fonte: Souza Sobrinho (1972). Quadro elaborado pela autora.

Como pode ser observado no Quadro 3, no final do século XVIII a produção de gêneros alimentícios na Ilha de Santa Catarina interessava mais à estratégia econômica da Coroa portuguesa do que a produção de café, linho e algodão, pois buscava-se abastecer com alimentos – principalmente com farinha de mandioca - as tropas do exército. Entretanto Caruso (1990) aponta que no final do século XVIII e primeiros anos do século XIX, intensificaram-se as instruções da Corte para o aumento e melhoria da qualidade da produção, além da recomendação de Portugal para que os agricultores plantassem arroz,

trigo, linho²⁸, cânhamo, algodão, anil, baunilha, amoreira (para criação do bicho da seda) e urumbeva para criação da cochonilha (“inseto do qual se extraía um corante vermelho contendo ácido carmínico e que era utilizado como corante para tingimentos (CARUSO, 1990, p.86), “mas os resultados nem sempre foram compensadores” (SILVA, 2008, p.409).

A intervenção da Colônia era regulada por leis criadas por Portugal e em 1754, por exemplo, o governador da província catarinense, D. José de Melo Manoel baixou edital que obrigava

“todos os moradores que possuíssem 100 braças de terra lavrada e cultivada, a plantar 100 árvores de algodão, ficando sujeitos a exames de seis em seis meses, sob pena de perderem as terras. Era também interesse da coroa portuguesa o cultivo de fumo, do café, a baunilha, do trigo e do chá” (CARUSO, 1990, p.86).

Nesse período a agricultura apresentou-se como uma via de crescimento econômico para Desterro, com uma produção bastante diversificada visando a subsistência das comunidades citadas no quadro anterior e também um comércio interprovincial com o excedente da produção agrícola. Na metade do século XVIII já havia informações da importância estratégica da produção da Ilha de Santa Catarina:

“A terra tanto nesta Ilha como no continente em que é firme, produz todos os frutos com muita suficiência, e com especialidade mais excessiva Canas de Açúcar, Arroz e Mandioca:

²⁸ Apesar de não apresentar a produtividade esperada, o trigo e o linho²⁸ foram as primeiras culturas desenvolvidas pelos açorianos quando chegaram na Ilha de Santa Catarina na metade do século XVIII. Devido a falta de resultados compensadores, seus cultivos foram lentamente substituídos pela ampliação das roças de mandioca e pelas plantações de algodão. Como já apresentado, no final do século XVIII ocorreu o crescimento da produção de farinha devido à necessidade de abastecer as tropas militares aquarteladas nas fortalezas da Ilha, além do mercado consumidor interno e o de exportação (PEREIRA, 1993). Em relação à decadência do cultivo do linho e algodão, em 1873 ainda apareciam no mercado tecidos de linho, porém as condições econômicas eram adversas ao crescimento desse produto e o baixo preço dos tecidos produzidos nos Estados Unidos e na Inglaterra atraíam os consumidores (CARDOSO, 1960, p.48).

Do 1º gênero há vários Engenhos de Aguardente de que já anualmente se tiram bastante pipas delas; a Mandioca não responde com menos fertilidade e em forma tal que não só se sustentam com ela seus moradores e se provêem os Armazéns destes presídios, mas carece de que se extraíam os sobejos para fora, e assim o tenho já requerido ao mesmo general [Gomes Freire] para que a Corte ordene que o provimento deste gênero que se manda fazer no Rio de Janeiro para o Rio Grande, para sustento daquelas tropas, o venham aqui buscar, a este Porto (...) onde a farinha de pau é muito mais barata que na dita cidade do Rio de Janeiro, o ajudando por este modo o viver estes Povos, pois de outra sorte senão animam a fazer maiores plantações da dita Mandioca” (SILVA²⁹, 2008, p.399).

O recrutamento militar³⁰ e o embargo de alimentos para o abastecimento das tropas (principalmente a farinha de mandioca) desestimularam a produção de gêneros alimentícios na Ilha (HÜBENER, 1981).

Como apresenta Silva (2008, p.414) no final do século XVIII ocorreu uma crise de abastecimento de farinha de mandioca nos armazéns reais da praça comercial do Rio de Janeiro. Os paquetes enviados pelo vice-rei regularmente à Ilha de Santa Catarina que levavam o carregamento de farinha ao Rio de Janeiro retornavam com menos da metade da carga encomendada. Em resposta as determinações do vice-rei, Conde de Rezende, para que esse problema fosse resolvido e se encontrasse uma forma de aumentar a produção de farinha de mandioca, o governador João Alberto de Miranda Ribeiro em 4 de junho de 1798 explicava que

“para promover e aumentar a Plantação das mandiocas, como V. Ex.a me recomenda, não há outro meio mais seguro, que o de se pagarem prontamente as farinhas que pela Fazenda Real se

²⁹ Relato do governador José de Melo Manoel ao secretário de Estado, Diogo de Mendonça Corte Real, em 30 de novembro de 1753.

³⁰ O recrutamento militar além de tirar os agricultores do campo, determinou que muitos migrassem para outras regiões, abandonassem e vendessem suas terras, desorganizando a economia agrícola desterrense.

tomam aos Povoadores: deixando-lhes contudo a Liberdade, de eles poderem dispor de alguma ao seu arbítrio. (...) A irregularidade dos pagamentos tem sido a causa da decadência da agricultura, de maneira que se faz bastante sensível a diminuição que se experimenta nas farinhas, não obstante as vivas e repetidas persuasões que eu faço, e tenho feito aos Lavradores (...).

Através da leitura acima, observa-se que a falta de pagamento aos agricultores da farinha de mandioca comprada pela Fazenda Real, era o principal fator desestimulante para a continuidade do crescimento desse cultivo na Ilha. Além disso, a esses pequenos agricultores

“eram-lhes imposto um tipo de opressão caracterizada pela determinação, em termos quantitativos e qualitativos da produção, com severas fiscalizações. Por sua vez, o descumprimento da ordem implicaria a expropriação dos trabalhadores de seus sítios, tidos como devolutos e reincorporados ao patrimônio real (SILVA, 1992, p.67).

Desse modo, a comercialização obedecia aos ditames do poder instituído, pois os agricultores eram obrigados a abastecer os armazéns reais e a partir desse local os produtos tinham um duplo destino:

“alimentar a burocracia político-militar; e o excedente, abastecer outras áreas da Colônia, o que indiretamente articulava-os aos interesses metropolitanos, ao subsidiar outras produções coloniais” (SILVA, 1992, p.67).

Conforme Hübener (1981, p.15):

“o êxito da ilha de Santa Catarina e de parte da província no mercado de produção de gêneros alimentícios esteve condicionado à herança colonial. A ilha e a costa catarinense foram povoados em função das necessidades estratégicas da Coroa Portuguesa e não em função de objetivos econômicos, como por exemplo, as regiões de

Minas Gerais e São Paulo. As necessidades militares e administrativas sobrepujaram, inicialmente, aos interesses de ordem econômica”.

A produção agrícola das diferentes freguesias da Ilha girava em torno da economia de abastecimento imposta pela metrópole portuguesa, sendo complementar às atividades econômicas das outras regiões do país. Esse abastecimento muitas vezes supria a carência das áreas não-produtoras de alimentos. As freguesias da Ilha foram importantes produtoras de gêneros alimentícios durante todo o século XIX e os produtos cultivados em cada freguesia eram transportados na maioria das vezes em carros de boi até o porto mais próximo existente em algumas localidades, onde eram embarcados em canoas e baleeiras até o mercado de Desterro.

O escoamento da produção se devia “muito aos escravos e libertos que carregavam os produtos por terra e remavam os barcos que cruzavam a baía” (SANTA AFRO CATARINA, 2012). Cabe destacar o importante papel que os portos locais, localizados nas freguesias, tinham para o escoamento das mercadorias até Desterro, como o porto da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, que era “o ponto de escoamento de boa parte da produção agrícola do Norte da Ilha” (FERREIRA, 1998, p.13). Chegando em Desterro, os produtos eram comercializados ou levados até outras praças comerciais do país, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Dados referentes à produção agrícola da província catarinense voltada para o abastecimento de outras regiões da colônia são apresentados na tabela 1, que apresenta os principais produtos agrícolas exportados pela Ilha de Santa Catarina no período final do século XVIII até 1860.

Tabela 1: Principais produtos agrícolas exportados por Desterro (1796-1860)

Produtos	1796	1810	1820	1851-54	1854-57	1857-60
Farinha de mandioca	28.333 alq. ³¹	71.487 alq.	142.415 alq.	358.958 alq.	430.035 alq.	546.937 alq.
Arroz	3.815 alq.	36.632 alq.	6.385 alq.	7.274 alq.	8.147 alq.	9.096 alq.
Milho	1.822 alq.	1.702 alq.	16.841 alq.	15.928 alq.	27.064 alq.	67.674 alq.
Feijão	1.585 alq.	6.872 alq.	6.161 alq.	15.145 alq.	23.106 alq.	20.965 alq.

³¹ Alq = alqueires

Aguardente	35 alq.	25.287 alq.	78.214 alq.	--	--	--
Açúcar	662 ar.	1.224 ar.	346 quintais ³²	--	--	--
Algodão	--	832 ar.	80 quintais	--	--	--
Café	--	13.208 ar.	846 quintais	--	--	--
Amendoim	--	--	--	10.141 alq.	10.628 alq.	14.660 alq.
Farinha de milho	--	--	--	58 alq.	60 alq.	75 alq.

Fonte: Silva (1992); Hübener (1981). Tabela adaptada pela autora.

Conforme a tabela 1, a produção da farinha tinha grande importância no comércio de exportação se comparada aos outros produtos cultivados na Ilha de Santa Catarina. Apesar da exportação de farinha ser muito superior em relação aos demais cultivos, a concorrência pelo mercado com outras províncias, como Rio Grande do Sul e Espírito Santo fazia aumentar as oscilações do mercado.

O comércio de exportação catarinense tendo por intermediário principal a província do Rio de Janeiro sofreu grandes flutuações em virtude da inconstância dos mercados consumidores, pois a maior parte de sua produção era formada por gêneros comumente produzidos em outras províncias do Império e assim a demanda aumentava quando ocorriam anormalidades nestes mercados.

A economia agrícola desenvolvida em Desterro beneficiava-se nos períodos em que a conjuntura economia do Império tornava-se favorável aos seus produtos, principalmente a farinha de mandioca e a cana-de-açúcar. Por outro lado, essa economia foi prejudicada devido ao controle imperial, o embargo da produção e o recrutamento militar (HÜBENER, 1981).

Ao se analisar a produção de farinha de mandioca na província catarinense durante o século XIX, nota-se que no período posterior à tabela 1, entre 1861-1862, ocorreu uma baixa nas exportações em virtude da pequena procura por parte das demais províncias e dos países platinos. Em compensação entre 1866 e 1869, ocorreu uma grande alta nas exportações, em um período considerado como um miniboom para o comércio da província catarinense, pois a Guerra do Paraguai provocou maior demanda de farinha. Além disso, o café e o açúcar estavam em

³² 1 quintal é equivalente a 4 arrobas ou 60 Kg (PIAZZA, 1956).

alta nas exportações do país, provocando a queda na produção de farinha e demais produtos alimentícios em algumas províncias e aumentando a procura de farinha também no mercado interno (HÜBENER, 1981).

Entre 1870 e 1872 ocorreu novamente queda nas exportações de farinha, causando um decréscimo também na renda da província. Já no período entre 1878-1879 e 1884-1885 as exportações de farinha e de outros gêneros alimentícios aumentaram devido à seca ocorrida no nordeste nesse período que exigiu maior compra dos produtos catarinenses por parte das províncias daquela região³³ (HÜBENER, 1981).

Como aponta Silva (1992) nesse período a classe senhorial e os pequenos produtores mercantis abasteciam o mercado interno catarinense, que se entrelaçava com as praças do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e dos países platinos. Do mesmo modo

“eram exportados produtos para o Rio Grande, incluindo-se a aguardente, e de onde eram importados o gado e o charque, o que se constitui numa evidência de que a economia brasileira, mesmo em sua fase inicial, era totalmente articulada” (SILVA, 1992, p.69)

Além das exigências anteriormente citadas, referentes à produção a ao que produzir, os pequenos agricultores nos momentos em que os soldados da guarnição se licenciavam, “eram recrutados para substituí-los em seus serviços, ou como nas épocas de perigo, eram transformados em soldados de milícia, sendo arrancados de suas próprias plantações” (SILVA, 1992, p.68-69), assumindo além do papel de fornecedores de produtos alimentícios à Coroa Portuguesa, o de recrutas do exército. Muitos agricultores preferiram deixar de produzir a farinha, deixando o governo confiscar seus estoques, sem receber nada em troca³⁴ (SILVA, 2008, p.415).

³³ Alguns fatores como a falta de iniciativas do governo para estimular os produtores podem explicar a grande flutuação e a falta de crescimento da comercialização desse gênero alimentício. De 1849-50 a 1865-66, o ritmo de crescimento alcançou 3,19%, mas de 1865-66 a 1885-86 chegou a ser negativo, num percentual de -0,68% (HÜBENER, 1981, p.90).

³⁴ O governo preocupava-se apenas em suprir o exército com alimentos e somente em 1886 terminou a aquisição de farinha por parte do governo (HÜBENER, 1981).

Devido a essa situação, na passagem do século XVIII para o século XIX podia-se perceber na Ilha um início de êxodo rural motivado não só pelo recrutamento militar, mas também pela inserção de atividades ligadas à pesca e o surgimento de novos serviços urbanos - como, por exemplo, o crescimento das atividades comerciais -, que contribuíram para a ampliação do centro urbano de Desterro.

Com a Independência do Brasil em 1822, Desterro deixou de ser uma simples sede político-militar através do crescimento de uma burguesia nascente, formada por comerciantes e investidores que se instalaram na Ilha, integrando-se num novo contexto econômico e buscando expandir seu espaço construído (VAZ, 1991). Dentre esses comerciantes, destacam-se aqueles vindos da região de Blumenau, que conquistaram espaço no comércio da Ilha, através da vinculação aos capitais comerciais tradicionais do Rio de Janeiro (PEREIRA, 2003).

Com a elevação de Desterro à categoria da cidade e capital da província catarinense em 1823, novos investimentos foram feitos através de recursos públicos federais, como a reforma do porto, obras urbanas³⁵ e a construção de novos edifícios públicos (PEREIRA, 1974).

Com a intensificação do comércio de cabotagem através do seu porto, foram abertas as primeiras lojas e armazéns de negócios em Desterro, surgindo as primeiras chácaras e construções de sobrados pela burguesia comercial, caracterizando uma economia que girava em torno do mercado local e regional em pequena escala (HÜBENER, 1981; VÁRZEA, 1984; VAZ, 1991).

Além das atividades produtivas e econômicas ligadas ao tropeirismo entre o litoral e o planalto catarinense, que favoreceram o comércio³⁶ inter-regional no período final do século XVIII e no decorrer do século XIX, outro fator que impulsionou o crescimento das atividades comerciais de Desterro, foi a ocupação dos vales atlânticos por imigrantes alemães e italianos, dando início à colônias como São Pedro de Alcântara (1829), Nova Itália (1836), Santa Izabel (1847), Santa Tereza (1854), Teresópolis (1860) e Nova Trento (1875).

³⁵ A visita do imperador Dom Pedro II (ocorrida em outubro de 1845) motivou o início de algumas obras, tentando dar à cidade um melhor aspecto e uma feição mais limpa (PEREIRA, 1974).

³⁶ Enquanto os tropeiros levavam para o litoral catarinense, produtos como charque, pinhão e gado, compravam no litoral, artigos que não eram produzidos nas terras do planalto, como farinha de mandioca, pescados, açúcar, café, sal, cachaça e frutas.

O porto de Desterro além de receber grande parte da produção agrícola das freguesias da Ilha de Santa Catarina, centralizou a maior parte da exportação dos produtos provenientes dessas colônias instaladas nos vales atlânticos, que produziam principalmente farinha de mandioca, milho, feijão e arroz. Com o crescimento das atividades do porto, a população cresceu e o funcionalismo público se ampliou com as novas funções da capital, contribuindo para o crescimento da praça importada de Desterro e a “dinamização do seu mercado interno (VAZ, 1991, p.34).

O movimento de navios de mercadorias e de passageiros no porto de Desterro

“diversificou as atividades urbanas e aumentou, expressivamente, as ofertas de emprego para outros segmentos sociais. Neste período apareceram hotéis, estalagens, pensões, restaurantes e, um comércio varejista, localizado principalmente, na rua do Príncipe, atual Conselheiro Mafra, e um comércio ambulante de comidas nos trapiches e ruas centrais” (KUPKA, 1993, p.26).

Conforme observado na figura 8 as principais ruas comerciais do centro de Desterro eram as ruas João Pinto (antiga Augusta), Tiradentes (da Cadeia), Conselheiro Mafra (do Príncipe), Trajano (do Livramento), Deodoro (do Ouvidor) e Felipe Schmidt (Bela do Senado), junto ao largo do Palácio. Essas ruas eram “de domínio absoluto dos pedestres, pois o sistema de transportes internos à ilha era baseado na tração animal, pouco intenso” (VAZ, 1991).



Figura 8.: Rua João Pinto; Rua Trajano e Rua Deodoro
Fonte: FOTO B (2012)

Os mercadores concentravam-se na praia em frente à atual praça XV de Novembro. Esses comerciantes vendiam todo tipo de gêneros alimentícios e com o tempo, “construíram barraquinhas,

quiosques e até uma banca para a venda de peixes, quando estes não eram vendidos nas próprias canoas” (SILVA, 1996, p.19). Durante a primeira metade do século XIX discutiu-se as possíveis melhorias sanitárias do local, visando a retirada das barraquinhas e a melhor área para construção de um mercado público (SILVA, 1996).

Enquanto os comerciantes (partido conservador) que tinham seus estabelecimentos comerciais próximos à praia da praça XV queriam que o mercado fosse ali construído, devido ao intenso movimento diário de pessoas, outro grupo (partido liberal) era favorável à ideia de construção do mercado em qualquer local da cidade que não fosse próximo à praça central (SILVA, 1996).

Após a escolha do melhor local para construção, o mercado público municipal foi inaugurado em 1851, localizado na praia da praça XV (figura 9), centralizando as atividades comerciais da cidade e tornando-se um “espaço cotidiano de compra e venda das verduras, dos peixes e dos encontros” (FANTIN, 1999, p.42).



Figura 9: Comércio no mercado público municipal construído em 1851.

Fonte: IHGSC (2012)

Com a concentração de atividades comerciais no mercado público de Desterro buscou-se o maior controle sanitário e fiscal sobre o comércio de gêneros alimentícios, porém os problemas higiênicos e sociais que antes existiam por causa das barraquinhas persistiram, pois

“se efetuou apenas uma modificação a nível de espaço físico, eliminando-se as barraquinhas e construindo-se uma galpão para servir de novo Mercado. O grupo social que girava diariamente em torno do local era o mesmo” (SILVA, 1996).

A imprensa da época criticava a qualidade dos produtos à venda no mercado e a situação sanitária do prédio. De acordo com Silva (1996) o “Jornal do Commercio” publicou um editorial em 1881 que apontava a falta de espaço na área do mercado:

“Temos já necessidade de novas construções no nosso mercado, que acanhado como é atualmente, parece mais um armazém, em que são colocados indistintamente diversos objetos, do que um centro importante do abastecimento da cidade (SILVA, 1996, p.27-28)

Além da falta de espaço, o editorial também criticava as penosas condições de trabalho de pescadores e agricultores. O regulamento interno do mercado previa que a sua área interna deveria ser ocupada por comerciantes de gêneros alimentícios, buscando abastecer o mercado consumidor de Desterro, porém a área interna do mercado passou a comercializar outros produtos além de alimentícios. Com isso, os pescadores tinham que vender o peixe ao ar livre, pois não existia lugar para esse comércio dentro do mercado:

“Mui conveniente seria que o pescado fosse vendido dentro do mercado, ou que, a continuar a ser vendido fora, fossem erguidas barracas ou tendas, de modo a preservá-lo dos raios solares” (SILVA, 1996, p.28)”.

Da mesma forma os agricultores também sofriam com o mesmo problema:

“depois de penosa viagem de dois ou três dias por maus caminhos, não encontram o menor abrigo nesta capital, e expostos ao sol ardente do verão e às chuvas torrenciais (...) esses soldados do trabalho, obreiros do progresso, nem ao menos tem um telheiro de zinco, um rancho de tábuas para abrigarem as mercadorias com as quais enriquecem o nosso Mercado” (SILVA, 1996, p.28).

Buscando amenizar essa situação crítica de falta de espaço, foi construído em 1891 ao lado do mercado público, um galpão que ficou

conhecido como “galpão do peixe”, tendo início a discussão sobre a necessidade de construção de um novo prédio para o mercado.

O regulamento do antigo mercado determinava que as bancas só poderiam ser alugadas por pessoas livres, enquanto que os vãos entre as colunas poderiam ser alugados também aos escravos. A presença de homens e mulheres de origem africana no comércio de gêneros alimentícios era marcante em Desterro (SANTA AFRO CATARINA, 2012). A mão-de-obra escrava foi utilizada em várias atividades econômicas. Os agricultores mais abastados utilizam o escravo no trabalho das plantações de cana-de-açúcar e mandioca, no trabalho interno dos engenhos, no transporte de mercadorias e gêneros alimentícios através de carros de bois e pequenas embarcações.

De acordo com a tabela 2, a maioria dos escravos da Ilha de Santa Catarina concentrava-se na freguesia de Desterro, provavelmente por essa freguesia ser a mais urbanizada da Ilha e ali ocorrer maior intensidade da exploração escrava nos serviços domésticos e nas atividades comerciais do mercado público. Até a metade do século XIX a freguesia do Ribeirão apresentava estatísticas maiores que Desterro, o que pode ser explicado devido à presença da armação da Lagoinha e da grande quantidade de engenhos de farinha de mandioca, café e açúcar nessa freguesia.

Tabela 2: Evolução da População da Ilha de Santa Catarina (1810-1872)

Freguesia	1810		1855		1856		1866		1872	
	Escrava	Total	Escrava	Total	Escrava	Total	Escrava	Total	Escrava	Total
Desterro	1689	5.250	1436	5611	1351	5614	1263	6474	1622	9108
Necessidades	602	3347	554	3033	580	3196	394	2666	405	3006
Ribeirão	423	1144	640	2651	686	2923	519	2712	275	2997
Lagoa	599	2370	118	2888	394	2877	479	3025	441	3300
R. Vermelho	--	--	345	1644	366	1930	241	1656	186	1768
Canavieiras	--	--	347	2275	331	2338	323	2641	385	3854
Trindade	--	--	252	1811	270	2038	197	1925	117	2292

Fonte: Cardoso (1960). Tabela adaptada pela autora.

Peluso (1991) analisa a constituição social de Desterro na segunda metade do século XIX:

Os membros das firmas exportadoras e importadoras, os agricultores que abasteciam o mercado dos produtos exportáveis e de consumo

da vila, os armadores, os quais mantinham as relações entre a vila e o restante do país, além dos funcionários públicos e os militares eram as pessoas abastadas; os artífices e pequenos empregados e a massa da população sem meio de vida definido, sempre pronta a ocorrer a qualquer lugar em que surgisse possibilidade de ganho, constituíam o povo, os pobres. E era na praia do mercado que se encontravam os representantes mais baixos da primeira sociedade com a massa da segunda, procurando adquirir, por preços reduzidos, as mercadorias para o lar. Não se pode compreender o funcionamento da vila de Desterro com milhares de indivíduos, baseado no comércio da produção de pequenas propriedades em que predominava a agricultura de subsistência, sem se admitir que a maior parte da sua população exercia atividades à margem das que economicamente mantinham o núcleo urbano (PELUSO, 1991, p.327).

Por todo o século XIX essa estrutura econômica e social não se alterou. A economia crescia “baseada no comércio da produção regional para o mercado nacional, acrescida, na segunda metade do século XIX, da parte do que produziam as colônias de imigrantes alemães no continente fronteiro à ilha” (PELUSO, 1991, p. 237).

Se por um lado, as atividades comerciais de Desterro foram beneficiadas pelo surgimento das colônias nos vales atlânticos, a partir de 1870-1880 sua economia agrícola passou a ter a concorrência dos pequenos produtores desses vales³⁷, que competiam no mercado com o produtor açoriano³⁸ com produtos como mandioca, milho, feijão, farinha de mandioca, aguardente e açúcar (CAMPOS, 2010).

Parte dos alemães que ocupavam essas colônias fundadas nos vales, tempo depois migrou para localidades do município de São José,

³⁷ A divisão do litoral catarinense em diversos vales com ligação direta com o mar incentivou o aparecimento de centros comerciais independentes, como o de Itajaí, Blumenau, Joinville e Tubarão (MAMIGONIAN, 1966).

³⁸ Além da concorrência dos núcleos populacionais dos vales atlânticos, outro fator que impediu um maior desenvolvimento da economia agrícola na Ilha foi o sistema de sucessão de terras, devido ao constante parcelamento da terra por herança, empobrecendo-a pelo seu sucessivo uso e provocando queda na produtividade (CAMPOS, 1991).

como a Praia Comprida³⁹, desenvolvendo atividades agrícolas e instalando oficinas e armazéns comerciais. Para Campos (2010) a Praia Comprida era um importante ponto de encontro entre as vias do planalto e do litoral, com uma função de entreposto comercial, onde canoas e barcos levavam para o porto de Desterro, gêneros alimentícios produzidos nos vales.

Essa produção agrícola além de estar voltada para o abastecimento do mercado interno regional tinha a função de alimentar a população não-produtora, como militares, civis, clérigos e liberais, abastecendo os espaços de atacadistas e comissários, cuja intermediação era exercida por pequenos capitais mercantis (atravessadores) que tinham através da burguesia comercial, contato com as demais províncias e países platinos (SILVA, 1992).

Mesmo com Desterro mantendo sua função de praça comercial exportadora-importadora, a importância de sua economia agrícola caiu gradativamente se comparada às áreas de colonização européia⁴⁰ citadas anteriormente (PEREIRA, 2003).

Algumas pequenas indústrias se instalaram na cidade nesse período e a multiplicidade de funções comerciais derivadas do incremento das atividades do porto e a influência das migrações com origem no interior do estado – sobretudo italiana e germânica - deram à capital o incentivo necessário à sua expansão urbana, causando o adensamento do centro histórico e a expansão do crescimento para algumas áreas, criando uma infra-estrutura urbana e de serviços para o atendimento das necessidades da população, além da expansão das suas construções em meio a uma vegetação ainda densa (VEIGA, 1993).

³⁹ Campos (2010) mostra a influência germânica nos hábitos dos açorianos, com a inclusão do suíno na produção e dieta regional, gerando produção de carne, banha e embutidos, além de novas espécies vegetais como repolho, alface, beterraba e batata, trazendo um novo padrão alimentar em decorrência da presença dessa nova população, “bastante diferente da tradicional dieta do açoriano mais tipicamente pescador, à base de pescado e farinha de mandioca” (CAMPOS, 2010, p.14).

⁴⁰ Os imigrantes europeus que chegaram aos vales atlânticos alcançaram e superaram o avanço técnico dos açorianos, tornando-se fortes concorrentes inclusive em relação aos principais produtos cultivados por eles, aumentando a decadência dessa economia (CAMPOS, 1991).

Com a expansão urbana de Desterro o discurso político que buscava a reforma da área central da cidade intensificou-se. De acordo com Silva (1996, p.33) as elites da cidade

passaram a enquadrar sob uma nova racionalidade aquilo que consideravam uma ameaça latente aos seus ideais de progresso e de modernidade: o grande número de habitantes que constituíam os segmentos pobres da população e que não se ajustavam facilmente às normas que a burguesia local pretendia impor ao espaço urbano da cidade, pelo menos no que se refere às suas áreas centrais.

As elites de Desterro projetaram diversas transformações que visavam a modernização da cidade. Nesse contexto, o antigo mercado foi demolido e um novo mercado foi construído em 1896 na Rua do Príncipe - atual Rua Conselheiro Mafra (figura 10).



Figura 10: Mercado Público – início do século XX

Fonte: IHGSC (2012)

As críticas da imprensa se intensificaram antes mesmo da inauguração do novo mercado:

No geral, variavam em questões como a sujeira do Mercado antigo, e no restante da cidade, atravessadores no comércio de pescado e a limitação no número de licenças para a venda destes no Mercado Novo, o que estava fazendo com que os peixeiros do Mercado antigo ficassem impossibilitados de fazer seu comércio, sendo obrigados a vender seu produto a preços mais baixos para os atravessadores, justamente os que tinham conseguido obter licença para vender o peixe no Mercado, graças ao seu “bom relacionamento” com o governo municipal. Este problema foi resolvido algum tempo depois, com a liberação, por parte do superintendente Raulino Horn, da venda do peixe em outros pontos da cidade (SILVA, 1996, p.40).

O regulamento do novo mercado procurava controlar a circulação de pessoas e o comércio na sua área interna. De acordo com o regulamento (lei n° 56 de 28/04/1848):

“A praça do mercado servirá de centro à compra de gêneros alimentícios: a carne verde, toda a qualidade de pescado, aves, ovos, frutas, hortaliças, legumes, cereais, produtos da lavoura e quitanda para alimentação” (SILVA, 1996).

Entretanto apenas alguns dias depois da inauguração do novo mercado, alguns pontos do regulamento já estavam sendo burlados, “tanto pela população, como pelos próprios comerciantes” (SILVA, 1996, p. 41). A própria superintendência municipal desrespeitou o regulamento, permitindo “a comercialização de gêneros não-alimentícios no Mercado, passando por cima do artigo 1º do regulamento interno, de sua própria lavra” (SILVA, 1996, p. 41).

Na década de 1930 foi inaugurada uma nova ala do mercado (figura 11). Essa nova ala passou a contar “com açougues e espaços para a venda de peixes, no lado do mar, e com bancas de frutas e verduras no lado oposto” (SILVA, 1996, p.46), porém continuam a existir até hoje, outros ramos do comércio, como louças, armarinhos e bares.

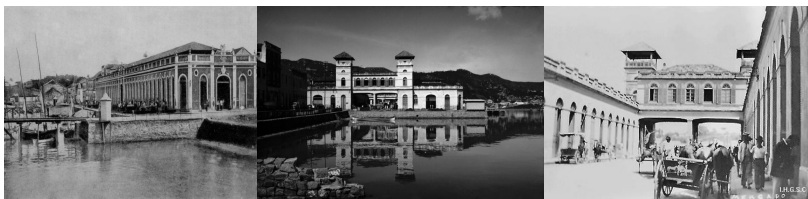


Figura 11: Mercado público com a segunda ala construída.
Fonte: VELHO BRUXO (2012)

O novo mercado ao invés de propiciar um ambiente mais limpo e organizado para comercialização de alimentos, tornou-se um local de compra e venda de produtos diversos, destinando-se em parte para o abastecimento alimentar da população de Florianópolis, mas também para outros fins.

Bastos (2000) destaca a importância de alemães como Hoepcke, Wendhausen, Moellmann, Mayer, Born e Müller para o crescimento do comércio de Desterro. Hoepcke, por exemplo, foi fundador da casa comercial Carl Hoepcke & Cia (figura 12) em Desterro, que abastecia o comércio catarinense e de outras províncias, comercializando produtos vindos diretamente da Europa, transportados em navios a vapor e a vela, que faziam contínuas viagens transatlânticas entre Santa Catarina e principalmente a Alemanha (VÁRZEA, 1984).



Figura 12: Casa Hoepcke⁴¹ ao fundo, a Alfândega⁴² e o trapiche municipal (1890).
Fonte: Gerlach (2010)

⁴¹ Comércio de produtos como ferragens, armas, louça, utensílios para cozinha, utensílios para navios, querosene, tintas, máquinas para ofícios e lavoura, ferro e aço em barras, etc.

⁴² Através da Alfândega era feita a fiscalização de entrada e saída de gêneros (GERLACH, 2010).

Além da casa comercial Hoepcke criada em 1883, Carl Hoepcke também fundou em Desterro a Empresa Nacional de Navegação Hoepcke (ENNH), criada em 1895 para suprir a demanda pelo comércio de importação e exportação catarinense, ligando Santa Catarina ao resto do país e à Europa, através da navegação de cabotagem e do transporte de passageiros. Em 1896, Hoepcke⁴³ inaugurou a fábrica de pontas Rita Maria⁴⁴, que produzia pregos e arames e antes do final do século XIX fundou uma fábrica de gelo que abastecia os navios da própria empresa e os barcos de pesca, além de fornecer gelo para residências, comércio e indústrias (INSTITUTO CARL HOEPCKE, 2012).

A fábrica de pontas Rita Maria possuía uma relação de proximidade com o mar, localizando-se junto ao cais do Rita Maria, no porto de Desterro (figura 13), onde existiam outras indústrias, como

“duas fábricas de preparar peixe em lata; três de cerveja, uma de sabão e velas; oficinas de carpinteiro, marceneiro, tanoeiro, funileiro e torneiro (...), uma fábrica de massas alimentícias; duas grandes refinações; um engenho a vapor para pilar arroz e café e engenhos de preparar farinha de mandioca e açúcar” (VÁRZEA, 1984, p.32).

⁴³ Carl Hoepcke também inaugurou em 1913 a fábrica de rendas e bordados Hoepcke (INSTITUTO CARL HOEPCKE, 2012).

⁴⁴ Hoepcke possuía na área próxima ao porto de Florianópolis, a base da ENNH, a fábrica de pontas Rita Maria, seu cais, trapiches, armazéns e o estaleiro Arataca.



Figura 13: Porto de Florianópolis – Cais Rita Maria
Fonte: Velho Bruxo (2012)

O acesso principal à Ilha de Santa Catarina se dava por via marítima, através da travessia ilha-continente, com as embarcações aportando nos trapiches próximos à alfândega e à Praça da Catedral (VAZ, 1991). A travessia pelo mar era a maneira mais rápida e barata de comunicação e transporte, pois o número de estradas que ligavam uma freguesia à outra ainda era pequeno.

Além do antigo porto, também existia em Desterro um trapiche municipal junto à praça XV de novembro, onde os passageiros embarcavam em navios com destino a outros portos do litoral brasileiro (figura 14). O trapiche municipal foi construído no local onde até o final do século XIX existia o antigo mercado público municipal, tornando-se “um ponto de embarque e desembarque de passageiros” (SILVA, 1996, p.43). Nos anos 1920, esse trapiche passou por reformas através da intervenção do município, sendo instalado anexo a ele o Bar Miramar⁴⁵, um café elegante, com sala para refeições e compartimentos para banhos, tudo muito luxuoso e elegante (SILVA, 1996).

⁴⁵ O Miramar foi demolido em 1974, devido às obras de aterro para a construção da ponte Colombo Salles.

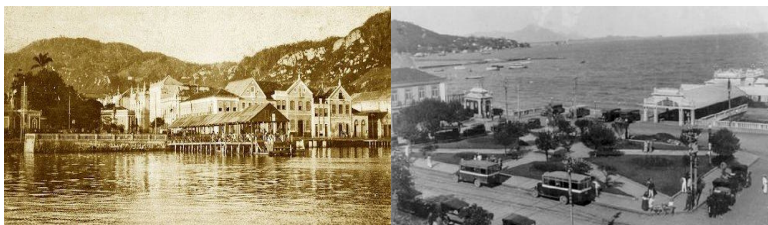


Figura 14: Trapiche municipal construído no final do século XIX e Miramar (1925).

Fonte: VELHO BRUXO (2012)

Além das casas comerciais, existiam armazéns de comissão e consignação, que recebiam artigos industriais de Joinville e Blumenau e exportavam

“farinha de mandioca para os estados do Norte, bem como amendoim, couros, café, ovos, melado e banana, em avultados carregamentos, para diversos portos da União e para o Rio da Prata (...). O comércio da capital é o mais movimentado do Estado, quanto à importação; quanto à exportação, porém, sobreexcedem-no, e muito, o da Laguna, Itajaí, Blumenau, Joinville e São Francisco” (VARZEA, 1984, p.26).

A ENNH manteve um serviço regular entre os portos de Santa Catarina e Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro, através do navio Max, adquirido em 1897; Meta, adquirido em 1905; Anna, adquirido em 1909; e Carl Hoepcke, adquirido em 1926, após a morte de Carl Hoepcke. Além dos navios, a ENNH contava também com o estaleiro Arataca, construído em 1907 para manutenção da frota e prestação de serviços para outras empresas (figura 15).



Figura 15: Trapiche da Empresa Hoepcke com os navios Carl Hoepcke, Anna e Max e navio no Estaleiro Arataca
Fonte: Velho Bruxo (2012)

Nesse período, Desterro possuía ruas estreitas e pavimentadas,

“suas casas eram bem alinhadas, feitas de tijolos e pedras, caiadas, limpas, cobertas de telhas, sendo muitas delas de sobrado, envidraçadas, construídas com gosto (...). As lojas eram muito bem sortidas, havendo-as em grande número, e os principais produtos da terra, dos quais se fazia exportação, eram a farinha de mandioca, o arroz, o azeite de baleia, a cal, o feijão, o milho, o amendoim, o melado, as madeiras, os couros, a louça de barro, o peixe salgado, tecidos de linho, de cânhamo e algodão” (CABRAL, 1987, p.92).

Na passagem do século XIX para o século XX, a Ilha ainda “se sustentava pelo comércio portuário, pela pesca e pela agricultura” (CECCA, 1997, p.57), porém a implantação da República no final do século XIX coincidiu com um período de crise econômica para Desterro. O comércio portuário decaiu e ao mesmo tempo com o advento da República foram criados novos cargos, causando uma disputa pelo poder entre os abastados locais (FERREIRA, 1994).

Até os primeiros anos do século XX o panorama social da Ilha foi mais rural do que urbano, não existindo uma definição nítida do seu perímetro. Com a intensificação das atividades burocráticas na capital da província, além de comerciantes e seus empregados, ocuparam a área urbana de Desterro funcionários públicos, militares e artesãos. Essa população, caracterizada por hábitos mais consumistas do que produtivos, levou à necessidade de aumentar a produção local e regional e até mesmo as importações, sobretudo de produtos industrializados. Por outro lado, os núcleos do interior da Ilha constituídos pela população açoriana, ainda apresentavam auto-suficiência em atividades ligadas à agricultura, pesca e pecuária e à produção artesanal.

CAPITULO 3: A REDUÇÃO DOS USOS AGRÁRIOS NA ILHA DE SANTA CATARINA NO DECORRER DO SÉCULO XX

Devido ao progresso das áreas colonizadas por alemães e italianos e a estagnação econômica do litoral catarinense durante o início da primeira república, as elites florianopolitanas passaram a

“enquadrar sob uma nova racionalidade aquilo que consideravam uma ameaça aos seus ideais de progresso e de modernidade: o grande número de habitantes que constituíam os segmentos pobres da população e que não se ajustavam facilmente às normas que a burguesia local pretendia impor ao espaço urbano da cidade” (ZANELLA, 1999, p.97).

A elite local percebia a necessidade de remodelar a sociedade da capital através de um discurso que desqualificava o homem do litoral, frente aos ideais e práticas da industrialização e do progresso (ZANELLA, 1999). Como aponta Kupka (1993) é possível que a crise econômica sobre o porto de Desterro, conjugada às tensões entre os abastados locais, tenha estabelecido o ritmo das reformas urbanas nos primeiros anos do século XX. Trabalhos informais no centro ou no interior da Ilha, ligados à pesca ou a agricultura, diante das reformas modernizadoras, foram desqualificados, com a construção de uma imagem definindo “estes habitantes como ociosos e não afeitos ao trabalho” (KUPKA, 1993, p.55).

Nesse período o morador da Ilha “urbano” era considerado civilizado, enquanto o habitante do interior da Ilha era o “matuto, o amarelo, o preguiçoso, o indolente” (FERREIRA, 1994). Eram poucos os moradores da área urbana da Ilha que se aventuravam pelo interior, pois

“a maioria da população da cidade restringia suas andanças à Capital, não conhecendo sequer as praias e lagoas. Somente o século XX, com seu desejo de estar à beira-mar, gozar a natureza e estar em contato com o oceano, e de banhar-se em suas águas, irá fazer com que o cidadão volte sua atenção para o interior da ilha” (FERREIRA, 1994, p.57).

Nas primeiras décadas do século XX foram implantadas medidas de higienização e saneamento principalmente na região central da cidade (figura 16). Nesse período foram instaladas as primeiras redes de água encanada (1909), iluminação pública através de energia elétrica (1910) e se construiu a rede de esgotos (1913-1917). Além disso, foram feitos aterros na orla da cidade, com a drenagem de várias áreas, o calçamento de ruas, reforma de praças e construção de prédios públicos (FERREIRA, 1994).

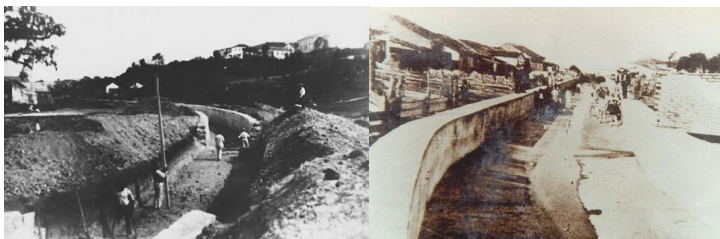


Figura 16: Canalização do Rio da Bulha na Avenida Hercílio Luz – 1919
Fonte: VELHO BRUXO (2012)

O poder público, a elite local e a imprensa projetavam a modernização da capital. Os automóveis ganharam espaço, tornando “outras formas de locomoção obsoletas” (FERREIRA, 1994, p.111). A melhoria da infra-estrutura urbana e a abertura de ruas contribuíram para romper o isolamento do centro urbano com as comunidades agrícolas e pesqueiras do interior da Ilha. Com a expansão da cidade como centro administrativo, o aumento do número de funcionários, a melhoria progressiva das condições sanitárias (como o fornecimento de água encanada, sistema de esgoto e canalização de rios e córregos) e a ascensão de Florianópolis a centro econômico e mercado regional em decorrência da sua ligação viária definitiva com o continente, ocorreu a valorização e a conseqüente ocupação do vazio urbano que ainda fazia parte da cidade (VEIGA, 1993).

“Em 1910, foram inaugurados a rede de água encanada e o sistema de energia elétrica e, em 1913, iniciados os trabalhos para o estabelecimento da rede de esgoto (...), as ruas foram alongadas, redefinidas e calçadas (...), enquanto novas ruas foram criadas” (KUPKA, 1993, p.62).

Ao mesmo tempo em que ocorriam melhorias na infraestrutura urbana, algumas práticas agrícola-comerciais no perímetro urbano passaram a ser alvo de críticas, dando início a novas regulamentações. Alguns exemplos são apresentados por Kupka (1993), como a ordem dada aos quitandeiros que só poderiam comercializar verduras, legumes, frutas, louças de barro, cozos, aves de alimentação, peneiras, esteiras, ovos, condimentos como pimenta, alho e cebola, abano, colheres e gamelas de pau e lenha. As quitandas que vendiam cereais e gêneros, bebidas, cigarros, fósforos, etc. foram classificadas como tavernas, ficando sujeitas ao imposto de aferição.

Dessa forma ocorreu o controle público sobre as atividades comerciais, provavelmente com a intenção de aumentar a cobrança de impostos. Os elevados impostos foram apontados como um dos responsáveis pela constante alta dos preços dos produtos, além da dificuldade dos mais pobres de se inserirem nas atividades comerciais regulamentadas. Em relação a isso uma medida foi criada em 1920 proibindo a exploração de “pombeiros” vendendo legumes e aves e ao mesmo tempo permitindo que qualquer pessoa pudesse vender a produção de suas hortas, independente de qualquer tributação (KUPKA, 1993).

Foram incluídas novas regulamentações também aos vendedores de leite (figura 17), que eram constantemente multados por causa da adulteração do produto, após a criação da Inspetoria de Laticínios na década de 1920. O governo passou a se responsabilizar pela distribuição do leite, através de uma Laiteria chamada de “Modelo”. Assim, a inspetoria adquiria todo o leite, fazia os exames necessários antes de fornecê-lo nos domicílios em perfeitas condições de higiene. A comercialização passou a ser feita em garrafas apropriadas e esterilizadas, porém os vendedores de leite que se sentiram prejudicados com as novas medidas, passaram a atrasar as entregas de leite à inspetoria, que terminou por suspender o serviço que havia iniciado.



Figura 17: Vendedores de leite no início do século XX
Fonte: IHGSC (2012)

A partir de 1920, a Diretoria de Higiene do Estado buscou proibir a criação de galinhas e outros animais, a eliminação de capinzais e a derrubada das bananeiras existentes no perímetro urbano, buscando “erradicar hábitos e costumes que não eram condizentes aos valores higiênicos projetados sobre a cidade” (KUPKA, 1993, p.121).

Essas foram as primeiras ações do Estado na busca da modernização da capital catarinense. As belezas naturais da Ilha já despertavam o desejo das elites de transformar a Ilha em um centro de turismo. Entretanto, medidas concretas por parte do poder público só se efetivaram nas décadas posteriores. O governador Hercílio Luz, em 1918, já prometia a instalação de um bonde elétrico até a praia dos Ingleses, em um período

“em que as estradas do interior da ilha eram meras picadas para carros de boi. Não existiam nem postes de energia elétrica, quanto mais bonde elétrico: a energia só chegaria ao norte da ilha na década de 1960 (...). O poder público estava sonhando algo que viria a ser, de fato, o futuro da Ilha de Santa Catarina. Previa ele a instalação de estações balneárias, no norte da ilha, que atrairiam argentinos, uruguaios e rio-grandenses” (FERREIRA, 1994, p.111).

Apesar dessas iniciativas estatais, o turismo só teve sua expansão concreta durante a segunda metade do século XX. Nas primeiras décadas desse mesmo século, o local de lazer e refúgio escolhido pelas elites da cidade eram as chácaras localizadas no entorno do centro urbano. De acordo com Ferreira (1998, p.53) “foi a partir do desejo de fugir da cidade que a elite florianopolitana descobriu a beira-

mar como lugar de descanso, recreio e contemplação”. Veiga (1993) apresenta um mapa com a localização dessas chácaras, localizadas nas adjacências da região central de Florianópolis (figura 18).



Figura 18: Localização das chácaras na área ocupada pela cidade (1876 e 1829)
Fonte: VEIGA (1993).

Através da análise da lista dos proprietários dessas chácaras (Quadro 4), em sua maioria elas pertenciam a militares, políticos e comerciantes que as utilizavam principalmente para o lazer nos finais de semana.

Quadro 4: Lista de proprietários das chácaras

1. Dr. Joaquim Augusto do Livramento (1876) – advogado e político	20. Não identificado (1929)
2. Oliveira Bastos (1876)	21. Não identificado (1929)
3. João Vieira Pamplona (1876) - militar	22. Não identificado (1929)
4. J. Feliciano Alves de Brito (1876) - comerciante	23. Não identificado (1929)
5. L. de Livramento (1876) – comerciante e militar	24. Não identificado (1929)
6. Mariana P. de Livramento (1876) – esposa de Joaquim do Livramento	25. José Maria da Luz (1876) – comerciante e político
7. Dr. Joaquim da S. Ramalho (1876) - político	26. Manoel Francisco Pereira Neto (1876)
8. Guilherme Xavier de Souza (1876) - militar	27. José Maria Branco (1876)
9. Boaventura da S. Vinhas (1876) – militar e político	28. Joaquim A. de Lima (1947)
10. A. C. Ebel (1876) - comerciante	29. Estanislau Vieira da Conceição (1876) – farmacêutico e político
11. Fernando Hackradt (1876) - comerciante	30. Maria Francisca de Paula Braga (1876)
12. Alexandre José de Souza Rainha (1876)	31. Estanislau Vieira da Conceição (1876) - farmacêutico e político
13. H. Gantier (1876)	32. Miguel de Souza Lobo (1876)
14. Ateneu Provincial (1876) – atual Colégio Catarinense	33. João de Deus Gainette (1876)
15. José Joaquim da Veiga (1890)	34. José Maria do Vale (1876) – político
16. Major Costa (1921) - militar	35. Duarte Schuttel (1876) – médico, militar e político
17. Fortkamp (1921)	36. Virgílio Vilela (1876) – militar e político
18. Manoel Branco (1929) – político	37. Manoel José de Oliveira (1876) – advogado, militar e político
19. Não identificado (1929)	38. Domingos da Costa (1876) - militar

Fonte: VEIGA (1993). Quadro elaborado pela autora

Conforme Peluso Júnior (1991, p.13)

“as pequenas propriedades rurais nos arredores da cidade pertenciam a pessoas abastadas que as

tinham como refúgio, mas em parte também a agricultores que delas viviam. A cidade assim não teve facilidade para se expandir, porque os ricos não queriam se desfazer dessas áreas de recreação e os agricultores relutavam em trocar seu meio de vida agrícola pelo citadino. O plano urbano, então, era acrescido quando a chácara se dividia por partilha hereditária ou quando o proprietário optava pelo lucro que lhe proporcionaria a divisão da terra”.

Os núcleos habitacionais do interior da Ilha continuavam a se dedicar à produção agrária e à pesca e o centro concentrava as atividades administrativas e comerciais (REIS, 2002). A urbanização ainda não alcançara as comunidades do interior da Ilha, havendo uma nítida divisão econômico-produtiva.

O relato feito por Várzea⁴⁶ (1984) apresenta os usos agrários desenvolvidos em Desterro no início do XX (Quadro 5). Essas atividades eram de suma importância para a subsistência dos moradores e para uma pequena comercialização do excedente, sendo notável o papel das atividades agrárias para o desenvolvimento social e econômico da Ilha nesse período. Dessa forma são apresentadas algumas comunidades da Ilha que de acordo com o autor, geraram através das atividades agrícolas os meios principais de subsistência para os seus moradores⁴⁷.

Quadro 5: Atividades agrárias desenvolvidas nas principais comunidades de Desterro no início do XX

Localidade	Atividades agrícolas desenvolvidas:
Aranhas	Plantações de mandioca e amendoim pouco numerosas.
Cachoeira	Área toda agrícola, produzindo principalmente café.
Caicanga-Açu	Produção de melancia de excelente qualidade, além da

⁴⁶ No relato de Várzea (1984) são descritas as atividades agrícolas desenvolvidas nas principais comunidades da Ilha no início do século XX, não existindo a divisão do território por freguesias e dados quantitativos referentes à produção.

⁴⁷ A maioria das comunidades citadas no quadro 5 (como Córrego Grande, Lagoa, Pantanal, Rio Tavares, Saco dos Limões e Trás do Morro), caracterizadas por Várzea (1984) no início do século XX como lugarejos predominantemente rurais, passaram ao longo do século XX por uma importante reestruturação sócio-espacial e econômica.

	policultura.
Canavieiras	Cultivo de mandioca, cana, feijão, milho, algodão, videira e café (principal produto). A pesca também era praticada, sendo um dos locais de maior importância da Ilha.
Capivaras	Grandes roças de milho.
Córrego Grande	Plantações de café e cana-de-açúcar, com várias espécies de cana (caiana, roxa e miúda). Engenhos numerosos, fabricando açúcar, melado e cachaça.
Pregiba (Costeira do Pirajubá)	Diversas culturas, tendo destaque a cana-de-açúcar ocupando grande área na região. Era um dos locais da Ilha que mais possuíam moendas e pequenos engenhos. O açúcar, o melado e a aguardante ali produzidos, além de servir para o consumo local, era exportado em pequena quantidade.
Itacorubi	Criação de galinhas e produção de ovos, existindo também o cultivo de café e cana.
Lagoa	Um dos locais da Ilha com maior diversificação produtiva, tendo cultivo de alho, cebola, gengibre, mandioca, milho, cana, feijão, amendoim, café, uva e algodão. Fabricação de aguardente, açúcar, melado. Comércio com o Rio de Janeiro (principalmente alho, cebola, amendoim e gengibre).
Pantanal	Os sítios são em geral terras de cultura, com engenhos primitivos, feitos de alvenaria ou de pau-a-pique barreado, cobertos de telha ou palha, em meio a plantações de mandioca, canaviais, pés de café e pomares de laranja, pêssego, ameixa e fruta-do-conde.
Pântano do Sul	Com poucas terras disponíveis para cultivo, os moradores se ocupavam principalmente da pesca.
Ponta das Canas	Local apropriado para o cultivo da cana, que ali existia desde as primeiras explorações da Ilha, representando a maior produção do sítio. Eram também cultivados mandioca, milho, feijão e outros legumes para o consumo geral. O cultivo da cana tinha como finalidade a fabricação de aguardente e melado, produzidos em moendas de madeira tocadas a boi, do mesmo modo dos engenhos de farinha.
Ratones	Cultivo de milho, cana e café; produção de farinha de mandioca e criação de galinhas e produção de ovos.
Ribeirão da Ilha	Área quase toda agrícola, cultivando-se mandioca, cana, milho, feijão e café.
Rio Vermelho	Solo bastante fértil, cultivando-se principalmente mandioca e amendoim, exportados através do porto de

	Inglêses e de Canasvieiras.
Rio Tavares	As culturas eram variadas com destaque para a cana, a melancia e o melão, que além de ser consumido na Ilha tinha como destino outras regiões do estado.
Saco dos Limões	Algumas pastagens e pequenas roças de mandioca, cana e café para o consumo.
Várzea Grande (Vargem Grande)	Produção de mandioca, milho, feijão, cana-de-açúcar, algodão e café (cultivado em larga escala) e pequenas pastagens
Trás do Morro (Trindade)	Produção de hortaliças e legumes e existência de pastagens com criação de vacas crioulas que abasteciam de leite a capital.

Fonte: Várzea (1984). Tabela elaborada pela autora.

As plantações de cana localizadas nas comunidades da Lagoa e do Ribeirão da Ilha, formavam roças bastante vastas e que produziam em grande escala, sendo as comunidades que mais escoavam a produção de açúcar, aguardente e melado, o último com grande mercado de consumo no rio da Prata, para onde embarcavam todos os anos alguns carregamentos. Nas outras freguesias, também se plantava a cana, porém em menores proporções, servindo principalmente para subsistência (VÁRZEA, 1984).

A produção da farinha de mandioca e do açúcar era feita nos engenhos localizados em todas as freguesias da Ilha. Esses engenhos localizavam-se preferencialmente próximo às plantações - facilitando assim o transporte da colheita - e onde houvesse disponibilidade maior de água, pastagens para os animais e vias de transporte. De acordo com Várzea (1984) só eram donos desses engenhos os agricultores que possuíam certo capital para o seu estabelecimento, além de um local apropriado para essas atividades. Por outro lado, os agricultores mais pobres faziam a farinha depois que os proprietários tivessem acabado a sua, “tomando de empréstimos os engenhos, pagando a utilização que deles fazem com a pequena retribuição de alguns dias de serviço de lavoura prestados àqueles proprietários” (VÁRZEA, 1984, p. 184) ou ainda através do sistema da terça, quarta ou meia⁴⁸, conforme o contrato.

Franklin Cascaes cita a farinha que se estendia do mês de março (início da colheita da mandioca) até outubro. A farinha, além

⁴⁸ Contrato entre o dono do engenho e o agricultor. Sistema de terça: o dono do engenho ficava com 1/3 da produção; quarta: o dono do engenho ficava com 1/4 da produção; meia: metade da produção era reservada para o dono do engenho.

de ser o período do beneficiamento da farinha, representava um importante momento para a sociabilização dos agricultores da Ilha e suas famílias.

“Por ocasião das farinhadas, tornavam-se claras também uma série de relações sociais e econômicas: relações de vizinhança, relações de gênero, relações de poder, relação de trocas de serviços, relações com a natureza. Era espaço de trabalho muito duro, embora sazonal, mas também, por demandar mão-de-obra muitas vezes maior do que a fornecida pela família do proprietário ensejava momentos festivos de confraternização da vizinhança e de parentes afastados, oportunizando as amizades, os namoros e as brincadeiras tradicionais” (WOLFF, 1995, p.69).

Segundo Caruso (1997)

“a farinhada era de manhã à noite, não parava nunca. De madrugada, cedo, lá pelas duas horas, já começavam a fornecer. Dentro da casa de engenho já havia um monte de mandioca a ser raspada. E trabalhava todo mundo: crianças, mulheres, homens (CARUSO, 1997, p.55). Pronta a farinha, eles traziam aqui para o mercado, de canoas, botes, lanchas baleeiras, era o transporte marítimo (CARUSO, 1997, p.57).

Uma hipótese lançada por Várzea (1984) é a de que o café era a cultura que mais se expandia na Ilha nesse período. A maioria das culturas foi sendo abandonada e substituída pelo café⁴⁹. De fato, as primeiras plantações foram feitas no final do século XVIII e desde então essa cultura começou a apresentar bons resultados, “iniciando-se logo depois uma regular exportação para o exterior, onde o café catarinense, e particularmente o da Ilha, foi considerado de excelente qualidade” (Várzea, 1984, p. 225).

⁴⁹ De forma geral, esse processo ocorreu em várias regiões do Brasil, onde se observou a dependência da economia brasileira pelo setor cafeeiro.

A produção de café se destinava para o consumo local e para exportação através do Rio da Prata e praças européias. Como exemplifica Várzea (1984) no final do século XIX:

“os lavradores se entregaram com grande entusiasmo, e de certo iguais ambições de lucros futuros, à exploração em alta escala desta cultura. E a coisa chegou a ponto, que a maioria deles, imprevidentemente, não olhando para os tempos a vir, entrou a abandonar, senão em totalidade, na maior parte sem duvida, as demais culturas que lhes parecia não poderiam comparar-se, em resultados positivos, a de que nos ocupamos. De sorte que hoje, pode dizer-se sem exageração, a bela Ilha do sul se acha transformada num imenso cafezal” (Várzea, 1984, p. 221).

Devido ao aumento da concorrência pelo mercado consumidor entre o Brasil e outros países da América Central, África e Ásia; o esgotamento das terras próximas aos mercados consumidores; a falta de mão-de-obra disponível e a diminuição do consumo do café nos países industrializados passou a ocorrer a crise da economia cafeeira que atingiu o Brasil e conseqüentemente a Ilha de Santa Catarina no final do século XIX.

Observa-se que apesar das culturas da cana-de-açúcar, mandioca e café terem grande importância na economia agrícola de Desterro por todo o século XIX e início do século XX, outras culturas como algodão, amendoim, feijão, frutas e a criação de animais também eram presentes, principalmente voltadas à subsistência dos moradores.

As roças de feijão vicejavam “comumente nas encostas das colinas e chapadas de morro (...). A sua cultura, porém, é relativamente pouco avultada na Ilha e em regra só basta ao consumo dos habitantes” (Várzea, 1984, p. 211). O amendoim era cultivado em vastas roças na região norte da Ilha e em menos escala na região leste. O Rio Vermelho tinha a maior produção, que tinha como destino os portos de Canasvieiras, Ingleses e Ponta das Canas e era transportada em navios de pequena e grande cabotagem. As plantações de amendoim ocupavam nesses sítios os terrenos planos e de camada de solo mais fofas. Além do Rio Vermelho, cultivava-se amendoim também na Lagoa, Pântano do Sul e outros locais (VÁRZEA, 1984). O milho abastecia os sítios locais,

sendo utilizado principalmente para alimentar a criação doméstica e os animais da lavoura (VÁRZEA, 1984).

Na visão de Várzea (1984), a agricultura da Ilha não tinha a sua disposição os instrumentos agrícolas aperfeiçoados e modernos, determinando prejuízos constantes na produção e a perda de matéria-prima no decorrer da fabricação dos produtos. Porém na realidade, o espírito e o ideal capitalista eram ainda pouco presentes entre os descendentes açorianos, diferente do que ocorria com os agricultores das colônias dos vales atlânticos, por exemplo.

A economia agrícola-comercial apresentava-se como uma via de crescimento para a Ilha, porém a partir das primeiras décadas do século XX alguns fatores como a substituição do transporte marítimo de cabotagem pelo transporte rodoviário, a decadência comercial-portuária e o crescimento agrícola das colônias dos vales atlânticos viriam a influenciar alterações em sua estrutura sócio-produtiva.

Além desses fatores, outro importante fator que explica a decadência da economia agrícola da Ilha foi a expansão e a valorização das chácaras para o lazer em contrapartida ao uso agrícola das terras. Como já citado anteriormente, as terras passaram a ser compradas por empresários, comerciantes e políticos locais e regionais. A família Ramos de Lages adquiriu e formou “verdadeiros latifúndios” na Ilha de Santa Catarina, substituindo o latifúndio no planalto pelo “latifúndio no litoral⁵⁰” (FERREIRA, 1994, p.131), acarretando “uma mudança substancial na distribuição e valorização das terras na Ilha de Santa Catarina”, que até então eram pouco valorizadas, passando a ser super valorizadas (FERREIRA, 1994, p.131).

Com a queda da produção agrícola do interior da Ilha - que diminuiu e até mesmo deixou de cultivar alguns produtos -, Florianópolis passou a depender totalmente do abastecimento de outras áreas produtoras (MAMIGONIAN, 1966, p.35). A farinha de mandioca, por exemplo, teve parte de sua produção substituída pela farinha vinda do continente e produtos como frutas, legumes e verduras, passaram a ser cada vez mais importados em relação à produção local (CECCA, 1997).

Com a decadência agrícola-comercial de Florianópolis e a consolidação da produção agrícola e industrial na região dos vales

⁵⁰ Exemplos disso são a área de Jurerê Internacional, local urbanizado somente na década de 1980 e que pertencia a Aderbal Ramos da Silva; e a Praia Brava, que pertencia a Celso Ramos e foi urbanizada na década de 1990 (FERREIRA, 1994).

atlânticos, foi necessário melhorar as vias de acesso à capital catarinense, para que essa produção pudesse chegar ao mercado consumidor local de Desterro e também ser exportada através do seu porto. As vias de acesso já existentes entre essas áreas produtoras e as comunidades fronteiras à Ilha foram melhoradas e novas estradas foram abertas. Os produtos passaram a chegar mais facilmente aos pontos de embarque, como Palhoça, São José e ao Estreito, onde eram embarcados para o porto de Florianópolis, que recebia produtos que tinham como origem principalmente Alto Biguaçu (atual município de Antônio Carlos), Palhoça, Biguaçu e Ganchos, além das próprias comunidades de Florianópolis, como Santo Antônio de Lisboa, Saco dos Limões, Ratonés e Ribeirão da Ilha (FERREIRA, 1994).

Apesar da abertura e melhoria dos acessos, a comunicação entre a ilha e o continente ainda era feita através de barcos, tornando “difícil, caro e demorado o intercâmbio comercial” e dificultando a mobilidade dos moradores. Pelo canal do estreito, os barcos faziam a travessia de pessoas (figura 19) enquanto lanchas maiores levavam carroças, animais e carros (ANDRADE, 1981, p.15).

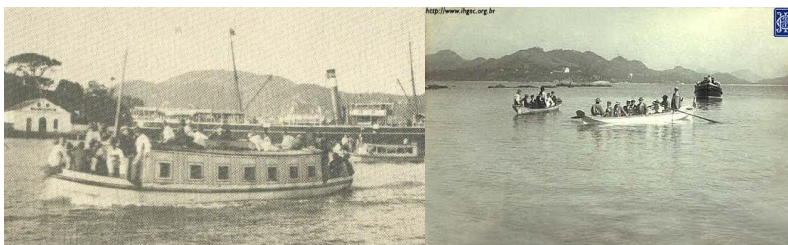


Figura 19: Travessia de passageiros entre a Ilha e o continente – década de 1920

Fonte: IHGSC (2012)

Problemas nessa travessia ocorriam eventualmente, como o forte vento sul que “impedia que os barcos atracassem onde habitualmente o faziam” (ANDRADE, 1981, p.15) no trapiche municipal do centro de Desterro. Nos dias de vento sul, os barcos atracavam na baía norte, no trapiche da Praia de Fora (figura 20). Além de ser um excelente ancoradouro abrigado do vento sul, a Praia de Fora foi o primeiro balneário de lazer da Ilha de Santa Catarina, onde as elites locais ocupavam as casas à beira-mar.



Figura 20: Praia de Fora – Atual Beira-Mar norte

Fonte: HILDEBRAND (2012)

Alguns fatores como a difícil comunicação entre a ilha e o continente, os problemas de abastecimento da capital com gêneros alimentícios e mercadorias e a entrada de um maior número de automóveis na região de Florianópolis, impulsionaram a construção de uma ponte entre a Ilha e o continente (ANDRADE, 1978). Com a construção da Ponte Hercílio Luz em 1926, o transporte marítimo foi aos poucos sendo substituído pelo transporte rodoviário (figura 21), o que facilitou a chegada à Florianópolis de diversas mercadorias das demais regiões catarinenses e de outros estados, conferindo uma nova dinâmica ao centro e induzindo a urbanização das áreas continentais próximas.



Figura 21: Ponte Hercílio Luz – década de 1930

Fonte: VELHO BRUXO (2012)

As comunidades localizadas no continente fronteiro à capital, como Estreito, Coqueiros e Ponta do Leal, que até então eram constituídas por vilas de pescadores, passam a sofrer um aumento considerável, tornando-se balneários de lazer para a elite da capital, o

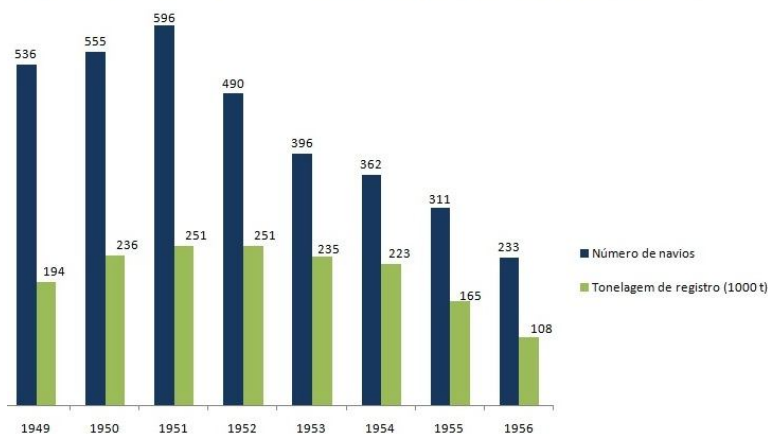
que culminou com a transferência de jurisdição em 1944⁵¹, dessas localidades de São José para Florianópolis. (FERREIRA, 1994).

Com a instalação de uma rede de rodovias que estabeleceram ligações diretas entre as áreas agrícolas e industriais de Santa Catarina com os grandes centros consumidores do país - principalmente São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, as atividades ligadas ao comércio marítimo passaram a sofrer concorrência de outros centros. Florianópolis deixou de ser entreposto exportador, pois esta função era garantida apenas por sua condição de porto marítimo. A cidade permaneceu com suas funções administrativas de capital, absorvendo uma parcela dos recursos econômicos e financeiros do Estado, mantendo o crescimento da pequena indústria, do comércio varejista e da oferta de serviços (VAZ, 1991).

As atividades comerciais ligadas ao porto passaram a decair. A queda nas importações-exportações através do Porto de Desterro (figura 22) prosseguiu até o seu fechamento em 1964, o que ocorreu, sobretudo devido ao alto custo de manutenção e permanente dragagem do canal da baía norte e às políticas públicas que deram prioridade ao transporte rodoviário.

⁵¹ Em 1944 o interventor federal em Santa Catarina, Nereu de Oliveira Ramos, assinou o decreto nº 951 que agregou o Estreito à capital, desmembrando-o do município de São José. Entre as razões apresentadas para a inclusão do Estreito à capital, estavam a inferioridade territorial de Florianópolis em relação às outras capitais brasileiras e a pequena assistência administrativa que a prefeitura de São José dedicava ao Estreito. No entanto Ferreira (1994) destaca que a área anexada ao território da capital catarinense, que compreendia a porção continental, até a Ponta do Leal (ao norte) e até a praia do Abraão (ao sul) onde a elite florianopolitana (como as famílias Ramos, Rupp, Carvalho, Moritz, Simone e Nocetti) possuía suas casas de veraneio.

Figura 22: Movimento de embarcações – Porto de Florianópolis (1949- 1956)



Fonte: PEREIRA (1974). Figura criada pela autora.

Outros portos catarinenses como Itajaí, São Francisco do Sul e Laguna passaram a se destacar e apresentar maior crescimento de exportação - importação, pois além de apresentarem melhores condições naturais, também passaram por reformas

“que permitiram acompanhar o desenvolvimento tecnológico e o aumento do tamanho dos navios. Entre 1880 e 1885, Desterro era ainda o porto mais importante da Província com 36% do total de exportações. Porém no período de 1896 a 1900, este percentual tinha descido para 20,8% (...), no período de 1917 a 1919, o movimento das exportações do porto de Florianópolis desceu para 14,7%; e em 1937, para apenas 6,9%” (KUPKA, 1993, p.48).

A tabela abaixo (tabela 3) apresenta o movimento de importação-exportação dos portos catarinenses em 1957. Nesse período o porto de Florianópolis era apenas o quarto em importância em Santa Catarina em relação ao número de navios atracados e no total de circulação de mercadorias.

Tabela 3: Movimento de importação-exportação dos portos catarinenses (1957)

Porto	Total de Navios	Tonelagem de registro (1000 toneladas)	Valor das mercadorias (cruzeiros)
São Francisco do Sul	700	495	2,2 bilhões
Itajaí	900	295	2,25 bilhões
Florianópolis	145	100	390 milhões
Imbituba	200	735	300 milhões
Laguna	100	70	240 milhões

Fonte: Santa Catarina (1958). Tabela elaborada pela autora.

A nova ligação entre a ilha e o continente além de representar a decadência da Florianópolis portuária, impulsionou a urbanização, abrindo novas áreas para as construções “numa cidade em que muitas chácaras se mantinham intactas” (PELUSO JÚNIOR, 1991, p.331), tornando-se mais um fator da desestruturação da economia agrária da Ilha, através da intensificação da divisão e loteamento das chácaras.

A terra que até esse momento apresentava-se como o principal meio de sobrevivência da maioria da população moradora da Ilha, passa a atrair o interesse, sendo valorizada e ocupada por pessoas estranhas à economia agrícola, como cidadãos e pessoas com outras profissões (SANTOS, 1971).

As chácaras até então predominantes, foram loteadas progressivamente pelas camadas relativamente abastadas da população (MAMIGONIAN, 1958). A ampliação do traçado urbano passou a seguir o interesse dos proprietários que estavam loteando os terrenos, ocorrendo a valorização do perímetro urbano conforme ocorria o aumento na acessibilidade dessas áreas.

O loteamento das chácaras passou a ser intenso, levando ao preenchimento dos vazios urbanos na área central da Ilha e ao conseqüente adensamento das edificações (VEIGA, 1993). Com a expansão da cidade houve a incorporação de algumas áreas rurais localizadas na franja urbana, como as chácaras da Praia de Fora e das ruas Bocaiúva e Almirante Lamego (figuras 23 e 24).



Figura 23: Praia de Fora – década de 1940
Fonte: FOTO B (2012)

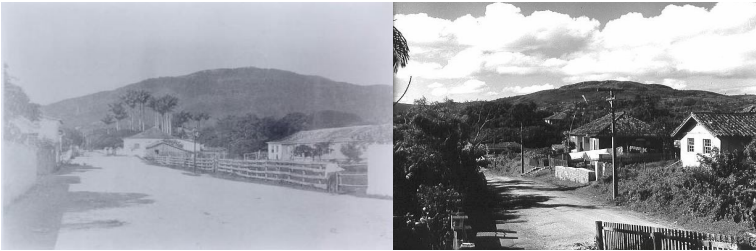


Figura 24: Rua Bocaiúva (1890) e Rua Almirante Lamego
Fonte: HIDELBRAND (2012); VELHO BRUXO (2012)

O valor das terras dentro e na borda das aglomerações aumentou, compraram-se e retalharam-se glebas vendendo-se lotes de todo tamanho e forma. Os loteamentos impuseram-se às roças, aos matos, às chácaras e começou a evidenciar-se uma separação clara entre cidade e campo, consagrando hábitos e práticas mais citadinas do que rurais. Aos poucos foram se esboçando os primeiros bairros (VEIGA, 1993, p.101).

Uma parcela da população rural passou a vender suas terras e trabalhar para os novos proprietários mediante um salário, permitindo que essa população até então ligada à terra encontrasse

“na valorização das propriedades os recursos necessários, ou estimuladores, para delas se desfazer e procurar na Capital uma outra situação econômica. É este o processo que está a ocorrer nas zonas próximas da Capital, como: Saco Grande, Itacorubi, Santo Antônio, Canasvieiras e Ribeirão – onde as chácaras e sítios passam às mãos de pessoas residentes na cidade e profissionalmente desligadas da economia agrícola” (SANTOS, 1971, p.51).

As atividades urbanas que passaram a ser exercidas nesses espaços sofreram grandes alterações decorrentes das diversas etapas de crescimento e adensamento da cidade (VAZ, 1991), enquanto que a paisagem urbana passou a ser dotada de edifícios de maior altura, tanto de uso misto quanto residencial, definindo novos valores imobiliários e modificando substancialmente o contexto urbano, em especial junto ao centro histórico (PELUSO JÚNIOR, 1991).

A contínua remodelação e reconstrução do perímetro urbano “decorreu do crescimento e do adensamento da ocupação territorial, assim como das alterações no comportamento social de seus habitantes, com a persistente e progressiva introdução de um novo modo de vida” (VAZ, 1991, p.43). A busca por esse novo modo de vida moderno contou com a contribuição do setor público através da criação de políticas públicas a nível nacional, estadual e municipal e do setor privado que atuaram conjuntamente na recomposição do quadro de vida urbano.

Diante deste contexto em Santa Catarina o governo criou mecanismos para promover a modernização do campo e da cidade, adotando medidas para a modernização dos diferentes setores produtivos e econômicos e expandindo seu poder de atuação através da criação de diversos órgãos e instituições. Neste sentido destaca-se a criação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, o Fundo de Desenvolvimento de Santa Catarina e do Órgão Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ACARESC).

Alguns exemplos do processo de modificação e da nova dinâmica sócio-espacial da Ilha de Santa Catarina podem ser percebidos através da criação de duas fazendas de experimentação na capital catarinense - a Fazenda da Ressacada e a Fazenda Assis Brasil (figura 25), especializadas

“na criação de gado holandês e jersey, respectivamente. A Fazenda Ressacada, criada em 1937, em antiga área rural da Ressacada (próxima ao Carianos e Alto Ribeirão) trazia gado holandês do Planalto Catarinense e Gaúcho, e vendia a criadores e comerciantes da região, e também a pequenos produtores” (CAMPOS, 1989, p.166).

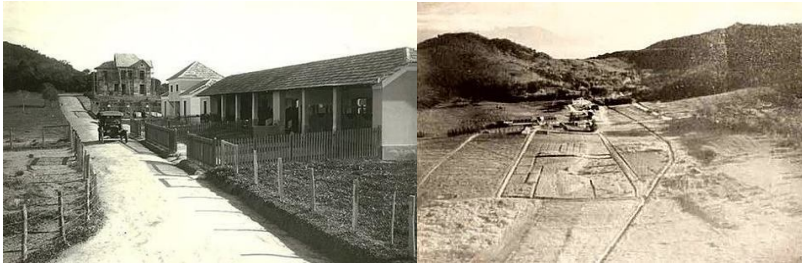


Figura 25: Antiga Fazenda Zootécnica Assis Brasil – atual campus da UFSC
Fonte: HIDELEBRAND (2012)

Nesse período como destaca Lohn (2004, p.47) “o mundo rural estava bastante presente na vida da capital do Estado, onde eram realizadas, inclusive, exposições agropecuárias”.

Através da lei nº 1430 de 27 de janeiro de 1956 foi criada a Usina de Beneficiamento de leite (UBL) em Florianópolis, buscando desenvolver a capacidade leiteira dos rebanhos e o aumento da produção; adquirir o leite, in natura, de outras fontes produtoras, beneficiando-o, para entregá-lo ao consumidor em perfeitas condições de higiene; proceder a elaboração industrial do leite ou a industrialização do produto, usando para isso, somente o excesso eventual, depois de suprir o mercado consumidor.

Com o objetivo de “aumentar a produção leiteira para o abastecimento da Usina de Beneficiamento” (CAMPOS, 1989, p.167) e promover o desenvolvimento no setor agropecuário, o governo federal, a partir da década de 1940, passou a introduzir novas raças de gado leiteiro e de corte mais produtivas, destinando à Santa Catarina recursos para implantação de quinze postos agropecuários.

Na Ilha de Santa Catarina,

“a primeira ação do governo de implantar postos agropecuários, denominados de “postos de monta”, manifesta-se em 1949, com o início das obras de drenagem da maior bacia hidrográfica da ilha, a bacia do rio Ratoões” (VIEIRA, 2004, p.106).

Essas obras buscavam criar áreas úteis para implantar granjas de gado leiteiro e tornar as áreas da planície férteis para a agricultura, porém o resultado foi a ruptura socioeconômica e cultural das

comunidades locais tradicionalmente rurais, além de uma série de conflitos sociais. Essas obras também interferiram

“na dinâmica do ecossistema de manguezal reduzindo sua produtividade, afetaram o modo de vida dos agricultores e pescadores “nativos” que dependiam da dinâmica natural dos rios, tanto como meio de transporte para escoar e receber mercadorias, quanto para a prática da pesca artesanal” (VIEIRA, 2004, p.106).

Nos anos 1960 outros postos de monta foram instalados em áreas públicas das comunidades do Rio Tavares, Canasvieiras, Ressacada, Rio Vermelho, Vargem Pequena, Rationes, Córrego Grande e Itacorubi (CAMPOS, 1989). Além dessas medidas modernizadoras, o Estado também interferiu na gestão das áreas comunais. A maioria dessas terras

“foram transformadas em áreas de interesse ou expansão imobiliária (...). As áreas comunais são transformadas, então: a) em grandes fazendas de uns poucos donos (políticos, empresários, comerciantes, altos escalões do poder publico) que geralmente não moram e pouco produzem nas mesmas; b) em loteamentos ligados a grandes empreendimentos imobiliários, principalmente relacionados à expansão do setor turístico (como em Canasvieiras e Jurerê); c) ou mesmo, apropriadas pelo próprio Estado (CAMPOS, 1989, p.158).

Exemplos da transformação dessas terras comunais em áreas apropriadas pelo Estado foram a criação da colônia penal agrícola de Canasvieiras e da Estação Florestal do Rio Vermelho. A Colônia Penal Agrícola⁵² “Urbano Müller Salles” passou a abrigar sentenciados com bom comportamento, preparando-os para o último estágio da pena. Até a década de 1930 essa área era utilizada comunalmente por moradores de Ponta das Canas, Cachoeira e Canasvieiras, porém após esse período foi apropriada por Cantalício, um tesoureiro da Delegacia Fiscal da

⁵² Criada através da Lei nº 4.378 de 11 de outubro de 1969.

Capital e posteriormente por João Moura, que acabou por passar a área para o Estado (CAMPOS, 1989). A colônia penal agrícola (figura 26) teve seu funcionamento até a década de 1980 e atualmente abriga a sede do “Sapiens Parque”.



Figura 26: Colônia Penal Agrícola de Canasvieiras – anos 1970
Fonte: VELHO BRUXO (2012)

O Campo da Barra era outro local utilizado comunalmente pelos moradores do Rio Vermelho, Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição e Costa da Lagoa. Formado por uma extensa restinga litorânea unindo o Morro das Aranhas à Barra da Lagoa, uma parcela de sua área passou a ser utilizada pelo posto de monta da Secretaria da Agricultura (CAMPOS, 1989). Em 1962 ocorreu a criação da Estação Florestal do Rio Vermelho⁵³ (figura 27) - como local de experiência para o plantio de espécies exóticas, como Pinus e Eucalipto⁵⁴.



Figura 27: Parque Estadual do Rio Vermelho
Fonte: Autora (2007)

⁵³ Em 2007 a denominação foi alterada para Parque Estadual do Rio Vermelho, através do decreto nº308 de 24 de maio de 2007.

⁵⁴ A introdução e a adaptação dessas espécies exóticas diminuíram a possibilidade de desenvolvimento de espécies nativas, caracterizando-se atualmente como um problema a ser resolvido pelas instituições públicas ambientais.

A institucionalização da propriedade da terra tornou-se uma importante questão a ser mediada pelo Estado principalmente na segunda metade do século XX, pois do mesmo modo que em outras regiões do país, na Ilha de Santa Catarina a ocupação das terras ocorreu principalmente através do regime de posse. A ocupação pela posse foi oficialmente reconhecida somente no período entre a Independência e a Lei de Terras (1822-1850) e beneficiou parte de pequenos produtores que não tiveram acesso às terras através do sistema de sesmarias (CAMPOS, 2002).

Do mesmo modo que as demais regiões do Brasil, o litoral catarinense durante o período colonial, era de propriedade da Coroa Portuguesa, que “distribuiu toda fachada litorânea do sul brasileiro (incluindo a Ilha de Santa Catarina) ao donatário Pero Lopes de Souza em 1634” (CAMPOS, 2002, p.120).

A condição legal das terras ofereceu algum obstáculo à ocupação racional das mesmas, sobretudo impediu um plano político dos governantes. Concedidas na forma de donataria, em 1634, a Pero Lopes de Souza, e, não tendo este podido desenvolver um plano, passou tudo aos seus herdeiros, um tanto impessoais e mais interessados em usufruir vantagens do privilégio, que em efetuar pessoalmente qualquer coisa destacada. As terras foram sendo concedidas passivamente aos que as solicitassem na forma de sesmarias (PAULI, 1973, p.44).

Como muitas áreas não foram ocupadas efetivamente pelo donatário Pero Lopes de Souza, as terras foram revertidas ao patrimônio da Coroa portuguesa em 1711. A coroa então repassou essas terras à diferentes sesmeiros, como Francisco Dias Velho, que anteriormente havia fundado Desterro. Devido à falta de planejamento sobre a ocupação das terras, muitas áreas continuaram como terras devolutas, abandonadas, pois muitos sesmeiros, simplesmente não as ocuparam e muitas vezes a Coroa negava a concessão de determinadas áreas de uso público comum em diferentes comunidades (CAMPOS, 2002).

As posses ocorreram desde o início do povoamento, paralelamente às concessões de sesmarias. Quem chegasse a qualquer área em que

não houvesse morador nela instalava-se passando a considerá-la sua, lançando em árvores seus sinais, ou fincando marcos, ou ainda tomando rios ou montanhas como os limites de suas terras. O Governo Imperial, por lei de 1850, reconheceu essa situação, determinando que cada posseiro registrasse, na igreja da paróquia, as terras que considerasse suas (PELUSO JÚNIOR, 1985, p.49).

Mesmo com a Lei de Terras de 1850, a maioria das terras já ocupadas no interior da Ilha de Santa Catarina através da posse não foi regulamentada, permanecendo a maioria sob o regime de posse até os dias atuais (CAMPOS, 2002).

Durante o período de predomínio das relações agrícola-comerciais na Ilha de Santa Catarina, a terra possuía para a maioria dos agricultores “um importante valor de uso, o que independia da relação que o produtor tinha com a mesma, isto é, se ele era proprietário, posseiro ou apenas usufrutuário” (CAMPOS, 2002, p.125), porém com o avanço da urbanização a questão referente à propriedade da terra aprofundou-se. A terra passou a adquirir valor, tornando-se um investimento através da especulação.

Durante o século XX “diferentes espaços da Ilha de Santa Catarina passam a se integrar à ordem da produção capitalista”, refletindo “as transformações político-econômicas que ocorrem a nível nacional”. Através da expansão da urbanização ocorre o aprofundamento do “processo de especulação das terras”, que se sobrepôs à função social do regime de posse. A urbanização configurou-se como um importante fator de “alteração do regime de propriedade e uso da terra na Ilha, fortalecendo o processo de regularização da terra na forma de propriedade privada (CAMPOS, 2002, p.126).

O aprofundamento da apropriação das terras comunais ocorreu em um momento de valorização das terras em todas as áreas da Ilha de Santa Catarina. Essa apropriação alterou a constituição de valor do uso da terra e gradativamente agregou valor mercantil a essas terras (CAMPOS, 2002), que passaram a possuir um valor de uso e um valor de troca (BEZERRA, 2002, p.115).

“Isso se dá em decorrência de inúmeras situações, desde o século XIX, mas é a partir do processo de urbanização de Florianópolis, e mais recentemente, com o avanço do setor turístico

sobre a Ilha e litoral catarinense que se aprofunda” (CAMPOS, 2002, p.131).

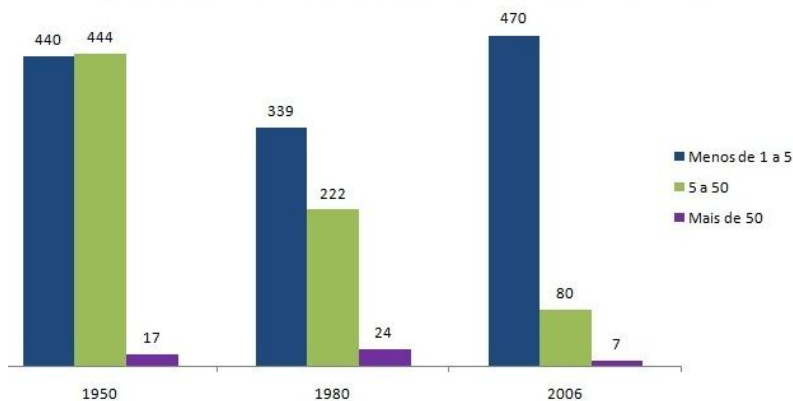
Desse modo, o predomínio das terras sob o regime de posse na Ilha de Santa Catarina foi um dos fatores que possibilitou a facilidade de transferência de terras públicas para particulares e a especulação aprofundadas no decorrer do século XX. Nesse processo observa-se que “um sistema de concessão de favores” e “fraudes e falsificações de documentos” tornaram-se práticas comuns entre o Estado e particulares (CAMPOS, 2002) buscando a legitimação da propriedade da terra e a sua conseqüente valorização.

A partir da análise dos Censos Agropecuários de 1950, 1980 e 2006⁵⁵, é possível perceber as mudanças que estavam ocorrendo no espaço rural da Ilha de Santa Catarina.

No censo de 1950 observa-se o predomínio de estabelecimentos agropecuários com área entre menos de 1 até 50 hectares. No Censo de 1980 percebe-se a diminuição pela metade das propriedades com tamanho entre 5 a 50 hectares e o aumento no tamanho de algumas propriedades em relação ao Censo de 1950, principalmente as que apresentavam tamanho superior a 50 hectares. Essa informação pode estar relacionada com o aumento da aquisição de diversos terrenos pelo mesmo proprietário (figura 28).

⁵⁵ Os dados apresentados nos Censos Agropecuários do IBGE são referentes à porção insular e continental do município de Florianópolis, porém com uma intensa urbanização e verticalização, os bairros continentais não apresentam atualmente produção agropecuária significativa.

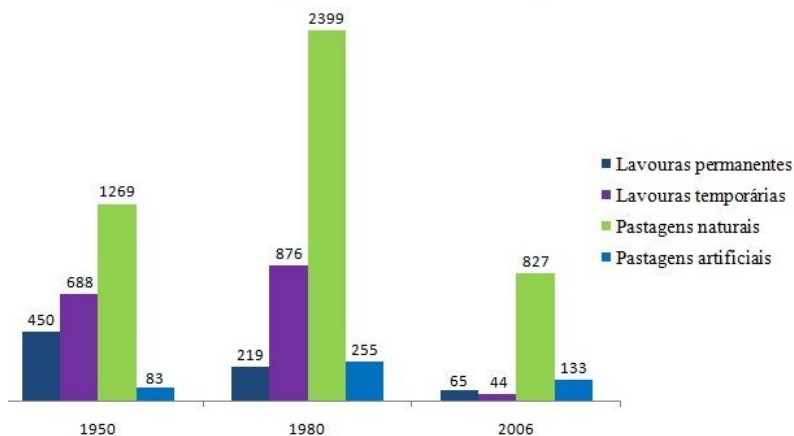
Figura 28: Número e Extensão (em hectares) dos estabelecimentos agropecuários na Ilha de Santa Catarina (1950, 1980 e 2006)



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1950, 1980 e 2006.

Através da figura 29 percebe-se a gradativa diminuição da área ocupada por lavouras permanentes e lavouras temporárias. Entre os Censos de 1950 e 1980, ao mesmo tempo em que ocorreu a diminuição das áreas ocupadas pelas lavouras permanentes e temporárias, houve o aumento da área ocupada por pastagens naturais.

Figura 29: Utilização e extensão das terras (1950, 1980 e 2006)



Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1950, 1980 e 2006.

De acordo com os Censos de 1950 e 1980, produtos que constituíram a base da economia agrícola ilhéu durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, como cana-de-açúcar, mandioca, café, banana e laranja, continuavam a constituir os principais cultivos da Ilha de Santa Catarina (tabela 4), apesar da diminuição dos números de estabelecimentos que os produziam e da quantidade total produzida, principalmente visível na análise do Censo de 2006.

Tabela 4: Produção Agrícola em Florianópolis (1950, 1980 e 2006)

Ano	Produto	Quantidade	Estabelecimentos que produzem
1950	Aipim	2.935 ton	638
	Banana	84.587 cachos	428
	Café	642 ton	907
	Cana-de-açúcar	1.408 ton.	124
	Cebola	232 ton.	--
	Feijão	89	286
	Laranja	13.505 ton.	344
	Mandioca	3.058 ton.	256
1980	Arroz em casca	28 ton.	6
	Banana	9.000 cachos	137
	Batata inglesa	6 ton.	5
	Café	19 ton.	179
	Cana-de-açúcar	137 ton.	41
	Cebola	11 ton.	22
	Feijão	32 ton.	317
	Laranja	488 mil frutos	266
	Mandioca	1.727 ton.	406
	Milho	106 ton.	365
2006	Banana	96 mil cachos	2
	Café	--	1
	Cana-de-açúcar	577 ton.	15
	Feijão	--	2
	Mandioca	21 ton.	44
	Milho	13 ton.	5

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1950, 1980 e 2006.

Em relação à agropecuária, não houve uma importante diminuição do número de cabeças de bovinos, porém o número de

estabelecimentos que possuíam esse tipo de criação diminuiu pela metade (tabela 5).

Tabela 5: Rebanho de animais na Ilha de Santa Catarina (1950, 1980 e 2006)

Ano	Rebanho	Número de Animais	Número de Estabelecimentos
1950	Bovinos	2.591	534 ⁵⁶
	Eqüinos	46	21
	Ovinos	35	3
	Caprinos	60	22
	Suínos	557	160
	Aves	24.469 (23.219 frangos)	880
1980	Bovinos	3.680	374
	Eqüinos	138	94
	Ovinos	33	7
	Caprinos	118	29
	Suínos	410	75
	Aves	161.353 (153.787 frangos ⁵⁷)	392
2006	Bovinos	2133	228
	Equinos	603	106
	Ovinos	99	10
	Caprinos	371	30
	Suínos	191	33
	Aves	7.242 aves (5437 frangos)	308

Fonte: IBGE - Censos Agropecuários de 1950, 1980 e 2006.

A tabela 6 mostra que nos períodos apresentados, enquanto a população rural manteve-se praticamente estagnada, ocorreu um enorme crescimento da população urbana.

⁵⁶ Dos 534 estabelecimentos que criavam bovinos, 453 deles produziam leite vacum, num total de 4.280 hl.

⁵⁷ O grande aumento do número de frangos apresentado no Censo Agropecuário de 1980 pode ser explicado pela instalação nesse período de uma granja de produção de ovos em Canasvieiras, de propriedade do senhor Santini.

**Tabela 6: Distribuição da população urbana e rural de Florianópolis⁵⁸
(1872-1950)**

Ano	População Urbana	População Rural	População Total
1872	11.322	14.387	25.709
1890	16.506	14.173	30.679
1920	22.874	18.464	41.338
1940	29.764	17.007	46.771
1950	51.115	16.515	67.630

Fonte: PEREIRA (1974); IBGE - Censos Demográficos de 1920 a 1950.

Do mesmo modo que as atividades agrícolas, a pesca artesanal também entra em decadência em praticamente toda a Ilha durante a segunda metade do século XX, enquanto ocorre o crescimento da pesca industrial.

A mudança na atividade pesqueira em Santa Catarina passou a ocorrer com a criação do Departamento Estadual de Caça e Pesca⁵⁹ (DEC-P) nos anos 1960 no governo de Celso Ramos. O DEC-P mais tarde viria a se conveniar com a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca⁶⁰ (SUDEPE), criada em 1962. No litoral catarinense, surgiram 70 empresas industriais na década de 1960 sob inspeção federal da SUDEPE, resultando no aumento significativo da produção nacional do pescado e na existência de tradicionais núcleos pesqueiros para exportações internacionais (BORGES, 2008).

A SUDEPE e outros órgãos de fomento promoveram através de incentivos fiscais, o crescimento do setor pesqueiro impulsionando as pequenas unidades manufatureiras, que se articulavam às grandes manufaturas. Configurou-se desse modo, a ação do governo militar pós-1964 que através de financiamentos, facilitou o acesso de grupos

⁵⁸ A partir de 1950 os dados populacionais representam a contagem da população residente na Ilha de Santa Catarina e incluem a população residente nos bairros da região continental, anexados ao município de Florianópolis em 1944.

⁵⁹ O DEC-P tinha como objetivos realizar pesquisa e estudos sócio-econômicos das populações pesqueiras, executar e fiscalizar a execução dos códigos de caça e pesca, prestar assistência social às comunidades pesqueiras e fomentar o desenvolvimento de seus fatores de produção, solucionando os problemas relativos à caça e pesca (BORGES, 2008).

⁶⁰ A SUDEPE buscava dar apoio técnico e financeiro aos empreendimentos pesqueiros, realizar estudos para o aprimoramento das leis e a coordenação de programas de assistência técnica, entre outros (BORGES, 2008).

nacionais na exploração do setor pesqueiro (SILVA, 1992), que aliados ao capital estrangeiro, elevaram a importância econômica do setor pesqueiro (tabela 7).

Tabela 7: Produção de pescado de Florianópolis e Santa Catarina (1966-1983)

Ano	Produção de Florianópolis (Kg)	Produção total de Santa Catarina (Kg)
1966	3.437.184	21.524.946
1968	4.439.100	29.893.154
1970	5.903.267	37.997.901
1972	9.760.166	64.697.662
1974	15.705.114	126.817.859
1977	5.390.226	84.490.072
1979	6.910.425	91.505.195
1981	5.192.987	70.297.095
1983	5.389.352	80.114.319

Fonte: Silva (1992). Tabela elaborada pela autora.

Os financiamentos do Estado permitiram a entrada de capitais e a compra de câmaras frigoríficas para serem instaladas nas praias, de embarcações motorizadas e equipamentos e a fabricação de redes, porém nem todos os pescadores conseguiram acompanhar a modernização da atividade pesqueira (BASTOS, 2000).

O SIPAMA (Serviços de Inspeção de Produtos Agropecuários e Materiais Agrícolas do Ministério da Agricultura) foi criado com o intuito de fiscalizar as pequenas empresas que não se enquadrassem aos padrões estabelecidos pelo Estado, proibindo a comercialização dos produtos e decretando o fechamento das unidades manufatureiras, evidenciando

“o processo de favorecimento aos capitais industriais, à medida em que se reprimia o processo produtivo destas pequenas unidades manufatureiras, provocando suas incorporações pelo setor mais capitalizado” (SILVA, 1992, p.164).

Dessa forma, a pesca artesanal foi aos poucos substituída pela pesca industrial, o que ocasionou a diminuição dos peixes e dificultou que os pescadores artesanais conseguissem manter seus ranchos de pesca à beira da praia (LAGO, 1983, p.102). A agricultura da mesma

forma que a pesca continuava a existir na Ilha de Santa Catarina na década de 1980, mas a sociedade tradicional que envolvia suas atividades em hábitos transmitidos de geração em geração, desarticulou-se em face da invasão de novas técnicas e da infiltração de citadinos em todos os lugares da zona rural (PELUSO JÚNIOR, 1984).

Para Peluso Júnior (1984, p. 241) mesmo com a decadência da economia agrícola, a produção foi considerável na Ilha de Santa Catarina em grande parte do século XX. Para o autor:

“Ainda em 1940, quando já se iniciara o processo de transformação da capital, mas a cidade ainda não invadira o campo, a Ilha de Santa Catarina produziu 2247 t de farinha de mandioca, 336 t de feijão, 365 t de milho, 5864 t de açúcar, 449 t de café, etc. Em 1980 a produção de farinha de mandioca desceu a 1074 t, o feijão a 32 t, o milho a 106 t, a cana-de-açúcar a 137 t, o café a 19 t. Esses dados contidos no Censo Agrícola de 1940 e no Censo Agropecuário de 1980 mostram a decadência da agricultura na Ilha. Apenas a pecuária progrediu, passando de 2147 cabeças de bovinos em 1940 a 3680 em 1980, resultando dos trabalhos de drenagem nos campos no norte da Ilha, mas deve notar-se que esses campos não pertencem mais, em grande parte, à gente da colonização açoriana, mas a moradores da cidade que têm interesse na criação, ou pessoas de outras áreas que se radicaram na Ilha”.

Durante as décadas de 1950 e 1960 a economia agrícola continuava a existir, porém nesse período voltada a atender somente o mercado local. Florianópolis continuou a apresentar uma predominância nas atividades relacionadas aos serviços administrativos e políticos, com o desenvolvimento de uma indústria pouco diversificada e um comércio voltado a atender principalmente as necessidades da população urbana.

Nesse período enquanto a maioria das capitais brasileiras já apresentava uma intensa ocupação (FACCIO, 1997) e uma especialização econômico-produtiva, a capital catarinense não tinha destaque na economia nacional. De 1930 até a década de 1960, as relações comerciais de Florianópolis permaneceram praticamente estagnadas com a decadência da economia agrícola-portuária e a perda

da hegemonia do capital comercial em relação aos municípios dos vales atlânticos. Por outro lado, em outras regiões do estado, como Vale do Itajaí, Oeste e Meio-Oeste, Planalto Norte, Nordeste e Sul, ocorria a ampliação do processo de industrialização através de investimentos de capitais locais e regionais. Esse crescimento econômico atraía investimentos e beneficiava Florianópolis devido à sua função de capital administrativa⁶¹, porém esse benefício não se estendeu às áreas rurais da Ilha, continuando uma acentuada dicotomia entre essas áreas e o centro urbano.

A partir do golpe militar de 1964, as novas políticas de investimento dos governos federal e estadual passaram a beneficiar Florianópolis, modificando radicalmente seu perfil, com a aceleração da urbanização e da modernização, dando novas funções à administração estadual e federal (BASTOS, 1997) e mudando a estrutura interna da cidade (BEZERRA, 2002).

A criação da Universidade Federal de Santa Catarina em 1956 e da Eletrosul⁶², na segunda metade da década de 1970 e a execução de grandes obras de infra-estrutura, como o aterro da baía sul e a abertura da BR-101, da BR-470, da BR-116 e da ponte Colombo Salles (concluída em 1975) ligando a ilha ao continente, deram um novo dinamismo à capital catarinense.

O aumento populacional e a necessidade de desafogar o movimento da ponte Hercílio Luz que aumentava a cada ano, foram alguns dos fatores que levaram à construção da ponte Colombo Salles (figura 30), pois as longas e crescentes filas na ponte Hercílio Luz “nas horas de maior movimento, passaram a fazer parte da paisagem urbana e dos hábitos do ilhéu” (ANDRADE, 1978, p.144).

⁶¹ Se num primeiro momento a prosperidade industrial e comercial das áreas alemãs e italianas, ao imprimirem forte concorrência com os capitais comerciais de Florianópolis provocaram a decadência destes capitais; nesse momento, o dinamismo econômico de Santa Catarina arrastava Florianópolis para frente (BASTOS, 1997, p.18).

⁶² Esses órgãos criaram novos vetores de expansão urbana ao se instalarem na bacia do Itacorubi, área até então pouco urbanizada. O adensamento que se sucedeu foi intenso, transformando áreas antes agrícolas em condomínios residenciais e loteamentos (TRINDADE, 2009).



Figura 30: Vista parcial da ponte Colombo Salles e do Terminal Rita Maria, inaugurado em 1981.

Fonte: FOTO B (2012)

O melhoramento das ligações da capital do estado com os estados vizinhos e com o país contribuiu para o desenvolvimento urbano de Florianópolis, que se tornou atrativa para um intenso fluxo migratório de estudantes, professores, funcionários públicos e um grande contingente de operários, que buscavam emprego na construção civil, devido à expressiva expansão imobiliária. Além disso, os processos de êxodo rural (fruto do processo de modernização agrícola⁶³) e de migração de outras cidades, aliados às possibilidades de emprego em Florianópolis, impulsionaram a vinda de uma população migrante pobre que se instalou nas encostas dos morros da Ilha e na periferia urbana.

Desse modo, Florianópolis tornou-se um dos municípios de Santa Catarina que mais atraiu migrantes oriundos de várias regiões do estado e do país, passando por uma importante renovação, sendo marcada pelo expressivo crescimento populacional urbano nas últimas décadas. Quanto a essas mudanças, de acordo com Campos (2010, p.10):

⁶³Uma importante parcela dos agricultores que não conseguiu acompanhar as inovações tecnológicas acabou saindo do campo e migrando para as cidades, tendo como principal destino os municípios do litoral catarinense. Ainda nos anos 1970, ocorreu um aumento significativo na população residente em áreas urbanas e já nos anos 1980, o número de moradores das cidades tornou-se maior do que o das áreas rurais em Santa Catarina. Esse processo pode ser atribuído à modernização da agricultura e a expansão das atividades secundárias e terciárias nos centros urbanos litorâneos.

“A partir dos anos 1970 a região litorânea catarinense, refletindo os rumos que tomava o capitalismo a nível nacional e mundial, sofre rapidamente uma série de transformações, alterando com profundidade a constituição social, econômica e ambiental da região. Fazem-se presentes novos contextos (econômico, social, político e cultural), possibilitando o surgimento ou expansão de interesses do capital em sua dinamicidade. Nesse período ocorre a expansão da urbanização na região, dinamizando igualmente a especulação imobiliária”.

A ocupação do espaço urbano por novos moradores

“imprimiu um novo ritmo na urbanização com mudanças no cenário da cidade, nos bairros, nas ruas, nos morros. Muitas das chamadas servidões – sinuosas e estreitas ruas que recortam o tecido urbano da Ilha – passam a ter outro perfil. Entre as casas mais simples dos seus antigos moradores cresce a casa de alvenaria, arquitetada, com estilo, outro telhado, outro desenho, outro jardim, outras fronteiras, erguendo-se junto ao mato, em busca da paisagem bonita” (FANTIN, 1999, p.37).

O rápido crescimento da cidade e o adensamento do centro urbano modificaram a paisagem urbana, aumentando as áreas loteadas e originando novos bairros residenciais nas antigas freguesias, incorporando-as ao centro urbano. Esse processo

“aconteceu com a Trindade, após a implantação do campus da Universidade Federal. Os bairros vizinhos, Carvoeira, Pantanal, Córrego Grande, tiveram seu processo de renovação acelerado pela construção da sede da Eletrosul, próxima à Universidade. O bairro do Itacorubi também se transformou, com a instalação, aí das sedes da Telesc, da Universidade Estadual, além de importantes órgãos da administração, como Celesc, Fiesc, Acarpesc e Prodasc. Todos estes locais passaram a ser procurados para moradia das camadas médias da população (os gestores e funcionários dos órgãos públicos ali localizados) e

seus antigos habitantes foram sendo empurrados para áreas mais distantes da Ilha ou para o Continente” (LAGO, 1996, p.60).

Até o final dos anos 1960 ocorreu a concentração de novos loteamentos para suprir a demanda da classe média urbana, que buscava novos espaços para moradia, na área central e bairros adjacentes. Na década de 1970 essa concentração desloca-se para os balneários, onde além da concentração de loteamentos, há o surgimento de condomínios fechados, coincidindo com a expansão da atividade turística.

Bezerra (2002) apresenta dados sobre a abertura de loteamentos entre 1940 e 1990 (tabela 8).

Tabela 8: Total de loteamentos e desmembramentos⁶⁴ em Florianópolis (1940-1990)

Década	Total de loteamentos	Área (ha)	Desmembramentos
1940	36	48,7	--
1950	106	219	5
1960	55	165	246
1970	51	384,4	215
1980	28	453,1	781
1990	12	188,1	15

Fonte: Bezerra (2002). Tabela elaborada pela autora.

Entre as décadas de 1940 e 1990 foram loteados 1458,3 hectares de terras. Para Bezerra, os anos 1950 representaram uma nova fase no processo de mercantilização da terra urbana em Florianópolis, pois nesse período foi aberto o maior número de loteamentos, comparando-se com as décadas posteriores. Porém analisando-se o número total de loteamentos e também a área total loteada, as décadas de 1970 e 1980 configuraram-se como importantes momentos da mercantilização e comercialização da terra.

⁶⁴ A lei municipal nº1215 de 28/05/1974 apresenta a definição de loteamento e desmembramento. Loteamento é “a subdivisão de área em lotes, destinados à edificação de qualquer natureza e que não se enquadrem no parágrafo 2º deste artigo”. Desmembramento é “a subdivisão de área urbana em lotes para edificação, aproveitando-se o sistema viário oficial e não se abrindo novas vias ou logradouros públicos, nem se prolongando ou modificando os existentes” (BEZERRA, 2002, p.77).

Enquanto a população rural decaía a cada década, ocorria o crescimento da população urbana (tabela 9) que se ocupava em atividades ligadas à ampliação da construção civil e da oferta de serviços públicos.

Tabela 9: Distribuição da população urbana e rural de Florianópolis (1950-2007)

Ano	População Urbana	População Rural	População Total
1950	51.115	16.515	67.630
1970	121.028	17.309	138.337
1980	161.795	26.085 ⁶⁵	187.871
1991	239.996	15.394	255.390
2000	332.185	10.130	342.315
2010	405.286	15.954	421.240

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1950, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

A viabilização da expansão urbana teve como consequência a abertura de novos espaços com grande potencial para a construção de empreendimentos imobiliários, valorizando as terras a partir da facilidade de acesso (SUGAI; VILLAÇA, 1994).

Com a cidade se expandindo em direção às antigas freguesias e comunidades agrícola-pesqueiras, as formas estabelecidas anteriormente com os usos rurais permaneceram na ocupação atual, refletindo o parcelamento do solo agrícola preexistente (REIS, 2002). Ao mesmo tempo, rompeu-se

a tradicional divisão que acompanhou toda a história da Ilha até esse momento: a área central, sediando o aparato político-administrativo estadual e as atividades comerciais e de serviços, e o interior da ilha, depositário da tradição do imigrante açoriano, voltado à agricultura de subsistência e à pesca artesanal (REIS, 2002, p.104).

Com a ampliação dos serviços urbanos no centro da capital e com o melhoramento das estradas e vias de acesso, as áreas adjacentes

⁶⁵ O aumento da população rural em comparação aos dados dos anos anteriores e posteriores pode estar relacionado com a falta de atualização cadastral dos imóveis rurais no período e com o acréscimo da população urbana nas ditas “áreas rurais”.

ao centro urbano passam a ser mais procuradas. O momento vivido pela sociedade teve reflexo direto no modo de ocupação e transformação do território, alterando-se os costumes, tradições e relacionamentos (FERREIRA, 1992).

Exemplo desse processo foi a abertura nos anos 1960 da Avenida Rubens de Arruda Ramos, que alterou o significado da baía norte no contexto urbano, transformando a beira-mar norte em área nobre da cidade, com fácil acesso ao centro comercial adjacente (PELUSO JÚNIOR, 1991). Nos anos 1970 com a abertura da continuação dessa avenida, conhecida como via expressa de contorno norte - ilha⁶⁶, o acesso aos bairros da Trindade, Carvoeira, Pantanal, Santa Mônica, Itacorubi e Córrego Grande tornou-se mais fácil, contribuindo para a expansão e crescimento dessa área da cidade.

Enquanto as outras regiões de Santa Catarina avançavam na especialização de suas atividades industriais, Florianópolis consolidou o seu perfil de cidade terciária, concentrando as atividades do funcionalismo público municipal, estadual e federal. Ao mesmo tempo, “a ausência de grandes indústrias e de grupos econômicos fortes contribuía para sustentar o argumento da “cidade atrasada”” (FANTIN, 1999, p.49).

Diante disso, o Estado buscou modificar o perfil de Florianópolis e também de outros municípios do litoral catarinense através da popularização das atividades turísticas e de veraneio e assim “os municípios da orla catarinense passaram a conhecer ritmos diferenciados de ocupação e crescimento, o que fez com que alguns deles se tornassem muito cedo centros de atração de um grande fluxo de veranistas e turistas” (PEREIRA, 2003, p. 116).

Com o turismo adquirindo maior importância econômica, promoveram-se mudanças culturais e sócio-espaciais nas localidades do interior da Ilha, com o aumento populacional dessas áreas (tabela 10) que passaram a apresentar uma ocupação crescente e intensa a partir dos anos 1970.

⁶⁶ Fazia a ligação entre o centro da cidade e os balneários do norte e do leste da Ilha.

Tabela 10: Evolução populacional dos distritos de Florianópolis – crescimento absoluto (1970-2000)

Distrito	1970	1980	1991	2000	2010
Distrito Sede	115.547	153.652	192.075	228.721	--
Barra da Lagoa ⁶⁷	--	--	--	4.323	5.674
Cachoeira do Bom Jesus	2.116	3.070	4.509	12.771	18.427
Campeche ⁶⁸				18.565	30.028
Canasvieiras	1.996	2.431	4.092	9.953	18.091
Ingleses do Rio Vermelho	2.016	2.695	5.862	16.439	29.814
Lagoa da Conceição	4.985	7.821	14.794	9.826 ⁶⁹	11.811
Pântano do Sul	2.102	2.379	3.961	5.805	7.397
Ratones	795	902	1.080	2.888	3.671
Ribeirão da Ilha	4.229	6.404	14.228	20.358	26.994
Santo Antônio de Lisboa	3.570	7.294	12.925	5.338 ⁷⁰	6.343
São João do Rio Vermelho	981	1.223	1.864	6.796	13.513

Fonte: REIS (2002); IBGE - Censo Demográfico de 2010.

Com o aumento de investimentos públicos e privados em novas áreas de lazer, no mercado imobiliário e na construção civil, ocorreu a ampliação da oferta de serviços, como bares, restaurantes e hotéis, a abertura de novos loteamentos e a construção de novas moradias para aluguel e segunda residência, alterando severamente o perfil das antigas freguesias.

Com a consolidação da atividade turística na Ilha, Florianópolis passou a se destacar como um dos destinos mais procurados por turistas no Brasil. As suas características ambientais e a sua paisagem natural constituem os principais fatores para o desenvolvimento turístico, destacando-se o grande número de praias existentes e os investimentos em novos locais de lazer principalmente nos balneários.

⁶⁷ Distrito desmembrado do Distrito da Lagoa da Conceição em 1995.

⁶⁸ Distrito desmembrado dos distritos do Ribeirão da Ilha e da Lagoa da Conceição em 1995.

⁶⁹ Redução da população em função dos desmembramentos dos distritos da Barra da Lagoa e do Campeche em 1995.

⁷⁰ Redução da população em função da redefinição dos limites territoriais do distrito em 1995.

CAPITULO 4: O CRESCIMENTO DA CIDADE E SEUS REFLEXOS SOBRE AS ÁREAS RURAIS DA LHA DE SANTA CATARINA

4.1 Especulação imobiliária, crescimento turístico e o desaparecimento da economia agrícola

As primeiras décadas do século XX representaram um período de ascensão econômica e industrial das cidades do Vale do Itajaí e do Nordeste catarinense. Nesse período, os governantes e intelectuais catarinenses estavam envolvidos por ideais de prosperidade e de modernidade, passando a divulgar a idéia de que o homem que vivia nas cidades do litoral era indolente e atrasado, tendo como modelo ideal de homem catarinense, os cidadãos que melhor se enquadravam dentro dos “princípios produtivos e higiênicos da modernidade” (BITENCOURT, 2004, p.34).

Os núcleos formados pelos imigrantes italianos, alemães e poloneses, entre outros, eram apresentados como modelo de desenvolvimento através da imagem de trabalhador ordeiro, de perseverança e laboriosidade (BITENCOURT, 2004, p.34), servindo como uma peça importante nas intenções governamentais de construção de um tipo ideal de homem catarinense moderno⁷¹.

A região litorânea catarinense não apresentava o mesmo desempenho industrial das demais regiões do estado e seus moradores possuíam hábitos culturais - como tipo de alimentação e rotina de trabalho - que segundo o governo não eram apropriados a um modo de vida moderno. O governo investia e tentava tornar o litoral tão produtivo quanto às regiões de ascendência germânica (BITENCOURT, 2004, p.34). Porém diferentemente das áreas de colonização açoriana, os núcleos italianos e alemães surgiram em meados do século XIX, tendo como “referencial de progresso a revolução industrial vivida por eles na Europa e até causa de sua emigração”. Por outro lado, o açoriano veio para o Brasil em um momento onde “a agropecuária e os setores do comércio, transporte e governo, eram as atividades nobres e impulsionadoras do progresso (PEREIRA, 2003, p.29).

Os moradores do litoral eram tidos como exemplo de atraso e degeneração, através do discurso de políticos e intelectuais que

⁷¹ O grupo formado por negros e índios sequer era lembrado.

desqualificavam as cidades litorâneas de Santa Catarina diante de intenções modernizadoras. Idéias de ciência, raça, salubridade e civilidade norteavam esta mentalidade, qualificando as cidades do litoral como insalubres e suas populações pobres pertencendo a uma “sub-raça” (BITENCOURT, 2004, p.34).

Com a ascensão do governo nacionalista de Vargas nos anos 1930 e os reflexos negativos da Segunda Grande Guerra, os descendentes de alemães passaram a ser mal vistos, enquanto a população do litoral foi ganhando valor diante da nova conjuntura, que buscava fazer de Santa Catarina um estado de “identidade genuinamente brasileira” (BITENCOURT, 2004, p.35).

Em 1948 durante o I Congresso de História Catarinense organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina (IHGSC) em comemoração à passagem do segundo centenário da colonização açoriana, passa a se verificar

“um movimento de valorização e resgate da contribuição luso-açoriana no Estado catarinense (...). Por trás da aparente comemoração do resgate das tradições açorianas, havia outros elementos que impulsionavam e moviam, política e simbolicamente, os organizadores deste evento: tratava-se do enfrentamento da cultura luso-brasileira diante da hegemonia ou perigo da cultura alemã e da necessidade de afirmar a brasilidade de Santa Catarina” (FANTIN, 1999, p.185).

Se no passado a fragmentação cultural era vista pelos governantes como um problema, nas últimas décadas do século XX ela surge como uma nova estratégia. Anteriormente buscava-se a construção de um tipo ideal de cidadão catarinense, buscando a homogeneidade cultural. Contudo nas últimas décadas o governo investe na divulgação da multiplicidade étnica e na diversidade cultural, através da criação de organismos estaduais direcionados a gerir a exploração turística em todo o estado (BITENCOURT, 2004).

A primeira tentativa de institucionalizar o setor do turismo ocorreu durante o governo de Celso Ramos. O coronel Antônio Lara Ribas escreveu o primeiro documento sobre o turismo em Santa Catarina. O plano “Florianópolis e o turismo”, escrito em 1960, apresentava diretrizes para o incremento do turismo na Ilha de Santa

Catarina, projetando que a economia turística seria uma das mais lucrativas dos tempos modernos (FERREIRA, 1994).

Para isso, conforme aponta Ferreira (1994, p.125), o Coronel Ribas apontava algumas razões, como a “situação geográfica privilegiada da Ilha, excelência do clima, variedade dos acidentes topográficos e o seu majestoso conjunto hidrográfico”, sendo indispensável que o ilhéu fosse receptivo com os estrangeiros. O coronel ainda sugeria que a construção de hotéis e balneários deveria ser feita com isenção de impostos e outros favores fiscais, obedecendo aos planos traçados pela prefeitura municipal (FERREIRA, 1994).

Nesse período foi criado o Serviço Estadual de Turismo através da Lei nº 3684 de 9 de julho de 1965, sob orientação do Conselho Estadual de Turismo, subordinado à Secretaria de Viação e Obras Públicas (FERREIRA, 1994), porém o Serviço Estadual de Turismo não chegou a atuar e somente através da lei nº 4240 de 30 de outubro de 1968, que revogou a lei anterior, ocorreu a definição da política estadual de turismo, com a criação do Departamento Autônomo de Turismo - DEATUR, proposto pelo Grupo Executivo de Desenvolvimento do Turismo - GETUR, criado pelo Decreto nº 6325 de 18 de dezembro de 1967. A Lei nº 4240 definiu e criou o Conselho Estadual de Turismo (FERREIRA, 1994).

No ano de 1970 o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul – CODESUL e o DEATUR publicaram o estudo “O Turismo em Santa Catarina”. Esse estudo apresentou um pequeno histórico da evolução da ocupação das praias da Ilha de Santa Catarina. Segundo esse documento

“tem crescido bastante ultimamente a valorização dos terrenos de praia, aparecendo várias empresas loteadoras, principalmente nas áreas de Canasvieiras, Jurerê e Lagoa da Conceição (...). A ocupação dessas áreas é posterior à ocupação de outras mais próximas ao centro urbano, como Sambaqui, Saudade, Itaguacu, Bom Abrigo (...). A Lagoa da Conceição igualmente se coloca como balneário de ocupação mais anterior, embora esteja longe de se esgotar a disponibilidade de terras para loteamento, e agora foi eleita para abrigar um grande empreendimento turístico (...). Outras localidades de praia, como Pântano do Sul, Armação do Sul, Ingleses, Ponta das Canas,

apresentam fraca densidade de ocupação de casas de veraneio, caracterizando-se como comunidades de pesca artesanal” (FERREIRA, 1994, p.128-129).

Em relação ao crescimento e expansão imobiliária na Ilha o documento informa que

“a aquisição de terrenos, entre as diversas imobiliárias que operam no setor, acusa um percentual de 88% de compradores residentes em Florianópolis, 8% de compradores de outros Estados e 4% de áreas do interior do Estado (...). Nota-se também que as aquisições de lotes não acusam, para cada lote, um comprador. Frequentemente, o comprador é proprietário de vários lotes, objetivando com isso assegurar os lotes excedentes para posterior comercialização (...). Desse modo, praias como Canasvieiras e Jurerê, que ficam repletas de banhistas, guardam ainda um imenso vazio de habitações, proporcionalmente à área disponível” (FERREIRA, 1994, p.130-131).

O documento acima apresenta uma prática que é recorrente ainda hoje, a reserva especulativa da terra, estratégia que muitos proprietários utilizam, através da aquisição de diversos terrenos à espera de uma futura valorização fundiária. O investimento inicial de capital ocorre em um primeiro momento no mercado de terras para depois direcionar-se para outros setores produtivos, como a construção civil, por exemplo, seguindo o movimento da dinâmica econômica (BEZERRA, 2002, p.63).

O documento também faz um diagnóstico da evolução da ocupação das praias da Ilha de Santa Catarina, mostrando que praias como Canasvieiras e Lagoa da Conceição apresentavam certo movimento, porém se resumindo “aos dias mais quentes do verão; enquanto as outras praias pouco ou quase nada têm” (FERREIRA, 1994, p.130). Os veranistas frequentavam principalmente Cacupé (norte da Ilha) e Ribeirão da Ilha (sul da Ilha), devido principalmente às dificuldades de acesso para outros balneários (FERREIRA, 1994).

Durante a segunda metade do século XX o poder público buscou fazer de Florianópolis uma cidade de vocação turística, tentando

integrá-la aos demais pólos econômicos de Santa Catarina. O Estado manifestou estratégias de marketing buscando

“vender os atrativos do local, com a constante espetacularização da cultura da Ilha. O homem açoriano – “manezinho da ilha” – começou a representar o passado da cidade, o marco referencial do povo. Florianópolis aos poucos ganhava novos contornos para tornar-se atrativa e lucrar com a “indústria sem chaminés” – a indústria do turismo (ZANELA, 1999, p.26-27).

Com a abertura de estradas estaduais e a poluição das praias localizadas na área central da cidade, o interesse dos veranistas passou a se localizar nas praias oceânicas, como Canasvieiras, Ponta das Canas e Ingleses (figura 31), aumentando o movimento das praias do interior da Ilha. Durante o governo de Celso Ramos, entre 1961 e 1966, teve início a abertura da SC-401, ligando o centro urbano a Canasvieiras. No governo Colombo Salles, entre 1971 e 1975 foi construída a SC-402, que leva a Jurerê; a SC-403, que liga Canasvieiras aos Ingleses; e a SC-404 ligando o bairro Itacorubi à Lagoa da Conceição (FERREIRA, 1994).



Figura 31: Praia dos Ingleses antes da expansão urbano-turística
Fonte: FOTO B (2012)

A expansão urbana apresentou maior ritmo e extensão nas regiões norte, centro-leste e leste, “definindo diferenças físicas e sociais bem marcadas entre o norte e o sul da Ilha” (OLIVEIRA, 1992, p.72).

O norte apresentou desde o início maior valorização da terra, com mais investimentos públicos, privados e maior demanda turística-

balneária a partir da implantação da Beira Mar Norte e a melhoria das estradas (...). O mar da costa norte tende a apresentar águas mais calmas e com temperaturas mais amenas do que o mar da costa sul e centro-leste, o que com certeza também definem a preferência dos veranistas pelo norte (OLIVEIRA, 1992, p.73).

A integração dessas áreas - ainda predominantemente rurais - com o centro urbano deu início à descaracterização da paisagem cultural e natural (figuras 32 e 33), por meio de uma crescente valorização fundiária, que se intensificou na década de 1980. A pressão especulativa sobre a terra promovida pela expansão da atividade turística conduziu a “grande valorização da propriedade fundiária, principalmente em Ingleses, Jurerê e Canasvieiras, conhecidos balneários turísticos” (BEZERRA, 2002, p.71).

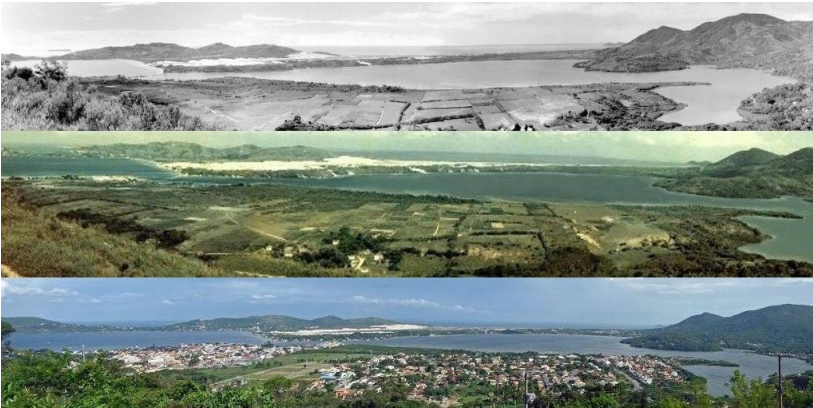


Figura 32: Lagoa da Conceição em 1940, 1950 e 2008
Fonte: FOTO B (2012)



Figura 33: Praia de Sambaqui na década de 1940
Fonte: FOTO B (2012)

Conforme aponta Reis (2002), o isolamento e a pequena produção agrícola e pesqueira que até então caracterizavam as comunidades do interior da Ilha, foram transformados com a chegada de turistas e novos moradores. Os núcleos urbanos preexistentes se expandiram e se densificaram e antigas áreas agrícolas e pesqueiras se transformaram em balneários voltados para o lazer.

A partir dos anos 1980

“o turismo em Florianópolis assume decisivas orientações por parte da iniciativa privada que, pelo dinamismo vislumbrado em décadas anteriores e pelas perspectivas de crescimento deste setor, passaram a exercer papel considerável de influência sobre políticas para o desenvolvimento urbano e regional. Nesse particular, as atividades ligadas às indústrias de construção civil e empreendimentos hoteleiros despontam entre aquelas que buscam, dentro de seus estilos, abocanhar o máximo da fatia desse novo tipo de geração de renda. Começa também a existir uma diversificação de atividades por parte dos grupos econômicos interessados pelo setor, em geral voltados para os meios de hospedagem (casas para aluguel, pousadas, etc.), particularmente nos locais de balneário. [...] a veiculação da imagem e a promoção local aconteceram através de um significativo —boom turístico que passa a dar peso durante os anos oitenta para toda a Florianópolis (MACHADO, 2000, p. 177).

O interesse turístico pelo norte e leste da Ilha desestruturou o modo de vida ilhéu, levando à decadência das atividades tradicionais, como a agricultura e a pesca artesanal, fazendo crescer o mercado de trabalho ligado ao turismo sazonal e ao mercado informal, induzindo a população do interior a participar cada vez mais da economia urbana. Esse processo também ocorreu anos mais tarde com a porção sul da Ilha de Santa Catarina. As melhorias de acesso (como o asfaltamento da SC-406 que dá acesso a maioria de suas praias), a maior disponibilidade de serviços, como transporte, comunicação, comércio, educação, lazer e saúde e as paisagens naturais tornaram-se fatores indutores da

valorização e pressão imobiliária também nessas comunidades (CABRAL, 1999).

A especulação imobiliária e a conseqüente ocupação desordenada atingiram os terrenos de marinha, considerados de domínio público, não-passíveis à concessão para ocupação privada, além de influenciar a venda das propriedades rurais que até então foram a base da economia agrícola da região, passando a receber um fluxo de pessoas interessadas em adquirir lotes para moradia e mesmo para segunda residência, destinada para o descanso no final de semana (VIEIRA, 2004).

Muitas famílias do interior da Ilha foram vendendo parte de suas terras e acumulando certo excedente e com ele abriram bares, restaurantes e hotéis, porém muitas famílias foram ao longo dos anos vendendo suas terras, muitas vezes por baixos valores e acabaram empobrecidos somente com uma pequena porção de terra ou então expulsos para outras áreas (FANTIN, 1999, p.58).

A venda das terras do interior da Ilha por muitos moradores significou para muitos o fim das atividades agrícolas de subsistência, passando boa parte dessa população a depender totalmente da compra de gêneros alimentícios (LAGO, 1983).

A especulação

“tirou o sossego, a morada, o lugar de recreio e de trabalho do pescador. Tirou-o da pesca e da roça e colocou-o como vigilante e chacareiro do “pessoal da cidade”. As suas embarcações deixaram de pescar para levar turistas a passeio, passando, na maioria das vezes, de proprietários a zeladores das embarcações. O ilhéu do interior deixou de ser tão dependente da “bondade” do tempo e do mar para ser dependente da cidade e de seu habitante, deixou de plantar cebola verde para ir comprá-la no Mercado Público” (FERREIRA, 1994, p.112)

Muitos agricultores parcelaram seus terrenos e venderam para a população da cidade, formada principalmente por funcionários públicos. Como o poder aquisitivo da população que podia desfrutar o lazer nos balneários era bem maior do que o dos habitantes que ali viviam, a vida econômica das comunidades passou a se reestruturar para atender aos interesses dos turistas. A oferta de produtos se tornava diversificada, os preços aumentavam e a população local passava a pagar mais pelos gêneros que precisava comprar (LAGO, 1983).

Nesse período surgiram em Ratonés

“os primeiros sítios, chácaras e áreas destinadas ao lazer. Essas propriedades pertenciam aos antigos agricultores, que com o abandono da atividade, viram na venda do terreno uma solução para suas dificuldades financeiras” (CARDOSO, 2001, p.37).

Buscando ordenar essas rápidas modificações sócio-espaciais, as intervenções do Estado ocorreram principalmente no plano municipal, através da implantação dos planos diretores, orientando o uso do solo e regulamentando a ocupação.

“Os planos diretores, as leis urbanísticas e os programas de obras e investimentos do setor público demonstraram a associação do Estado ao esforço de reorganização da vida urbana. (...). O centro histórico tornou-se a área ocupada que recebeu maior impacto do esforço de rápido crescimento e reestruturação, tanto na reforma total de sua massa edificada agora adensada e verticalizada, quanto no uso intensificado e reformulado de seus espaços públicos” (VAZ, 1991, p.44-45).

O primeiro plano diretor de Florianópolis foi aprovado em 1954 e aplicado até 1976. Considerava a cidade atrasada e buscava soluções para tirá-la desse atraso diagnosticado, através “do incentivo a atividades industriais, dinâmicas e modernas” (REIS, 2002, p.169), entretanto nem as propostas básicas desse plano foram implantadas (LENZI, 2010, p.61).

De acordo com Campos (2004) apud Rizzo (1993) esse plano diretor apresentou deficiências na sua elaboração e em sua execução, destacando-se problemas relacionados

“a expansão das áreas de favelas, quando, paralelamente, foram urbanizadas as zonas das chácaras com habitações para a classe média e alta. O plano tinha como proposta, uma zona industrial, como se essa atividade fosse um processo natural de desenvolvimento do município. Os técnicos contratados para a

elaboração do plano, não acreditavam no crescimento urbano em direção à Trindade e propunham a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina no centro da cidade, prevendo ainda a manutenção da atividade portuária” (CAMPOS, 2004, p.176).

Para as áreas do interior da Ilha, como aponta Reis (2002), nada foi proposto, mostrando “a pouca expectativa então existente acerca de suas possibilidades urbanas e turísticas” (REIS, 2002, p.171) e também evidenciando pouca preocupação com as comunidades rurais do interior.

O segundo plano diretor, elaborado em 1976, dava ênfase à questão metropolitana regional e buscava fazer de Florianópolis um pólo integrador do estado (CAMPOS, 2004), transformando-a

“num grande e moderno centro urbano, num pólo de desenvolvimento integrado por rodovias ao estado, objetivando neutralizar a atração das capitais vizinhas (Porto Alegre e Curitiba) sobre o território catarinense” (REIS, 2002, p.171).

Em relação ao plano anterior, esse plano regularizava os loteamentos do interior da Ilha e definia as áreas de expansão da cidade (CAMPOS, 2004), criando duas zonas urbanas: a primeira ao longo da BR-101, com a implantação de um setor militar, universitário, industrial e pesqueiro; e a segunda, na faixa litorânea entre a Joaquina e o Morro das Pedras, abrangendo a planície do Campeche, que se tornaria “a principal zona de expansão da cidade” (REIS, 2002, p.173).

Buscava-se com o plano de 1976 a integração urbana entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Para isso, tinha-se como meta a expansão viária, a construção de uma nova ponte e da via - expressa, os aterros nas baías norte e sul, o túnel na Prainha e a via de contorno na Ilha (CAMPOS, 2004).

Mesmo com a potencialidade apresentada nos planos diretores,

a cidade não se industrializa, como previsto no Plano de 54 e nem vira um grande pólo de desenvolvimento como propunha o Plano de 76, e nas últimas décadas, turismo e tecnologia apresentam-se como suas grandes fontes de desenvolvimento econômico (LENZI, 2010, p.63).

O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF), criado em 1977, apresentou através da lei nº1851/1982, a proposta de uma nova legislação alterando o uso do solo no distrito sede (formado pelos bairros Córrego Grande, Itacorubi, Costeira do Pirajubaé, Pantanal, Saco dos Limões, Saco Grande e Trindade), constituindo uma ocupação notadamente residencial, através da abertura de grandes loteamentos, que tiveram como base os caminhos rurais preexistentes (REIS, 2002).

Em 1985 foi criada a lei nº 2193/1985, conhecida como plano diretor dos balneários. Essa lei apresentava disposições referentes aos distritos de Santo Antônio de Lisboa, Rationes, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, São João do Rio Vermelho, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha e Pântano do Sul, tendo como base a totalidade do território insular e estabelecendo regras referentes ao crescimento urbano e turístico.

Buscava-se com esse plano

“disciplinar o crescimento e a ocupação dos núcleos urbanos que ficavam fora do distrito sede, tendo em vista a preservação do seu patrimônio natural e o estabelecimento de um adequado padrão de uso do solo, e pelo qual houvesse a participação comunitária, promovendo a localização, acesso, implantação das edificações, limites para a construção e produção agrícola” (ALVES, 2009, p.126).

Esse plano sugeriu a criação de locais específicos para o desenvolvimento turístico, propondo a criação de áreas turístico-residenciais (ATR) e áreas turísticas exclusivas (ATE), localizadas em diversas comunidades da costa insular, incentivando a instalação de hotéis e equipamentos turísticos (REIS, 2002).

De acordo com Reis (2002), o diagnóstico do plano diretor dos balneários, além de reconhecer a vocação turística do interior da Ilha, também evidenciava a decadência das atividades tradicionalmente desenvolvidas, defendendo a necessidade de compatibilizar o turismo com o desenvolvimento da agricultura e da pesca. Segundo o diagnóstico

“verifica-se na totalidade dos núcleos, uma tendência progressiva e já bastante consolidada de abandonar os afazeres nativos e enfraquecer os costumes e tradições seculares introduzidas na Ilha pelos tempos coloniais (...). Existem, no entanto, ainda, condições objetivas de preservar alguns núcleos “tradicionais”, incentivando a pesca artesanal e as culturas de subsistência, valorizando o artesanato e o folclore, conservando as vilas e edificações típicas. (...) As atividades agrícolas, a exemplo da pesca artesanal, devem ser entendidas em termos de sua integração com o complexo turístico, propiciando ainda a preservação e adequada utilização das áreas não urbanizáveis” (REIS, 2002, p.178).

Como aponta Reis (2002), mesmo com a proposta do diagnóstico que buscava a continuidade das áreas destinadas à agricultura, essa situação não foi cumprida e nas últimas décadas, com a melhoria da infraestrutura e do acesso e o aumento da pressão imobiliária, ocorreu a urbanização dessas áreas, através da “sua ocupação de forma clandestina a partir do loteamento sucessivo das glebas coloniais” (REIS, 2002, p.178). Além disso, com o Plano Diretor dos Balneários, muitas áreas rurais nos bairros do Campeche, Ingleses, Lagoa da Conceição, Ratonas e Rio Vermelho foram transformadas em áreas de expansão urbana.

Como apresentado no parágrafo anterior, o plano de 1985 não conseguiu acompanhar a dinâmica da urbanização dos balneários e do interior da Ilha, passando por diversas alterações. Em 1997, o plano foi revisto e atualizado, através da Lei Complementar 001/97, com o nome de Plano Diretor do Distrito Sede do município de Florianópolis, voltado à preservação ambiental, ao desenvolvimento econômico e turístico da cidade e ao controle do uso e ocupação do solo (CAMPOS, 2004).

Com a inexistência de um plano de ordenação global, a ocupação urbana resultou do somatório dos crescimentos locais, com o território progressivamente se adaptando à nova situação, a partir da construção e ampliação das infraestruturas e equipamentos de caráter mais global (REIS, 2002, p.209).

Atualmente estão em vigor dois planos diretores em Florianópolis: o Plano Diretor dos Balneários e o Plano Diretor do Distrito Sede e discute-se a implantação do novo plano diretor participativo do município.

Durante as décadas de 1980 e 1990 o governo municipal e estadual passaram a priorizar o setor do turismo, implementando uma infra-estrutura turística, através do apoio da iniciativa privada (empresários e especialistas do setor) e da viabilização de fluxos turísticos durante o ano todo, buscando consolidar o discurso sobre a vocação turística de Santa Catarina.

“O turismo vira objeto de campanha eleitoral e passa a fazer parte dos projetos políticos de vários prefeitos. Ou seja, prometia-se proporcionar possibilidades concretas de crescimento e desenvolvimento econômico de Florianópolis (ZANELLA, 1999, p.41).

É visível a partir desse momento “a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições, inventadas para fins bastante originais, como neste novo cenário, onde se investe na indústria do turismo” (ZANELLA, 1999, p.100), através do resgate da figura do imigrante açoriano. Dessa forma, o governo investia nas potencialidades locais, criando uma “imagem de cidade típica, peculiar, atraente” (ZANELLA, 1999, p.100).

“Imagens e representações são construídas e realçadas a partir das práticas discursivas. Práticas sociais, traços culturais, belezas locais, festas, tradições, mitos e peculiaridades passam a vir ao encontro de desejos, necessidades e expectativas dos turistas potenciais” (ZANELLA, 1999, p.37).

A figura dos colonizadores açorianos é reinventada, dando-se suporte aos produtos culturais por eles criados - como a renda de bilro, a culinária, o boi de mamão, o pau de fita e o pão por deus – que passaram a ser apresentados como produtos para a indústria do turismo. A cidade passa a “embelezar os casarões, faz questão de preservar os traços culturais. Igrejas, ruas, museus, fortes, contribuem para a afirmação de um passado comum” (ZANELLA, 1999, p.103).

A ligação com o passado e a busca pelo resgate da memória passaram a fazer parte de estratégias de empresários e políticos, tornando-se um atrativo peculiar ao turismo de Florianópolis, com as manifestações culturais revividas pelas comunidades tradicionais passando a ser retratadas como estratégias de marketing, em locais públicos de grande circulação de pessoas e turistas, em datas escolhidas pela indústria turística (ZANELLA, 1999).

Ao analisar a evolução urbano-turística da Ilha de Santa Catarina, Ferreira (1992) a classifica em três etapas. A primeira na década de 1970 com o predomínio do turismo tradicional de veraneio, em um processo em que as comunidades passaram a sofrer os primeiros efeitos da balnearização, dando início ao processo de parcelamento do solo sem a necessária infraestrutura e a ocupação através da segunda residência.

A ocupação dos balneários se deu principalmente através da construção de residências secundárias pertencentes aos habitantes de Florianópolis e de outros municípios de Santa Catarina. As viagens eram curtas e mais frequentes, proporcionando uma relação diferente entre o turista e o lugar e um maior envolvimento com a comunidade local (FANTIN, 1999).

A segunda etapa apresentada por Ferreira (1992) é referente à década de 1980 e se expressou pela ocupação do norte da Ilha, com a transformação de suas comunidades em balneários. Se até esse momento essas comunidades desenvolviam-se principalmente como residências secundárias para a população da região, o incentivo do governo à indústria do turismo alterou esse cenário. Buscando atender a crescente demanda, foram necessários novos investimentos principalmente em infraestrutura e na oferta de novos serviços.

A terceira etapa, observada a partir dos anos 1990, caracterizou-se pela tentativa de atrair uma demanda de turistas internacionais, com a construção de grandes empreendimentos - como Jurerê Internacional, Praia Brava e Costão do Santinho - buscando atrair um perfil de turista com maior poder aquisitivo.

Na década de 1990 o turismo estabeleceu um envolvimento puramente comercial com o lugar, exigindo uma infra-estrutura diferenciada e investimentos em hotéis, restaurantes e prestação de serviços (VAZ, 1991). Com a mudança na concepção do turismo “começa a germinar a ideia de privilegiar o turismo de classe e de qualidade em detrimento do turismo de massa” (FANTIN, 1999, p.81).

O turismo classe A

“privilegia turistas com boas condições econômicas e com nível educacional elevado (...). O turismo de massa atrai público numeroso, diversificado, em geral sem condições econômicas, de médio a baixo grau de instrução (...). Esse tipo de turismo provoca o inchamento e a invasão de “nossas praias” e não há infraestrutura para recebê-los” (FANTIN, 1999, p.81-82).

A abrangência nacional e internacional que o mercado turístico da Ilha de Santa Catarina atingiu na última década modificou a natureza dessa atividade (FANTIN, 1999). Além da ampliação da ocupação territorial pela atividade turística, ocorreram modificações no público para qual essa atividade estava direcionada.

Desse modo, torna-se evidente nas últimas décadas a tentativa do Estado e da iniciativa privada de fazer de Florianópolis um pólo de grandes empreendimentos turísticos, a inserindo nos roteiros turísticos internacionais, visando a transformação da capital catarinense, na Capital turística do Mercosul. Exemplos desse processo são Jurerê Internacional, o Costão do Santinho Resort e mais recentemente o Costão Golf.

O discurso oficial, que combina a influência das elites locais com os interesses de grupos econômicos nacionais e estrangeiros, induz a adoção de um novo padrão de exploração da paisagem da Ilha, com vistas a atrair uma demanda mais qualificada de turistas. Isso se traduz no planejamento de um conjunto de empreendimentos turísticos de grande porte, que reproduzem os modelos consagrados pelo turismo do primeiro mundo (FERREIRA, 1992, p.56).

Neste cenário, os governantes apostam

“na beleza das suas praias, no verde das matas, no azul do céu e na indescritível beleza do mar, para compor o imaginário cultural da Ilha. Cenário este rico em imagens, tradições, crenças. Enfim, atrativos que buscam as origens, na era da

imagem, da transitoriedade, do novo... na era da globalização” (ZANELA, 1999, p.87).

Conforme apresentado, a atual utilização das praias da Ilha de Santa Catarina como balneários reflete um longo processo de expansão iniciado no início do século XX (REIS, 2002). A relação produtiva de trabalho e de transporte até então estabelecida com o mar, transformou-se numa relação contemplativa⁷². O surgimento dos balneários para o lazer seguiu a tendência da urbanização, iniciando-se nas praias centrais e continentais e posteriormente para as baías norte e sul (Sambaqui, Cacupé e Ribeirão da Ilha) e para as praias do norte e leste da Ilha (FERREIRA, 1994). A valorização das áreas mais próximas ao mar modificou a estrutura da cidade, originando novas relações entre o rural, a cidade e o mar.

4.2 Permanências e descontinuidades rurais no século XXI

Com a expansão urbana, as áreas rurais da Ilha de Santa Catarina, até então consideradas distantes e afastadas do centro urbano, passaram a ser valorizadas, existindo um crescente interesse da população urbana por essas áreas e a redução das áreas voltadas à produção agrícola e pecuária.

A diminuição dos usos agrários além de ter uma forte relação com a valorização das terras e a expansão urbana, também está relacionada ao baixo lucro obtido com a produção agrícola e o crescimento dos serviços urbanos, ligados ao setor terciário da economia, que passou a empregar parte da população do interior da Ilha, em serviços voltados a atender a crescente demanda urbana e turística.

No entanto, apesar da sua redução significativa, as práticas agrícolas não desapareceram totalmente do território insular, como foi observado empiricamente em diversas áreas visitadas. Existe ainda uma significativa produção agrícola, através de pequenas roças e lavouras, concentradas no entorno dos domicílios, que parecem estar associadas ao consumo familiar.

A estrutura fundiária da Ilha de Santa Catarina constituiu-se como elemento condicionante dessas transformações recentes. As especificidades da adaptação agrícola colonial do território, definindo

⁷² Nas últimas décadas há o crescimento de um novo uso - as fazendas marinhas que se instalaram na Ilha e produzem principalmente ostras e mariscos, tendo sua produção voltada para o mercado consumidor local e regional.

áreas de uso intensivo, estruturadas em pequenas propriedades, e grandes áreas de uso comum, constituíram a base espacial dos processos que passaram a se desenvolver. Neste contexto, as extensões não parceladas, privatizadas no correr do tempo, possibilitaram a construção de grandes empreendimentos turísticos, enquanto a dispersão e a fragmentação das propriedades levaram a processos espontâneos e desarticulados entre si (REIS, 2002, p.264).

O parcelamento agrícola pré-existente da terra serviu de base para muitos loteamentos urbanos e condomínios fechados legalizados criados no século XX e também para áreas ocupadas irregularmente, localizadas nos balneários da Ilha, principalmente em locais mais próximos ao mar.

Como apontava o diagnóstico relativo ao Plano Diretor dos Balneários, a decadência econômica das comunidades tradicionais desencadeou um processo no qual os moradores dessas comunidades passaram a se relacionar mais diretamente com novas atividades ligadas ao turismo, como o comércio e o aluguel de casas para o veraneio. Porém, diferente do que previa esse diagnóstico, o avanço das atividades turísticas apresenta atualmente poucas relações com as permanências rurais.

Com a desarticulação sócio-econômica e cultural das comunidades agrícola-pesqueiras e sua transformação em balneários turísticos, essas áreas tornaram-se atrativas para a implantação de condomínios residenciais verificando-se também nos últimos anos, o aumento da verticalização.

Algumas características que ainda mostram-se marcantes, estando relacionadas ao turismo são a pesca artesanal, a existência da segunda residência e a continuidade da existência de espaços que permanecem com características do passado, atraindo a atenção dos turistas.

Mesmo com a diminuição e o quase desaparecimento das comunidades tradicionais, algumas permanecem com suas características antigas, como o Pântano do Sul, que ainda apresenta predominância da pesca artesanal (figura 34).



Figura 34: Barcos de pesca no Pântano do Sul
Fonte: Autora (2012)

Outra característica que parece permanecer, é a continuidade da segunda residência, observada em Ratonés (figura 35), porém com menos importância em comparação aos usos agropecuários ali existentes.



Figura 35: Exemplos de segunda residência em Ratonés
Fonte: Autora (2012)

Mesmo com a expansão urbana dentro de uma concepção moderna, algumas áreas são mantidas com construções remanescentes ligadas ao passado, montando-se

“um conjunto que sustente a imagem colocada à venda, acabando por formar cidades arquitetonicamente distintas dentro da própria cidade. Estes espaços preservados e/ou moldados como símbolos da identidade são vitrines dentro da polifonia que compõe o ambiente urbano” (BITENCOURT, 2004, p.38).

Esse processo foi ser observado através das construções ainda existentes em comunidades como Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão

da Ilha, que diferem dos demais bairros devido às suas construções que remontam aos séculos XVIII e XIX, seus museus e locais de visitação. Dessa forma a imagem apresentada ao turista mostra uma cidade moderna, mas que ainda guarda características do passado (figuras 36 e 37).



Figura 36: Antigos casarões em Santo Antônio de Lisboa
Fonte: Autora (2012)



Figura 37: Antigas construções no Ribeirão da Ilha
Fonte: Autora (2012)

Para Reis (2002, p.98) a paisagem constitui um produto essencial para o desenvolvimento do turismo em Florianópolis “incorporando remanescentes do povoamento e manifestando as transformações do presente” além de manter “os traços e as características culturais de uma população que ainda conserva hábitos muito próprios”.

Apesar de grande parte da história do período próspero da economia agrícola ilhéu ter sido desvalorizada, alguns engenhos ainda são encontrados no interior das antigas freguesias. Parte deles está localizada em locais abandonados, de difícil acesso e sem estrutura

(figura 38), porém alguns permanecem preservados, principalmente pela iniciativa do poder público (figura 39).



Figura 38: Engenho de café desativado na costeira do Ribeirão da Ilha e antigo engenho de farinha de mandioca abandonado⁷³ na Tapera da barra do Sul (Ribeirão da Ilha).

Fonte: Autora (2012)



Figura 39: Casarão e engenho da família Andrade, construídos em 1860 em Santo Antônio de Lisboa.

Fonte: Autora (2012)

⁷³ Engenho que foi pertencente à família de Tomas Francisco da Costa. Além do engenho, sua propriedade possuía olaria, senzala, capela, cemitério e casa, construídos na metade do século XVIII. O lugar era conhecido como Fazenda do Coronel, em referência a Antônio José dá Costa, filho de Tomás e também como Sitio do Major Domingos, provavelmente filho de Antônio. Domingos foi um dos homens mais ricos da Ilha de Santa Catarina, possuindo em 1843 um total de 25 escravos (SANTA AFRO CATARINA, 2012).

Analisando a ocupação dos diferentes espaços da Ilha, que atualmente ainda preservam características rurais, é possível visualizar diferentes períodos de alterações sócio-produtivas nessas áreas, em processos de modificações ligados, sobretudo às ações do poder público.

Algumas dessas alterações foram nítidas no decorrer do século XX, como a apropriação das terras comunais, através da ação do poder público e de ações de particulares, transformando as áreas comunais em áreas particulares ou do Estado no decorrer do século XX. Outra alteração refere-se ao crescimento do loteamento das chácaras, momento em que os moradores - que até então tinham uma relação direta com a terra, tida como local de trabalho e obtenção de renda passaram a visualizá-la como um novo produto para obtenção de renda. Os usos agropecuários foram então substituídos pelo uso imobiliário e a expectativa de valorização das terras, além da possibilidade de obtenção do aumento da renda através do aluguel de novas moradias.

Para que ocorra o gradual avanço da urbanização, é necessária a institucionalização jurídica da propriedade. Na Ilha de Santa Catarina, o processo histórico de ocupação da terra, muitas vezes sem títulos de propriedade ou contratos formais, através da simples posse de inúmeras áreas, faz com que em muitas áreas ainda prevaleçam a prática de atividades agropecuárias, devido à dificuldade na institucionalização da propriedade privada, relacionada ao predomínio do regime de posse.

A melhoria da infraestrutura em algumas comunidades, principalmente no norte e leste da Ilha, através do investimento do Estado e de instituições privadas, promoveu uma expansão urbana mais rápida se comparada com o restante da Ilha, através da maior facilidade de acesso. Locais mais distantes do centro urbano e dos balneários turísticos, como Sertão do Peri, Barra do Sambaqui e Ratonés, ainda apresentam características que mostram a permanência de usos agrários e a resistência à urbanização, devido principalmente à localização geográfica e as dificuldades de acesso.

Muitas localidades da Ilha, consideradas quase em sua totalidade, urbanas pelo IBGE (tabela 11), continuam a apresentar o desenvolvimento de atividades agrícolas em seu território, sendo exemplos marcantes os distritos de Ratonés, Ribeirão da Ilha e São João do Rio Vermelho.

Tabela 11: População residente segundo a situação do domicílio (2010)

Distrito	Urbana	Rural	Total
Barra da Lagoa	4.925	749	5.674
Cachoeira do Bom Jesus	15.154	3.273	18.427
Campeche	28.411	1.617	30.028
Canasvieiras	17.104	987	18.091
Ingleses do Rio Vermelho	28.632	1.182	29.814
Lagoa da Conceição	10.201	1.610	11.811
Pântano do Sul	6.387	1.010	7.397
Ratones	1.691	1.980	3.671
Ribeirão da Ilha	26.852	142	26.994
Santo Antônio de Lisboa	5.696	647	6.343
São João do Rio Vermelho	10.756	2.757	13.513
População total	155.809	15.954	171.763

Fonte: IBGE – Censo demográfico de 2010.

Esse fato é retratado empiricamente nesta pesquisa, através das imagens de Canasvieiras e Caieira da Barra do Sul, comunidades consideradas urbanas, mas que ainda apresentam características rurais (figuras 40 e 41).



Figura 40: Criação bovina e equina junto às residências em Canasvieiras.

Fonte: Autora (2012)



Figura 41: Produção agrícola e criação bovina junto às residências na Caieira da barra do Sul.

Fonte: Autora (2012)

A existência de vazios urbanos no interior da Ilha por causa da dificuldade de acesso e à falta de infraestrutura, é visível em localidades como Ratores, Sertão do Peri, Barra do Sambaqui e Rio Vermelho (figura 42). Em algumas áreas há predomínio de feições tipicamente rurais, permanecendo com poucos investimentos em infra-estrutura, como melhorias das estradas e oferta de água e energia, o que também pode dificultar a sua maior ocupação.



Figura 42: Sertão do Peri e Barra do Sambaqui

Fonte: Autora (2012)

Mesmo apresentando proximidade com o centro urbano de Florianópolis, Ratores também se apresenta como um dos locais da Ilha que ainda preserva plenas características do passado, com um “ar bucólico” de comunidade do interior (figura 43).



Figura 43: Características rurais presentes em Rationes.

Fonte: Autora (2012)

O uso agrário predominante nas áreas analisadas é a criação agropecuária bovina e equina. Uma hipótese que pode explicar o predomínio dessa atividade é o baixo investimento e as poucas modificações estruturais necessárias para receber essas atividades. Desse modo, além do proprietário deixar suas terras numa espécie de “pousio imobiliário”⁷⁴, à espera de sua valorização, ainda pode obter renda através da produção agropecuária (tabela 12).

Tabela 12: Movimento pecuário de bovinos e eqüinos em Florianópolis (2006)

Movimento pecuário no ano	Número de cabeças		Valor das cabeças (mil reais)		Número de estabelecimentos agropecuários	
	Bovinos	Eqüinos	Bovinos	Eqüinos	Bovinos	Eqüinos
Nascidos	534	88	--	--	156	23
Vitimados	124	10	--	--	58	8
Abatidos	58	--	36	--	44	--
Comprados	290	72	149	57	78	24
Vendidos	301	106	172	122	91	25

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Como já citado, a existência da criação de eqüinos pode estar relacionada ao alto lucro que essa que essa atividade proporciona, caracterizando-se por ser um uso agrário de alta rentabilidade, aparecendo de modo marcante nas comunidades do Rio Tavares, Canasvieiras e Rationes (figuras 44 e 45).

⁷⁴ Bezerra (2002, p.102) denomina de “pousio imobiliário” a estratégia que muitos proprietários utilizam à espera da valorização das terras. Transformadas em áreas demarcadas e loteadas, esses espaços ficam à espera do processo de realização da renda fundiária.

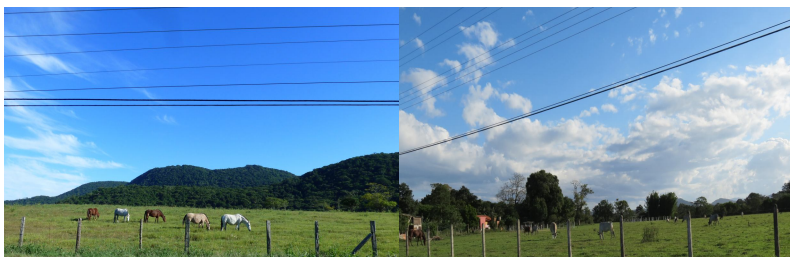


Figura 44: Criação de eqüinos – Rio Tavares e Canasvieiras

Fonte: Autora (2012)



Figura 45: Criações de eqüinos em Ratones

Fonte: Autora (2012)

A manutenção de pastagens para a criação bovina parece seguir a mesma lógica da criação eqüina, com os espaços ocupados tornando-se locais de reserva de valor, através do uso agrícola intensivo, à espera da valorização imobiliária. Foram observadas nesse processo, diversas áreas da Ilha de Santa Catarina que apresentam a continuidade da criação bovina, como Ratones, Rio Tavares, Rio Vermelho, Vargem Pequena, Ribeirão da Ilha e Canasvieiras (figuras 46, 47 e 48).



Figura 46: Criação bovina em diferentes áreas de Ratones
Fonte: Autora (2012)



Figura 47: Criação bovina no Rio Tavares
Fonte: Autora (2012)



Figura 48: Criação bovina no Rio Vermelho, Vargem Pequena, Ribeirão da Ilha e Canasvieiras
Fonte: Autora (2012)

Essas áreas rurais que anteriormente eram voltadas para produção agrícola e pecuária e que faziam parte do modo tradicional de produção açoriana transformaram-se nas últimas décadas em pastagens, voltadas à criação bovina e equina (CAMPOS, 2012), entretanto essa permanência não está ligada a uma “economia rural marcante” (CAMPOS, 2012, p.17), indicando uma forma de domínio fundiário dirigido à futura especulação.

Como aponta Campos (2012, p.24) a expansão da produção bovina e equina em alguns espaços rurais, “não significa propriamente a mudança da produção agrícola anterior para uma nova produção, ligada à pecuária”, caracterizando-se muito mais, por um uso momentâneo, aproveitando-se de elementos favoráveis, mantendo-se a terra à espera das melhores ofertas possíveis (CAMPOS, 2012).

Dessa forma, a produção pecuária – sobretudo bovina e equina – apresenta uma forte ligação com o mercado, tendo sua continuidade relacionada à continuidade do interesse comercial e financeiro nessa atividade, demonstrando uma crescente e profunda alteração no sistema de valores em relação à terra, onde “os valores de uso são rapidamente substituídos pelos valores de troca” (CAMPOS, 2010, p.126), transformando a terra em produto mercantil.

De modo diferente do processo que ocorre na Barra do Sambaqui e nas diferentes áreas de Ratones, as criações bovina e equina observadas no Rio Vermelho, Vargem Pequena, Ribeirão da Ilha e Canasvieiras são desenvolvidas às margens de vias pavimentadas e com maior facilidade de acesso, tornando-se mais um fator para a valorização das terras do seu entorno.

Outro uso agrário que se mostra recorrente é a prática da agricultura. Observou-se em muitas comunidades visitadas, principalmente o cultivo de banana, cana-de-açúcar e mandioca. Essas plantações observadas em diversos estabelecimentos de Ratones, Ribeirão da Ilha, Rio Tavares e Caieira da barra do Sul (figuras 49, 50 e 51), sugerem a permanência desses cultivos voltados à subsistência dos moradores.



Figura 49: Plantações de cana-de-açúcar, banana e mandioca em Ratones.
Fonte: Autora (2012)



Figura 50: Plantações de cana-de-açúcar e banana no Ribeirão da Ilha
Fonte: Autora (2012)



Figura 51: Plantações de cana-de-açúcar e banana no Rio Tavares e Caieira da Barra do Sul

Fonte: Autora (2012)

A hipótese sobre a continuidade das atividades agrícolas é fortalecida através da pesquisa sobre a Produção Agrícola Municipal de Florianópolis (IBGE, 2010) apresentada na tabela 13.

Tabela 13: Produção Agrícola em Florianópolis (2010)

Produto	Quantidade produzida	Área plantada (hectares)	Valor da produção (mil reais)
Banana	20 mil cachos	2	14
Cana-de-açúcar	645 ton.	21	57
Feijão	3 ton.	6	3
Laranja	32 ton.	2	6
Mandioca	60 ton.	5	38
Milho	270 ton.	90	81
Tomate	28 ton.	1	28

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal de Florianópolis - 2010.

Produtos que sempre se apresentaram como os principais cultivos agrícolas da Ilha de Santa Catarina, como banana, cana-de-açúcar e mandioca, são os mais cultivados atualmente em diferentes comunidades que apresentam a permanência da agricultura.

Foi observado que mesmo com a decadência e do quase desaparecimento das áreas rurais na Ilha de Santa Catarina, há a continuidade de inúmeros processos nas comunidades analisadas, que devem ser estudados para o total entendimento das especificidades de cada local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho foram analisadas as transformações e mudanças sócio-espaciais dos espaços rurais da Ilha de Santa Catarina desde a sua ocupação inicial até o momento atual, tendo como base a descrição dos processos que foram marcantes para as modificações estruturais e sócio-produtivas do seu território.

Durante toda sua história, as atividades agrícolas desempenharam um importante papel na configuração territorial da Ilha. Antes do seu povoamento efetivo pelos europeus, os índios carijós já cultivavam alguns produtos como milho, mandioca e amendoim. No final do século XVII, após diversas tentativas de ocupação por parte dos vicentistas, a Ilha passou a ser efetivamente povoada. A estrutura do núcleo populacional inicial era ligada à produção de gêneros alimentícios, com uma produção voltada para abastecer o consumo local.

Já no século XVIII, a migração de colonos açorianos para o litoral catarinense representou o principal fator para o desenvolvimento de atividades agropecuárias no território insular, consolidando um modelo fundiário que persistiu até o início da ocupação urbano-turística. O pequeno produtor açoriano que se estabeleceu na província catarinense, desenvolvia atividades agrícolas ligadas ao mercado econômico local e regional, principalmente através do cultivo e manufatura da mandioca e da cana-de-açúcar, destacando-se a produção de farinha de mandioca, açúcar, aguardente e melado.

Nesse período a agricultura apresentava-se como uma via de crescimento econômico para a Ilha, através de uma produção agropecuária diversificada, que buscava suprir o consumo familiar local e também abastecer com o excedente da produção, o comércio interprovincial. A produção agrícola das diferentes freguesias da Ilha girava em torno da economia de abastecimento imposta pela metrópole portuguesa, sendo complementar às atividades econômicas das outras regiões do país e muitas vezes suprimindo a carência das áreas não-produtoras de alimentos.

Dentro desse contexto, a economia agrícola desenvolvida em Desterro ao mesmo tempo em que se beneficiava suprimindo o mercado interprovincial com seus produtos (principalmente a farinha de mandioca e a cana-de-açúcar), também era prejudicada devido ao controle imperial, ao embargo de parte da produção e o recrutamento militar dos colonos. Devido a esses fatores, muitos agricultores

preferiam deixar de produzir a farinha, deixando o governo confiscar seus estoques, sem receber nada em troca. Devido a essa situação, no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, percebia-se o abandono de alguns cultivos por alguns agricultores, além da maior inserção de atividades ligadas à pesca e o surgimento de novos serviços urbanos – principalmente ligados ao comércio urbano, contribuindo para a ampliação territorial do centro urbano de Desterro.

Nas primeiras décadas do século XIX, com a independência do Brasil, a capital catarinense passou a abrigar uma burguesia nascente, formada por comerciantes e investidores que se instalaram na Ilha e ampliaram o comércio marítimo de cabotagem através do porto de Desterro, vinculando-o principalmente aos capitais comerciais do Rio de Janeiro. O porto de Desterro além de receber grande parte da produção agrícola das freguesias da Ilha de Santa Catarina, centralizou a maior parte da exportação dos produtos provenientes das colônias instaladas nos vales atlânticos catarinenses, que produziam principalmente farinha de mandioca, milho, feijão e arroz.

Por todo o século XIX a estrutura social e econômica de Desterro não sofreu profundas alterações, com sua economia tendo como base a produção agrícola-comercial voltada a atender o mercado local regional e nacional. Ao mesmo tempo em que o comércio desterrense foi beneficiado pela instalação das colônias nos vales atlânticos, nas últimas décadas do século XIX a economia agrícola da capital catarinense passou a sofrer a concorrência dos produtores desses vales.

Mesmo com Desterro mantendo sua função de principal centro comercial, a importância de sua economia agrícola caiu gradativamente se comparada às áreas de colonização européia dos vales, surgindo nesse período as primeiras chácaras de lazer voltadas a atender à elite urbana.

Na passagem do século XIX para o século XX, a Ilha ainda “se sustentava pelo comércio portuário, pela pesca e pela agricultura” (CECCA, 1997, p.57), porém a implantação da República no final do século XIX coincidiu com um período de crise econômica para Desterro. O comércio portuário decaiu e ao mesmo tempo com o advento da República foram criados novos cargos, causando uma disputa entre os abastados locais (FERREIRA, 1994).

Até os primeiros anos do século XX o panorama social da Ilha foi mais rural do que urbano, não existindo uma definição nítida do seu perímetro. Com a intensificação das atividades burocráticas na capital catarinense, além de comerciantes e seus empregados, ocuparam a área urbana de Desterro funcionários públicos, militares e artesãos. Essa

população era caracterizada por hábitos mais consumistas do que produtivos, levando à necessidade de aumentar a produção local e regional e até mesmo as importações, sobretudo de produtos industrializados. Por outro lado, os núcleos do interior da Ilha constituídos pela população açoriana, ainda possuíam auto-suficiência em atividades ligadas à agricultura, pesca e pecuária e à produção artesanal.

A economia agrícola-comercial que até esse momento apresentava-se como uma via de crescimento para a Ilha passou a decair a partir das primeiras décadas do século XX. Alguns fatores como a substituição do transporte marítimo de cabotagem pelo transporte rodoviário, a decadência comercial-portuária e o crescimento agrícola das colônias dos vales atlânticos influenciaram as alterações em sua estrutura sócio-produtiva. Além disso, outro importante fator que explica a decadência da economia agrícola da Ilha foi a expansão e a valorização das chácaras para o lazer em contrapartida ao uso agrícola das terras, compradas principalmente por empresários, comerciantes e políticos locais e regionais.

Com a decadência da produção agrícola do interior da Ilha, Florianópolis passou a depender dos produtos com origem em outras áreas produtoras. Produtos, como farinha de mandioca, frutas, legumes e verduras, passaram a ser cada vez mais importados em comparação à produção local. Com a consolidação da produção agrícola e industrial na região dos vales atlânticos e a decadência agrícola-comercial de Florianópolis, foi necessário melhorar as vias de acesso à capital, facilitando a chegada desses produtos ao mercado consumidor da capital. As vias de acesso já existentes entre essas novas áreas produtoras e as comunidades fronteiras à Ilha foram melhoradas e novas estradas foram abertas.

Algumas pequenas indústrias se instalaram na cidade e as atividades comerciais através do porto proporcionaram à capital o incentivo necessário à sua expansão urbana. Com a crescente expansão do centro urbano, as elites projetaram diversas transformações que visavam a modernização da cidade, relacionadas principalmente à infraestrutura (como redes de água encanada, iluminação pública e saneamento) e o melhoramento de ruas e acessos, através da drenagem de várias áreas e o calçamento de ruas. Com as reformas urbanas, os automóveis ganharam espaço, contribuindo para romper com o isolamento entre o centro urbano e as comunidades do interior da Ilha,

porém ainda persistia uma nítida divisão econômico-produtiva, com os núcleos habitacionais do interior da Ilha caracterizando-se como locais de produção agropecuária e de pesca e o centro urbano concentrando as atividades administrativas e comerciais.

Fatores como a difícil ligação entre a ilha e o continente, o crescimento do número de automóveis na região de Florianópolis e o aumento da entrada de gêneros alimentícios de outras áreas produtoras, impulsionaram a construção de uma ponte ligando a Ilha ao continente. A construção da Ponte Hercílio Luz em 1926 consolidou a substituição do transporte marítimo pelo transporte rodoviário, facilitando a chegada à Florianópolis de diversas mercadorias das demais regiões catarinenses e de outros estados, conferindo uma nova dinâmica ao centro urbano.

As atividades ligadas ao porto passaram a sofrer concorrência de outros centros comerciais. Florianópolis deixou de ser entreposto exportador, pois esta função era garantida apenas pela existência do porto marítimo. A cidade permaneceu com suas funções administrativas de capital, recebendo recursos financeiros do Estado, mantendo pequenas indústrias e estabelecimentos comerciais. A decadência das atividades comerciais ligadas ao porto prosseguiu até o seu fechamento em 1964, devido a fatores como o alto custo de manutenção e permanente dragagem do canal da baía norte e às políticas públicas que priorizaram o transporte rodoviário.

A ponte construída entre a ilha e o continente além de representar a decadência da Florianópolis portuária, impulsionou a urbanização através da facilidade de acesso ao território insular, sendo um importante fator para a desestruturação da economia agrícola da Ilha, através da intensificação da divisão e loteamento das chácaras. A terra que até esse momento apresentava-se como um meio de sobrevivência para a maioria da população moradora da Ilha passou a atrair o interesse e ser valorizada por pessoas estranhas à economia agrícola, ligadas principalmente ao centro urbano.

As chácaras até então predominantes, passaram a ser intensamente loteadas, levando ao preenchimento dos vazios urbanos ainda existentes na área central da Ilha e no seu entorno. Enquanto uma parcela da população rural passou a vender suas terras, migrando para a cidade em busca de empregos urbanos, outra parcela desses moradores passou a trabalhar para os novos proprietários em troca de um salário.

Devido à nova configuração sócioespacial, a questão referente à propriedade da terra passou a ser mediada pelo Estado principalmente na segunda metade do século XX. O regime de posse, predominante na Ilha de Santa Catarina e o uso de terras comunais por grande parte dos

moradores da Ilha, facilitaram um crescente processo em que muitas áreas foram apropriadas pelo Estado e por particulares, através da influência do próprio Estado, onde se percebe que através de trocas de favores e falsificações de documentos, tentava-se a legitimação da propriedade da terra em diversos locais do território insular. Com a expansão da urbanização, a terra passa a ser cada vez mais valorizada, passando a ter não só um valor de uso, mas um crescente valor de troca, tornando-se um investimento através da especulação.

Com a cidade se expandindo em direção às antigas freguesias e comunidades agrícola-pesqueiras, as formas estabelecidas através do parcelamento do solo agrícola, continuaram visíveis no território. Os caminhos rurais anteriormente abertos que compunham o traçado pré-urbano, continuam a compor as servidões e ruas atuais.

Durante as décadas de 1950 e 1960 a economia agrícola continuava a existir, porém nesse período voltada a atender somente o mercado local. Florianópolis continuou a apresentar uma predominância nas atividades relacionadas aos serviços administrativos e políticos, com o desenvolvimento de uma indústria pouco diversificada e um comércio voltado a atender principalmente as necessidades da população urbana.

O melhoramento das ligações da capital do estado com os estados vizinhos contribuiu para o desenvolvimento urbano de Florianópolis, que se tornou atrativa para um intenso fluxo migratório de estudantes, professores, funcionários públicos e um grande contingente de operários, que buscavam emprego na construção civil, devido à expressiva expansão imobiliária. Desse modo, Florianópolis tornou-se um dos municípios de Santa Catarina que mais atraiu migrantes oriundos de várias regiões do estado e do país, passando por uma importante renovação, sendo marcada pelo expressivo crescimento populacional urbano.

O Estado buscou modificar o perfil de Florianópolis através da popularização das atividades turísticas e de veraneio, promovendo mudanças culturais e sócioespaciais nas localidades do interior da Ilha, que passaram a apresentar uma ocupação crescente e intensa a partir dos anos 1970. Com a consolidação da atividade turística na Ilha, Florianópolis passou a se destacar como um dos destinos mais procurados por turistas no Brasil. O interesse turístico e a conseqüente especulação imobiliária nas localidades do interior da Ilha foram fatores que desestruturaram o modo de vida ilhéu, levando à decadência das atividades tradicionais, como a agricultura e a pesca artesanal, fazendo

crescer o mercado de trabalho ligado ao turismo sazonal e ao mercado informal.

Com o resgate da figura do imigrante açoriano, a cultura açoriana passou a ser valorizada, através da iniciativa do governo local e estadual, passando a ser inserida na estratégia de crescimento da indústria do turismo. Igrejas, casarões e fortes passaram a ser restaurados, enquanto a renda de bilro, a culinária e o boi de mamão tornaram-se manifestações culturais cada vez mais divulgadas nas ações de marketing envolvendo a capital catarinense.

A melhoria dos acessos e da infraestrutur e o aumento da oferta de serviços nos balneários foram fatores que estimularam a expansão do modo de vida urbano para as comunidades do interior da Ilha, com a gradativa substituição das áreas de produção agrícola, por chácaras voltadas para o lazer e mais tarde, pela ocupação através de novos loteamentos urbanos e turísticos. Com a expansão urbana, as áreas rurais da Ilha de Santa Catarina, até então consideradas distantes e afastadas do centro urbano, passaram a ser valorizadas, passando a existir o crescente interesse da população urbana por essas áreas e a redução das áreas voltadas à produção agrícola e pecuária. Dessa forma, os antigos núcleos agrícola-pesqueiros presentes nas diferentes comunidades da Ilha de Santa Catarina apresentaram ao longo do século XX, diferentes graus de transformação, devido principalmente à sua integração com a cidade.

Apesar da decadência e das descontinuidades existentes, é visível a permanência de atividades agropecuárias em diferentes áreas da Ilha, que se mantém articuladas a diferentes processos. Dentre esses processos, destacam-se a permanência de diferentes usos agrários, como a pecuária bovina e equina e pequenas áreas com agricultura, que ainda guardam características bastante singulares nas comunidades analisadas, que devem ser estudadas para o total entendimento das especificidades de cada local.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Luciano Pereira. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. . **Paisagem e meio ambiente na construção de um projeto urbano para Florianópolis**: um estudo do Pântano do Sul. Florianópolis, SC, 2009. 191p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Florianópolis, 2009.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em História. **A influência da Ponte Hercílio Luz no desenvolvimento da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis, 1978. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

ANDRADE, Djanira Maria Martins de. **Hercílio Luz**: uma ponte integrando Santa Catarina. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1981. 171p.

BALDIN, Nelma. **A intendência da marinha de Santa Catarina e a questão da Cisplatina**. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, [1980]. 127p.

BASTOS, José Messias; MAMIGONIAN, Armen. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **O comércio de múltiplas filiais em Florianópolis**. Florianópolis, SC, 1997. 104f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

BASTOS, José Messias. **Urbanização, comércio e pequena produção mercantil pesqueira na ilha de Santa Catarina**. In: UFSC. (Org.). Ensaio sobre Santa Catarina. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

BEZERRA, Romeu Augusto de Albuquerque. **A terra urbana em Florianópolis (SC)**: loteamentos e desmembramentos de 1940 a 2001. Florianópolis, SC, 2002, 136 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade

Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Programa de Pós-Graduação em Geografia.

BITENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. IN:
BRANCHER, Ana. **História de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2. ed. rev. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 2004. p. 26-40.

BOITEUX, Lucas Alexandre. Notas para a História Catharinense, Typ. a vapor da Livraria Moderna, Florianópolis, s/d/p; “A pesca da Baleia”, Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, vol.III, 1º e 2º trimestres; Florianópolis, 1914.

BORGES, Júlio César Lopes. **A pesca em Santa Catarina/Brasil: regime jurídico estrutura administrativa entre 1912 à 1989**. In: II Encontro de Economia Catarinense, 2008, Chapecó. II Encontro de Economia Catarinense, 2008. v. 1.

BRITO, Paulo José Miguel de. **Memória política sobre a capitania de Santa Catharina**. Lisboa: Typ. da Capitania de Santa Catharina, 1829. 111 p.

CABRAL, Oswaldo R. **Nossa Senhora do Desterro: memória**. Florianópolis, SC: [s.n], 1972 (Florianópolis: Imprensa da Universidade Federal de Santa Catarina) 2v.

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina**. 3a ed. Florianópolis, SC: Lunardelli, 1987. 493p.

CABRAL, Luiz Otávio; BUSS, Maria Dolores. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. . **Bacia da Lagoa do Peri** : sobre as dimensões da paisagem e seu valor /. Florianópolis, SC, 1999. ix, 236f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

CAMPOS, Edson Telê. **A Expansão imobiliária e seus impactos ambientais em Florianópolis**. Florianópolis, SC: Insular, 2004. 231p.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

1989, 215f.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras Comuns na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC / Fundação Catarinense de Cultura, 1991. 162 p.

CAMPOS, N. J. . **Usos e formas de apropriação da terra na Ilha de Santa Catarina**. Geosul (UFSC), Florianópolis, v. 34, p. 113-135, 2002.

CAMPOS, Nazareno José de. **Açorianos do Litoral Catarinense**: da invisibilidade à mercantilização da cultura. Arquipélago. História, 2010.

CAMPOS, N. J. . **São José-SC**: Faces do rural no transcorrer histórico. In: CAMPOS, Nazareno J. de; BRANDT, Marlon; CANCELIER, Janete. (Org.). O Espaço Rural de Santa Catarina: novos estudos. Florianópolis: Editora da UFSC, 2012, v. p. -.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octavio. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional. São Paulo: Ed. Nacional, 1960. 286p. (Brasiliana, v.307).

CARDOSO, Cristiane; BUSS, Maria Dolores. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. . **Análise ambiental do distrito de Ratoles, Florianópolis, SC**. Florianópolis, SC, 2001. xii, 93 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

CARUSO, Marilea Martins Leal. **O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais**. 2. ed. rev. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1990. 158p.

CARUSO, Raimundo C; CARUSO, Marilea Martins Leal. **Vida e cultura açoriana em Santa Catarina**. Florianópolis: Cultura Catarinense, 1997. 118p.

CASTRO, Zulamar Maria de Bittecourt e. **Uma incursão à formação do estado de Santa Catarina** – suas particularidades em relação ao país e contribuições explicativas ao desenvolvimento de comunidade. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação, PUC/SP, 1992.

CECCA. CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA (SC). **Uma cidade numa ilha**: relatório sobre os problemas sócioambientais da Ilha de Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Insular, 1997. 247p

COELHO, Manoel Joaquim D'Almeida. **Memória histórica da Província de Santa Catharina**. Santa Catharina: Typ. Desterrense de J. J. Lopes, 1856. 216 p.

CONSELHO ULTRAMARINO DE LISBOA. **Descrição da Ilha de Santa Catharina**. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis: Typ. da Escola dos Artífices, nº1, vol.1, 1902, p.43-45.

FACCIO, Maria da Graça Agostinho. **O estado e a transformação do espaço urbano**: a expansão do Estado nas décadas de 60 e 70 e os impactos no espaço urbano de Florianópolis. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 186 f.

FANTIN, Márcia. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS. . **Cidade dividida**: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis. 257 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo, 1999.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Dos açores ao Brasil Meridional**: uma viagem no tempo. Vol. 1, Ed. Do autor. Florianópolis, 1998.

FERREIRA, Francisco Antonio Carneiro. **Turismo e desenvolvimento urbano**: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina. Estudo de caso do projeto Jurerê Internacional. 1992. 178f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

FERREIRA, S. L. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina** (1900-1970). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação

em História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

FERREIRA, Sergio Luiz. **O banho de mar na Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. das Águas, 1998 122p.

FOTO B. Fotos antigas de Florianópolis. Disponível em:
<<http://www.fotob.com.br/#/fotos>> Acesso em: 06 mar.2012.

GERLACH, Gilberto. **Desterro**: Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. 2 t.

HIDELBRAND, Paulo. Fotos antigas de Florianópolis. Disponível em:
< <https://picasaweb.google.com/102821784464374044971>>. Acesso em: 15 abr 2012.

HÜBENER, Laura Machado. **O comércio da cidade do Desterro no século XIX**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1981. 120p.

IBGE. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 1950**. Santa Catarina (Série Regional). Rio de Janeiro: 1955, 132p.

_____, **Censo Econômico de 1950**. Santa Catarina (Série Regional). Rio de Janeiro: 1950.

_____, **Censo demográfico de 1970**. Santa Catarina (Série Regional). Rio de Janeiro: 1970, 575p.

_____, **Censo demográfico de 1980**. Santa Catarina (Série Regional).. Rio de Janeiro: 1982, 347 p.

_____, **Censo agropecuário de 1980**. Santa Catarina (Série Regional). Rio de Janeiro: 1983, 784p.

_____, **Censo demográfico de 1991**. Santa Catarina (Série Regional). Rio de Janeiro: 1991, 208 p.

_____, **Censo demográfico de 2000**. Santa Catarina (Série Regional). Rio de Janeiro: 2000, 178 p.

_____, **Censo agropecuário de 2006**. Santa Catarina (Série Regional). Rio de Janeiro: 2006, 777 p.

_____, **Contagem populacional de 2007. 2ª ed.** Santa Catarina (Série Regional). Rio de Janeiro: 2008, 312p.

_____, **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 jun. 2012.

IHGSC. Fotos antigas de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.ihgsc.th.com.br/?p=244>>. Acesso em: 08 jun.2012.

INSTITUTO CARL HOEPCKE. Carl Hoepcke. Disponível em: <http://www.institutocarlhoepcke.com.br/?page_id=7>. Acesso em: 15 abr.2012.

KUPKA, Roselane Neckel; ANTONACCI, Maria Antonieta. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATOLICA DE SÃO PAULO. **Tensões e imagens do viver urbano em Florianópolis - 1910/1930**. 1993 155f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LAGO, Mara Coelho de Souza. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **Memória de uma comunidade que se transforma:** de localidade agrícola-pesqueira a balneário. 1983. 144f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

LAGO, M. C. de S. **Modos de Vida e Identidade:** sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis/SC: UFSC, 1996. 274 p.

LENZI, Maria Helena. **Das imagens à ausência. Das imagens, a ausência:** um estudo geográfico sobre a ilusão do tempo nas imagens de Florianópolis. 116 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010.

LINS, Hoyêdo Nunes. **Herança açoriana e turismo na Ilha de Santa Catarina**. Revista de Ciências Humanas (Florianópolis), Florianópolis, v. 10, n. 14, p. 89-117, 1993.

LOHN, Reinaldo. **A cidade contra o campo**. In: BRANCHER, Ana Lice. História de Santa Catarina: estudos contemporâneos. 2. ed. rev. Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas, 2004. 214p.

LUZ, Sergio Ribeiro da; MIRA, Marly A. Fortes Bustamante (Marly Anna Fortes Bustamante). UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e sua população: 1810-1930**. 1994. 257f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

MACHADO, Ewerton Vieira; SOUZA, Maria Adelia Aparecida de. **Florianópolis: um lugar em tempo de globalização /**. São Paulo (SP), 2000. xix, 272 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

MAMIGONIAN, Armen. SANTA CATARINA Departamento Estadual de Geografia e Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina [mapa]**. [Florianópolis]: IBGE, Conselho Regional de Geografia, Diretório Regional de Santa Catarina, 1958. 1 atlas (148p.) (IBGE. Série 2 2).

MAMIGONIAN, Armen. **Vida Regional em Santa Catarina**. In: Orientação, IGEO/USP, set. 1966.

OLIVEIRA, Lisete Terezinha Assen de; SAWAYA, Sylvio Barros. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. **Rio Vermelho no seu vir-a-ser cidade. Estudo da dinâmica da organização espacial**. 1992. 2t. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. Florianópolis, SC: Edeme.1973. 162 p.

PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. Anexo. In: VARZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a ilha**. Florianópolis: IOESC, 1984. P. 235-241.

PELUSO JÚNIOR. Victor Antônio. Os Documentos da História Fundiária do Estado de Santa Catarina. In: SOARES, Iaponan (Org.). **Arquivos & Documentos em Santa Catarina**. Florianópolis, IOESC, 1985. 127 p.

PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte: Ed. da UFSC, 1991. 396p.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Desenvolvimento e modernização: um estudo de modernização em Florianópolis**. Florianópolis: Lunardeli, 1974.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Os engenhos de farinha de mandioca da Ilha de Santa Catarina: etnografia catarinense**. Florianópolis: Fundação Cultural Açorianista, 1993. 208 p.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Contributo açoriano para a construção do mosaico cultural catarinense**: coletânea de trabalhos do autor versando a presença do português açoriano na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Papa-Livro, 2003. 287p.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Formação sócio-espacial do litoral de Santa Catarina (Brasil)**: gênese e transformações recentes. Geosul, Florianópolis, v.18, n.35, p. 99-129, jan./jun. 2003.

PIAZZA, Walter F.(Walter Fernando). **A mandioca e a sua farinha**: aspectos culturais na ilha de Santa Catarina, 1956. 40p.

PIAZZA, Walter F. (Walter Fernando); MELO, Osvaldo Ferreira de. **A epopéia açoriana: 1748/1756**. Florianópolis, SC: Conselho Estadual de Cultura, 1987. 38p.

REIS, Almir Francisco. **Permanências e transformações no espaço costeiro**: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina. São Paulo (SP), 2002. 287 f. Tese (Doutorado) -

Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.
Curso de Pós-Graduação em Estruturas Ambientais Urbanas.

SANTA AFRO CATARINA. Disponível em:
<<http://santaafrocatarina.blogspot.com>>. Acesso em: 11 mar. 2012.

SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Geografia e
Cartografia. **Atlas geográfico de Santa Catarina [mapa]**.
[Florianópolis]: IBGE, Conselho Regional de Geografia, Diretório
Regional de Santa Catarina, 1958. 1 atlas (148p.) (IBGE. Série 2 2).

SANTA CATARINA. Assembléia Legislativa. **Ilha de Santa Catarina:**
relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX. Florianópolis:
Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979. 355p.

SANTOS, Silvio Coelho dos. A zona rural da Ilha de Santa Catarina. In:
PEREIRA, Nereu do Vale. **Ensaio sobre sociologia e
desenvolvimento em Santa Catarina**. Florianópolis: EDEME:
UDESC, 1971. Coleção Realidade catarinense. p. 35-58.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade:** ensaios. 2ª Ed. Petrópolis:
Vozes, 1982. 156p.

SILVA, Célia Maria e. **Ganchos/SC:** ascensão e decadência da pequena
produção mercantil pesqueira. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC: Ed. da
UFSC, 1992. 197p.

SILVA, Nivaldo Jorge da. **A Descoberta do Mercado
Público**. Florianópolis, SC: Associação dos Comerciantes e Varejistas
do Mercado Público, 1996. 59p.

SILVA, Augusto da. **A Economia da Ilha de Santa Catarina no
Império Português (1738-1807)**. In: II Encontro de Economia
Catarinense, 2008, Chapecó. II Encontro de Economia Catarinense,
2008. v. 1.

SOUZA SOBRINHO, Ranulpho J. de. **Agricultura na Ilha de Santa
Catarina no Brasil Colônia**. In: Ínsula. Boletim do Horto Botânico, n°
5, abril 1972. Florianópolis: UFSC, 1972. 32p.

SUGAI, Maria Ines; VILLAÇA, Flavio. **As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno norte - Ilha.** 1994. 2v. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

TRICART, Jean. **Contribuição ao Estudo das Estruturas Urbanas.** Boletim Geográfico nº 135, IBGE, p.473-481, 1956.

TRINDADE, Larissa Carvalho. **Os manguezais da Ilha de Santa Catarina frente à antropização da paisagem.** 220 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2009.

VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina:** a ilha. Florianópolis: IOESC, 1984. 241 p.2 ed, comemorativa dos 50 anos de fundação da Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina S.A.

VAZ, Nelson Popini. **O centro histórico de Florianópolis:** espaço público do ritual. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC: Ed. da UFSC, 1991. 108p.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis:** memória urbana. Florianópolis, SC: UFSC, 1993. 390p.

VELHO BRUXO. Fotos antigas de Florianópolis/SC. Disponível em: <www.velhobruxo.das.br>. Acesso em: 30 jan. 2012.

VIEIRA, Carlos Alberto. **Distrito de Ratoles, Florianópolis, SC:** a comunidade tradicional e suas relações ambientais. Florianópolis, SC, 2004. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

ZANELA, Cláudia Cristina; SCHMITZ, Sergio. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **Atrás da porta:** o discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina (1983-1998). Florianópolis, SC, 1999. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

WOLFF, Ruy Avila; BUSS, Maria Dolores. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Centro de Filosofia e Ciências Humanas. **Recursos naturais e pequena produção rural em Sorocaba de Dentro e Amancio-Biguaçu-SC.** 1995. xii, 151f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.